



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 016

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE MARÇO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 016**SUMÁRIO****Mesa Executiva 02****Presenças 02****Abertura da Sessão 02****Expediente:**

Mensagens 03

Ofícios 42

Memorando 43

Requerimentos 43

Projetos de Lei 46

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 58

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini 61

Liderança do PDT

Dep. Barbosa Neto 62

Liderança do PFL

Dep. Plauto Miró Guimarães..... 64

Liderança do PT

Dep. Natálio Stica 64

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 66

Liderança do PMDB

Dep. Artagão Júnior 67

Liderança da Oposição

Dep. Plauto Miró Guimarães..... 68

Liderança do Governo

Dep. Dobrandino da Silva 70

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 70

Discussão / Votação:

3ª Discussão 71

2ª Discussão 72

1ª Discussão 85

Discussão Única (Proposições). 87

Requerimentos..... 89

Encerramento da Sessão 90**013ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 013ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
20 DE MARÇO DE 2006**

*(segunda-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (49). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: André Vargas, Ângelo Vanhoni, Chico Noroeste, Rafael Greca e Ratinho Júnior (05)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Mensagens***

MENSAGEM Nº 019/06

Curitiba, 15 de março de 2006.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, observando as normas gerais sobre a matéria, expedidas pela União.

A Constituição Federal de 1988 e suas alterações posteriores lançaram na ordem jurídica a necessidade da interpretação e aplicação da legislação adequar-se aos novos conceitos e paradigmas que anuncia, visando que a atuação do administrador público efetivamente realize sua função com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, contidos no seu artigo 37, *caput*, dentre outros princípios, implícitos e explícitos, em artigos esparsos.

A Administração Pública, como manifestação direta do Estado, estrutura-se como conjunto de órgãos e entidades que exercem funções no sentido de realizar serviços em benefício da sociedade. Para este mister, a própria Constituição Federal, a fim de delimitar os poderes da Administração, em especial no que se refere à contratação com terceiros, obriga a realização de processo de licitação prévio para obras, serviços, compras e alienações.

Em termos de competência legislativa sobre esse processo de licitação, o artigo 22, XXVII, da CF atribuiu à União a edição de normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios e para as empresas públicas e sociedades de economia mista (CF, artigo 173, parágrafo 1º, III).

Essas normas gerais são aquelas que podem ser aplicadas indistintamente para todos os entes da federação (União, Estado, Distrito Federal e Municípios) e entidades, ou seja, não há particularidades das demais esferas da Federação, destinatários das normas gerais. Para tanto, esses poderão editar normas específicas para atender as peculiaridades da licitação realizada no seu âmbito, para regulamentar o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, tendo em vista que a fixação de normas gerais

pela União, sendo diretriz procedimental e de princípios, não esgota a disciplina da matéria sobre licitação.

As normas gerais de licitação estão disciplinadas pela Lei Federal n.º 8666/93, alterada pelas Leis n.º 8883/94 e 9648/98. Cumpre ressaltar, que a União, por deter a competência legislativa para fixar as normas gerais, no mesmo instrumento normativo incluiu disposições que dizem respeito exclusivamente sua administração. Essas disposições específicas relativas à administração federal não se constituem em normas gerais. Portanto, não produzem eficácia em relação aos demais entes da Federação.

A administração estadual arrebatada por diversas peculiaridades nas contratações que intenta no seu âmbito, encontra dificuldades no processo de licitação interno, caracterizado como lento, oneroso e inseguro, resultando um desgaste da máquina administrativa, bem como na confiança do administrado quanto à gestão da coisa pública.

Nesse sentido, é a tendência que os demais entes da Federação editem suas normas peculiares, eis que a ausência dessas tem gerado conflitos de entendimento entre a administração pública e interessados licitantes, bem como insegurança do administrador na aplicação da lei diante da incompatibilidade, em determinados aspectos substanciais, entre a realidade da estrutura da administração estadual interessada e as previsões das normas federais, incidentes no desenrolar do processo de licitação.

Este fato reclama, com urgência, a edição de lei estadual para dar aplicação adequada à Lei Federal n.º 8.666/93, a fim de suprir as lacunas não administradas pelas normas gerais editadas pela União.

O anteprojeto de lei ora proposto atende às necessidades do Estado do Paraná para dar efetiva regulamentação, no âmbito de sua administração, ao artigo 37, inciso XXI, da CF, combinado com o artigo 27, inciso XXII, da CE. As normas gerais da Lei Federal n.º 8666/93, decorrentes da competência privativa da União, serão incorporadas ao texto do anteprojeto, ousando-se em mínimas alterações formais, sem tocar no seu conteúdo, a fim de evitar ilações ou equívocos na aplicação das leis aos casos concretos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) Roberto Requião
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

TÍTULO I
NORMAS E PRINCÍPIOS DA
LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Capítulo I
Disposições Preliminares

Art. 1º. Esta lei estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos

Poderes do Estado do Paraná, observando as normas gerais sobre a matéria, expedidas pela União.

§ 1º Subordinam-se às normas desta lei:

I - os órgãos da administração direta;

II - as autarquias, inclusive as em regime especial e as fundações públicas;

III - os fundos especiais, não personificados, pelo seu gestor;

IV - As sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná, prestadoras de serviço público.

§ 2º As empresas públicas e as sociedades de economia mista que explorem atividade econômica, enquanto não for aprovado o estatuto jurídico a que se refere o artigo 173, parágrafo 1º, da Constituição Federal, podem editar regulamento próprio, o qual deve observar:

I - âmbito de aplicação restrito às atividades fins;

II - submissão a esta lei da atividade administrativa e de apoio;

III - adoção dos princípios desta lei;

IV - aprovação pela autoridade máxima;

V - publicação na imprensa oficial; e

VI - atendimento às especificidades institucionais.

§ 3º As organizações sociais e demais entidades de natureza privada, quando aplicarem recursos financeiros oriundos dos setores públicos, devem:

I - promover a escrituração contábil, destacando em separado a fonte de recursos;

II - promover aquisições e contratações com observância dos princípios desta lei;

III - submeter-se ao controle de resultados definidos pelo repassador dos recursos, sem prejuízo da ação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta lei a:

I - alienações de bens;

II - compras;

III - locações;

IV - serviços, inclusive publicidade e propaganda;

V - bens e serviços de informática e automação;

VI - obras e serviços de engenharia;

Art. 3º O procedimento prévio para contratações realizadas no âmbito de projetos provenientes de doações oriundas de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, é facultada a adoção das normas próprias cuja observância conste, expressamente, como condição do respectivo acordo ou contrato de doação.

§ 1º A Administração deve informar, nos autos do procedimento de contratação, as regras distintas das definidas nesta lei que são adotadas por exigência da entidade estrangeira, fornecedora dos recursos.

§ 2º A faculdade de que trata o *caput* alcança os procedimentos de seleção e contratação de fornecedores

de bens e serviços, inclusive contratação de consultores e especialistas necessários à implementação dos projetos.

§ 3º As contratações referidas no *caput* submetem-se integralmente às normas previstas nesta lei, salvo quando houver exigência de adoção de regras próprias.

Capítulo II

Definições e dos Princípios

Art. 4º. Para os fins desta lei considera-se:

I - Administração - órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente;

II - Administração Pública - administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do Poder Público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;

III - agente público - aquele que exerce, mesmo que transitoriamente, com ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público;

IV - alienação - transferir para terceiros a propriedade ou direitos sobre bens;

V - amostra - bem apresentado pelo proponente vencedor, representativo da natureza, espécie e qualidade do futuro fornecimento, para exame pela Administração;

VI - autoridade máxima do órgão ou entidade, sendo:

a. no Poder Executivo Estadual o Chefe do Executivo, com possibilidade de delegação a Secretário de Estado;

b. no Poder Legislativo Estadual o Chefe do Legislativo;

c. no Poder Judiciário o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

d. no Ministério Público Estadual, o Procurador-Geral de Justiça;

e. no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o respectivo Presidente;

VII - autoridade superior - a definida em Regimento Interno ou que receba delegação de competência para prática de atos em nome de pessoa jurídica;

VIII - compra - toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;

IX - contratado - pessoa física ou jurídica signatária de contrato com a Administração Pública;

X - contratante - órgão ou entidade integrante da Administração Pública promotora da licitação ou contratação direta;

XI - contrato - todo e qualquer ajuste firmado por órgãos ou entidades da Administração Pública entre si ou com particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada;

XII - convênio - acordo, ajuste ou instrumento congêneres firmado por entidades públicas entre si ou com

particulares, para a consecução de objetivos comuns, vedada a remuneração ou cobrança de taxas entre os participantes;

XIII - cumprimento da obrigação - a prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual a cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança;

XIV - Execução direta – a que é feita pelos órgãos e entidades da Administração, pelos próprios meios;

XV - Execução indireta – a que o órgão ou entidade contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes:

a. empreitada por preço global - contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

b. empreitada por preço unitário - contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

c. empreitada integral – quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada;

XVI - imprensa oficial - veículo oficial de divulgação da Administração Pública, sendo para o Estado do Paraná o Diário Oficial do Estado e endereço eletrônico definido em Decreto do Poder Executivo Estadual, o que for definido nas respectivas leis;

XVII - investidura - a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, que por ato motivado da autoridade máxima seja considerado inaproveitável individualmente, sob o aspecto econômico;

XVIII - licitação internacional – a licitação processada no território nacional em que se admite a participação de licitantes estrangeiros e divulgada no exterior;

XIX - obra - a construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta, que exija registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA;

XX - preços manifestamente inexequíveis - aqueles de que os licitantes, após determinação da Administração, não demonstrem a viabilidade e não comprovem formalmente que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto a ser contratado;

XXI - preços manifestamente superiores – aqueles relativos à totalidade da contratação que se mostrarem superiores aos praticados no mercado, no âmbito da Administração Pública ou forem incompatíveis com os fixados nos órgãos competentes;

XXII - pregão - modalidade de licitação destinada à aquisição de bens e contratação de serviços comuns, em que a disputa pelo objeto é feita por meio de propostas e lances em sessão pública; podendo ser realizado sob a forma de pregão presencial ou eletrônico, dentro do que preceitua a legislação pertinente;

XXIII - projeto básico - conjunto de elementos necessários à definição do objeto pretendido pela Administração Pública e suficientes para os proponentes elaborarem a proposta, com nível de precisão adequado para caracterizar a obra ou serviço de engenharia, ou complexo de obras ou serviços de engenharia objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem:

a. a viabilidade técnica da obra ou serviço de engenharia;

b. a possibilidade de definição dos métodos e do prazo de execução;

c. identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como especificações básicas que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo da licitação;

d. informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo da licitação;

e. a possibilidade de avaliação do preço da obra ou serviço de engenharia, de acordo com preços compatíveis com os praticados no mercado;

f. o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento.

XXIV - projeto executivo - conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra ou serviço de engenharia, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT ou entidades congêneres, e deve conter:

XXV - desenvolvimento da solução escolhida, apresentando visão completa da obra e identificando todos os seus elementos constitutivos com clareza;

XXVI - soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de realização das obras e montagem.

XXVII - subsídios para montagem do plano de gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso.

XXVIII - protótipo - modelo ou exemplar de bem apresentado pela Administração, para que o proponente forneça com a mesma natureza, espécie e qualidade no futuro contrato;

XXIX - registro cadastral – conjunto de informações de fornecedores, construtores e prestadores de serviços, ou de registro de bens de interesse da Administração aprovados em razão da qualidade;

XXX - serviço - toda atividade, intelectual ou material, destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração;

XXXI - serviço de engenharia - atividade em que predomine a relevância do trabalho de profissional registrado no Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA;

XXXII - serviço e fornecimento contínuos - serviços e compras realizados pela Administração Pública, para a manutenção da atividade fim ou administrativa;

XXXIII - serviços técnicos profissionais especializados – os trabalhos relativos a:

- a. estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- b. pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c. assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d. fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e. patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f. treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g. restauração de obras de arte e bens de valor histórico;

Art. 5º A seleção de propostas pela Administração, para celebração de contratos e convênios, por meio dos procedimentos previstos nesta lei, é juridicamente condicionada aos princípios universais e subordinantes da isonomia e sustentabilidade ambiental; os reguladores da administração pública, da legalidade, finalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade, eficiência, celeridade, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade, devido processo legal, motivação dos atos e aos específicos às licitações de vinculação ao instrumento convocatório, justo preço e competitividade.

Parágrafo Único. Todos os procedimentos regulados nesta lei, observados os princípios referidos no *caput*, devem ser norteados pela ampliação da disputa.

Capítulo III

Alienação dos Bens da Administração Pública Estadual

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

- I - existência de interesse público devidamente justificado;
- II - prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;
- III - realização de licitação;
- IV - autorização legislativa para os bens imóveis afetados, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista, empresa pública ou fundação pública;

V - licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial do Estado do Paraná;

§ 1º Os bens públicos podem ser utilizados como parte de pagamento, devendo essa condição:

I - constar do edital;

II - ser motivada pela autoridade máxima da entidade ou órgão titular do bem.

§ 2º A dação em pagamento pode ser utilizada pela Administração, quando motivada a vantagem ao interesse público.

§ 3º Na doação com encargo devem constar, obrigatoriamente, os encargos, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato.

§ 4º Na hipótese do parágrafo 3º, caso o donatário necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações devem ser garantidas por hipoteca em segundo grau.

§ 5º No ato de doação previsto no parágrafo 4º pode ser imposta condição definindo que, cessadas as razões que a justificaram, os mesmos devem reverter ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.

§ 6º Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, podem ser alienados por ato da autoridade competente, sob a modalidade de concorrência ou leilão.

Art. 7º Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.

Art. 8º Será dispensada a licitação para alienação de bens da Administração, nos seguintes casos:

I. de bens imóveis:

- a. dação em pagamento;
- b. doação quando o destinatário for órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo;
- c. permuta, por outro imóvel que seja destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia de ambos os bens;
- d. investidura;
- e. alienação, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis construídos e destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais de interesse social, por órgãos ou entidades da administração pública especificamente criados para esse fim;
- f. doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado;

g. direito real de uso quando o uso se destina a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

h. no caso de venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, quando representar vantagem para o interesse público;

i. para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

II - de bens móveis:

a. doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência sócio-econômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;

b. permuta entre órgãos ou entidades da Administração Pública;

c. venda de materiais e equipamentos para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, sem utilização previsível por quem deles dispõe.

d. venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica;

e. venda de títulos, na forma da legislação pertinente;

f. venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades.

Parágrafo Único. Entende-se por investidura, para os fins desta lei:

I - a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço nunca inferior ao da avaliação e demais pressupostos, previstos em lei nacional sobre normas gerais de licitação;

II - a alienação, aos legítimos possuidores diretos ou, na falta destes, ao Poder Público, de imóveis para fins residenciais construídos em núcleos urbanos anexos a usinas hidrelétricas, desde que considerados dispensáveis na fase de operação dessas unidades e não integrem a categoria de bens reversíveis ao final da concessão.

Capítulo IV

Das Compras

Art. 9º Nas compras devem ser observadas as seguintes regras:

I - definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;

II - condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material;

III - Princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, visando à

divisão do objeto em itens, com vistas à ampliação de competição e evitar a concentração do mercado;

IV - compatibilidade do compromisso com os recursos orçamentário-financeiros;

Art. 10. As compras, sempre que possível, devem:

I - atender ao princípio da padronização, considerando a compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho;

II - indicar as condições de manutenção, assistência técnica e garantia exigidas;

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado e ser subdividida em tantas parcelas quantas forem necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando a economia, com a observância da legislação orçamentária;

IV - observar os preços praticados na Administração Pública;

V - ser processadas através de sistema de registro de preços.

§ 1º A indicação de marcas é permitida quando:

I - decorrente de pré-qualificação de objeto;

II - Indispensável para melhor atendimento do interesse público, comprovado mediante justificativa técnica.

§ 2º A exclusão de marcas ou produto, a critério da Administração, é permitida quando:

I - decorrente de pré-qualificação de objeto;

II - indispensável para melhor atendimento do interesse público, comprovado mediante justificativa técnica;

III - mediante processo administrativo, restar comprovado que os produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração, não atestam a adequação e satisfatoriedade indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual.

§ 3º Na hipótese do inciso III do parágrafo 2º, a Administração, em havendo requerimento do fornecedor do produto, admitirá a possibilidade dos seus produtos serem testados.

§ 4º É permitida a indicação de marca, acrescida da expressão similar, quando houver regulamentação específica da Administração, observado o disposto no inciso II do parágrafo 1º.

§ 5º A Administração pode solicitar prova de qualidade do produto dos proponentes que cotarem marcas similares às sugeridas no objeto; hipótese em que é admitido qualquer um dos seguintes meios:

I - declaração de outro órgão público que tenha adquirido o produto;

II - comprovação de que o produto encontra-se de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes ou pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou por outra entidade credenciada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro.

§ 6º A Administração pode exigir do licitante vencedor amostra e protótipo do objeto pretendido.

§ 7º A Administração pode manter cadastro permanentemente aberto visando à pré-qualificação de produtos, com vistas a futuras licitações.

§ 8º A padronização será precedida de processo administrativo, iniciado através da constatação da sua necessidade e cabimento, para o qual será constituída comissão especial para avaliação e encaminhamento à autoridade competente para decisão;

§ 9º o processo administrativo de padronização deverá ser instruído o com pareceres técnicos que justifiquem a sua utilidade e economicidade;

§ 10. A decretação da padronização será feita pelo Governador do Estado, com a adoção do padrão e deverá ser publicada na imprensa oficial com a síntese da justificativa e a descrição sucinta do padrão definido;

§ 11. A decisão sobre padronização:

I - pode ser impugnada, no prazo de 10 (dez) dias da publicação, mediante a apresentação de prova, por laudo técnico de instituição oficial ou credenciada por órgãos oficiais atestando que outros produtos apresentam as mesmas condições que justificaram a padronização;

II - deve ser revista a cada 2 (dois) anos, visando a aferir as novas condições do mercado.

Art. 11. Será dada publicidade, mensalmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela Administração Direta ou Indireta, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexigibilidade de licitação.

Capítulo V

Obras e Serviços

Seção I

Regras Comuns

Art. 12. São requisitos prévios para licitação de obras e serviços:

I - previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

II - disponibilidade de recurso orçamentário;

III - estimativa do impacto orçamentário-financeiro, detalhado em planilhas que expressem a composição de seus custos unitários, no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas;

IV - declaração do ordenador de despesa de que a despesa tem adequação orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 13. É vedado incluir no objeto da licitação:

I - a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica;

II - de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.

III - a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

§ 1º A programação da execução das obras e dos serviços deve ser realizada em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução e o cronograma mensal de desembolso.

§ 2º É proibido o retardamento imotivado da execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, se existente previsão orçamentária para sua execução total, salvo insuficiência financeira ou comprovado motivo de ordem técnica, justificados em despacho circunstanciado da autoridade a que se refere o artigo 35 desta lei.

Seção II

Dos Bens e Serviços de Informática e Automação

Art. 14. Para os fins desta lei, os bens e serviços de informática e automação classificam-se em:

I - comuns - aqueles disponíveis no mercado e cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório por meio de especificações usuais;

II - especiais - definidos na forma da legislação pertinente.

§ 1º Os bens e serviços comuns podem ser licitados mediante pregão.

§ 2º Os bens e serviços especiais somente podem ser licitados mediante licitação do tipo técnica e preço.

Art. 15. O contrato dos serviços de informática e automação deve dispor que:

I - o desenvolvimento de software contratado pela Administração Pública é de propriedade desta, devendo constar cláusula contratual dispondo a quem cabe proceder ao registro;

II - todo contratado pela Administração tem o dever de garantir ao sucessor do contrato a transferência de conhecimento que tenha adquirido na execução; e

III - é permitido à Administração definir cláusulas, durante a execução do serviço, visando a res-

guardar a continuidade da prestação com outro contratado.

Seção III

Normas Específicas para Obras e Serviços de Engenharia

Art. 16. As obras e os serviços de engenharia devem observar o seguinte:

I - prévia existência de projeto básico e executivo, elaborado por profissional detentor de habilitação específica, aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

II - compatibilidade com a previsão de recursos orçamentário-financeiros para sua realização;

III - planilha de preços estimados, compatíveis com os de mercado, detalhada em quantitativos unitários;

IV - plano de gerenciamento da execução do objeto;

V - cronograma físico-financeiro de desembolso.

§ 1º Nos projetos de obras e serviços devem ser considerados principalmente os seguintes requisitos:

I - segurança;

II - funcionalidade e adequação ao interesse público;

III - economia na execução, conservação e operação;

IV - possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;

V - facilidade na execução, conservação e operação;

VI - durabilidade da obra ou do serviço;

VII - adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho adequadas;

VIII - avaliação do impacto ambiental.

§ 2º As obras e serviços destinados aos mesmos fins devem ter projetos padronizados por tipos, categorias ou classes, exceto quando o projeto-padrão não atender às condições peculiares do local ou às exigências específicas do empreendimento.

§ 3º Não se aplicará o disposto no inciso I do *caput* do artigo 16 quando se tratar de contratação por preço global, na qual a elaboração do projeto básico ou executivo será de responsabilidade exclusiva e total do contratado, abrangendo o desempenho e a segurança do produto final, e cabendo a este as soluções de engenharia, os fornecimentos necessários, inclusive dos equipamentos que integrarão a obra, além da construção propriamente dita.

§ 4º A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das

obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração.

Art. 17. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

IV - demais agentes públicos impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação legal;

V - aquele que exerceu ou exerce um múnus público e participou direta ou indiretamente do projeto básico, do projeto executivo ou na elaboração do edital de licitação.

§ 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

§ 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§ 4º O disposto no parágrafo 3º aplica-se aos membros da comissão de licitação.

Art. 18. As obras e serviços poderão ser executados nas seguintes formas:

I - execução direta;

II - execução indireta, nos seguintes regimes;

a. empreitada por preço global;

b. empreitada por preço unitário;

c. tarefa;

d. empreitada integral.

Art. 19. As obras e serviços destinados aos mesmos fins terão projetos padronizados por tipos, categorias ou classes, exceto quando o projeto-padrão não atender às condições peculiares do local ou às exigências específicas do empreendimento.

Seção IV

Dos Serviços Técnicos Profissionais Especializados

Art. 20. Para os fins desta lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

- I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- II - pareceres, perícias e avaliações em geral;
- III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- VII - restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

§ 1º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.

§ 2º A Administração só poderá contratar, pagar, premiar ou receber projeto ou serviço técnico especializado desde que o autor ceda os direitos patrimoniais a ele relativos e a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no regulamento de concurso ou no ajuste para sua elaboração.

§ 3º Quando o projeto referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

§ 4º A empresa de prestação de serviços técnicos especializados que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico em procedimento licitatório ou como elemento de justificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação ficará obrigada a garantir que os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato.

TÍTULO II

ANTECEDENTES DA LICITAÇÃO

Capítulo I

Dos Procedimentos Auxiliares à Licitação

Art. 21. Para facilitar os procedimentos de seleção da proposta mais vantajosa, a Administração pode utilizar o sistema de registro de preços e o credenciamento.

Seção I

Do Sistema de Registro de Preços

Art. 22. O sistema de registro de preços, a ser regulamentado por decreto, será utilizado pela Administração

para aquisição de bens ou contratação de serviços de menor complexidade técnica.

§ 1º Sistema de registro de preços é o procedimento utilizado para registro das propostas selecionadas para futuras e eventuais contratações ou fornecimentos, precedido em todas as modalidades de licitação.

§ 2º O registro de preço deverá ser precedido de ampla e permanente pesquisa do mercado local.

§ 3º Deve ser adotado, preferencialmente, quando:

I - em razão das necessidades permanentes e renováveis da Administração, houver necessidade de contratações frequentes do mesmo bem ou serviço;

II - for mais conveniente a aquisição de bens ou contratação de serviços de forma parcelada, em face da impossibilidade de estimar os quantitativos ou as condições específicas e concretas da execução contratual;

III - for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade ou a programas de governo;

IV - em razão das características da necessidade da Administração a ser satisfeita, não for possível prever os quantitativos a ser demandado;

§ 3º Nos editais deverá constar:

I - estipulação prévia do sistema de controle, reajuste e atualização dos preços registrados, segundo os critérios fixados no regulamento;

II - prazo de validade do registro;

III - estimativa das quantidades a serem provavelmente adquiridas ou utilizadas pela Administração, na medida de suas necessidades e segundo a conveniência do serviço, durante o prazo de validade do registro;

IV - sanções para a recusa injustificada do benefício ao fornecimento dos bens ou prestação dos serviços, dentro do limite máximo previsto;

V - previsão de cancelamento do registro, por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

§ 5º Exaurida a capacidade de fornecimento do licitante que formulou oferta parcial, classificado em primeiro lugar, a melhor proposta passa a ser do segundo colocado e assim por diante, desde que compatíveis com o preço vigente no mercado.

§ 6º Poderá ser adotada na licitação de registro de preços destinados à aquisição de bens e serviços comuns da área da saúde, a modalidade do pregão, inclusive por meio eletrônico.

§ 7º O prazo de validade da Ata de Registro de Preço não pode ser superior a 1 (um) ano, computadas neste as eventuais prorrogações, vinculado a regra editacional.

§ 8º Durante o prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da Administração, para que efetue as contratações nas oportunidades e quantidades de que necessitar, até o limite estabelecido.

Art. 23. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

Seção II

Do Credenciamento

Art. 24. Credenciamento é ato administrativo de chamamento público, processado por edital, destinado à contratação de serviços junto àqueles que satisfaçam os requisitos definidos pela Administração, observado o prazo de publicidade de no mínimo 15 (quinze) dias úteis e máximo de 30 (trinta) dias úteis.

Parágrafo único. A Administração Estadual poderá adotar o credenciamento para situações em que o mesmo objeto possa ser realizado por diversos contratados simultaneamente.

Art. 25. O processo de credenciamento deve ser autorizado pela autoridade competente e se processará mediante a elaboração de edital pelo órgão público interessado, e atender aos seguintes requisitos:

- I - explicitação do objeto a ser contratado ;
- II - fixação de critérios e exigências mínimas à participação dos interessados;
- III - possibilidade de credenciamento a qualquer tempo do interessado, pessoa física ou jurídica;
- IV - manutenção de tabela de preços dos diversos serviços a serem prestados, dos critérios de reajustamento e das condições e prazos para o pagamento dos serviços;
- V - rotatividade entre todos os credenciados, sempre excluída a vontade da Administração na determinação da demanda por credenciado;
- VI - vedação expressa de pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada;
- VII - estabelecimento das hipóteses de descredenciamento, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- VIII - possibilidade de rescisão do ajuste, a qualquer tempo, pelo credenciado, mediante notificação à Administração, com a antecedência fixada no termo;
- IX - previsão de os usuários denunciarem irregularidade na prestação dos serviços e/ou no faturamento;

§ 1º A convocação dos interessados deverá ser feita mediante publicação na forma do art 36.

§ 2º O pagamento dos credenciados é realizado de acordo com a demanda, tendo por base o valor pré-definido pela Administração, a qual pode utilizar-se de tabelas de referência.

§ 3º O credenciamento deve observar os princípios contidos no artigo 4º desta lei.

Seção III

Do Registro Cadastral

Art. 26. Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual que realizem frequentemente licitações manterão registros cadastrais para efeito de habilitação, na forma regulamentar, válidos por, no máximo, um ano.

§ 1º O registro cadastral deverá ser amplamente divulgado e deverá estar permanentemente aberto aos interessados, obrigando-se a unidade por ele responsável a proceder, no mínimo anualmente, através da imprensa oficial e de jornal diário, a chamamento público para a atualização dos registros existentes e para o ingresso de novos interessados.

§ 2º É facultado às unidades administrativas utilizarem registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

Art. 27. Ao requerer inscrição no cadastro, ou atualização deste, a qualquer tempo, o interessado fornecerá os elementos necessários à satisfação das exigências do artigo 73 desta lei.

Art. 28. Os inscritos serão classificados por categorias, tendo-se em vista sua especialização, subdivididas em grupos, segundo a qualificação técnica e econômica avaliada pelos elementos constantes da documentação relacionada nos artigos 76 e 77 desta lei.

§ 1º Aos inscritos será fornecido certificado; renovável sempre que atualizarem o registro.

§ 2º A atuação do licitante no cumprimento de obrigações assumidas será anotada no respectivo registro cadastral.

§ 3º O certificado de registro cadastral a que se refere o parágrafo 1º emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital, substitui os documentos enumerados nos artigos 75 a 77 quanto às informações disponibilizadas em sistema informatizado de consulta direta, indicado no edital.

§ 4º Deverá constar nos editais que os licitantes ficam obrigados a apresentar, na fase de habilitação do processo licitatório, os documentos válidos em substituição àqueles que estejam vencidos e que deram origem à emissão do Certificado de Registro Cadastral.

§ 5º A atuação dos licitantes no cumprimento das obrigações assumidas cessam automaticamente os efeitos do certificado de registro cadastral se ocorrer fato superveniente impeditivo da habilitação, sendo ilícito ocultar o impedimento.

Art. 29. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de

satisfazer as exigências previstas nesta seção, facultada ao interessado a ampla defesa.

Seção IV Das Comissões de Licitação

Art. 30. A inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, as propostas e a habilitação dos licitantes serão processadas e julgadas por comissão, permanente ou especialmente designada.

§ 1º No caso de convite, a comissão de licitação poderá, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em caso de exigüidade do pessoal disponível, ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.

§ 2º A competência para designar as comissões de licitação, homologar o julgamento e adjudicar o objeto ao licitante vencedor será definida mediante decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3º As comissões de licitação, permanentes ou especiais, serão compostas por, no mínimo, 03 (três) membros, sendo pelo menos dois deles servidores qualificados, pertencentes ao quadro permanente do órgão da Administração responsável pela licitação.

§ 4º A comissão designada para proceder ao julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, será integrada por profissionais legalmente habilitados, no caso de obras, serviços ou fornecimento de equipamentos.

§ 5º A investidura dos membros das comissões permanentes não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

§ 6º Os membros da comissão de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela mesma, salvo se houver posição individual divergente, que deverá ser devidamente fundamentada e registrada na ata da reunião na qual tiver sido tomada a decisão.

§ 7º No caso de concurso, o julgamento será efetuado por uma comissão especial, integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.

§ 8º Os critérios de escolha dos membros da comissão e as regras do seu fornecimento serão disciplinados por meio de ato específico a ser expedido pelo Chefe do respectivo Poder.

Capítulo II Publicidade dos Atos da Licitação

Seção I Do Conhecimento da Licitação

Art. 31. Os avisos e resumos dos editais das modalidades de licitação e dos procedimentos auxiliares deverão ser publicados com antecedência, no mínimo por uma vez:

I - no Diário Oficial da União, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração

Pública Federal e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais;

II - no Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual;

III - em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição;

IV - por meio eletrônico

§ 1º O aviso publicado conterá a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação.

§ 2º O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

I - quarenta e cinco dias consecutivos, para:

a. concurso;

b. concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço";

II - trinta dias consecutivos, para:

a. concorrência, nos casos não especificados na alínea "b" do inciso anterior;

b. tomada de preços, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço";

III - quinze dias para a tomada de preços, nos casos não especificados na alínea "b" do inciso anterior, ou leilão;

IV - dez dias úteis, nos casos de pregão e procedimentos auxiliares à licitação

V - cinco dias úteis, no caso de convite.

§ 3º Os prazos estabelecidos no parágrafo 2º são contados a partir da última divulgação do resumo do edital ou ainda da sua efetiva disponibilidade, com os respectivos anexos, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde.

§ 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma como se deu o texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, a alteração não afetar a formulação das propostas.

§ 5º O edital de leilão deve ser amplamente divulgado, principalmente no município em que se realizará.

Seção II Comunicação dos Atos da Licitação e do Representante

Art. 32. Para participar da licitação, o interessado deve indicar pelo menos um representante.

§ 1º A indicação deve ser formalizada no órgão que promove a licitação, observando-se as seguintes regras:

I - forma menos onerosa para os interessados, definida no edital;

II - indicação em ambiente físico ou virtual de meios de comunicação à distância.

III - dever do indicado de zelar pelo gerenciamento e manutenção do registro do endereço.

§ 2º As comunicações dirigidas ao representante indicado:

I - devem conter o endereço da Administração para resposta e esclarecimento de dúvidas;

II - suprem, para todos os efeitos, o dever de comunicação por parte da Administração.

§ 3º Ressalvada a publicação do aviso do edital, dos atos de habilitação ou inabilitação, de classificação ou desclassificação da proposta, de homologação da licitação, da contratação direta e do contrato, e da anulação ou revogação da licitação, todos os demais procedimentos desta lei que visem a assegurar o conhecimento dos atos pelos interessados podem ser realizados por meio de comunicação dirigida ao indicado.

§ 4º A empresa estrangeira que não funcione no País, interessada em participar da licitação, deve, na forma da lei:

I - estar autorizada a funcionar no País;

II - estar inscrita no registro próprio do lugar em que se estabeleceu, no País;

III - possuir representante permanente no Brasil, regularmente constituído, com poderes expressos para resolver quaisquer questões, receber citação judicial pela sociedade e por ela responder administrativa e judicialmente; e,

IV - sujeitar-se às leis e aos tribunais brasileiros, quanto aos atos ou operações praticados no Brasil.

§ 5º A não indicação de representante implica aceitação dos procedimentos da Administração e, conforme o caso, revelia quanto aos atos que couberem ao licitante.

Capítulo III

Contratação Direta

Art. 33. É inexigível a licitação, quando houver inviabilidade de competição.

Art. 34. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto, em norma nacional, para modalidade convite, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto, em norma nacional, para compras e serviços que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a par-

celas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

III - nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

VI - quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, casos em que, observado parágrafo 3º do artigo 76, persistindo a situação, será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, por valor não superior ao constante do registro de preços, ou dos serviços;

VII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

VIII - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

IX - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

X - nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia;

XI - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos, sendo vedado o transpasse da execução do objeto contratual a terceiros;

XII - para a aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público;

XIII - para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

XIV - para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico;

XV - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

XVI - nas compras ou contratações de serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas da polícia militar estadual e corpos de bombeiros militares e seus meios de deslocamento quando em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, no território do Estado do Paraná, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento, quando a exiguidade dos prazos legais puder comprometer a normalidade e os propósitos das operações e desde que seu valor não exceda eventual limite previsto em lei nacional;

XVII - na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

XVIII - Para a aquisição de bens destinados exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou outras instituições de fomento a pesquisa credenciadas pelo CNPq para esse fim específico.

XIX - na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica;

XX - na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

XXI - para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no

âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

Parágrafo único. Devem-se observar as demais hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, estabelecidas por normas gerais de competência da União.

Art. 35. As dispensas previstas nas alíneas “f” e “g” do inciso I do artigo 8º e nos incisos I a XX do artigo 34 e as situações de inexigibilidade do artigo 33, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo 2º do artigo 13, deverão ser comunicados dentro de três dias a autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, como condição para eficácia dos atos.

Art. 36. O processo de contratação direta deve ser instruído com os seguintes documentos:

I - projeto básico ou executivo, quando for o caso;

II - planilha de custos ou estimativa de preços;

III - parecer técnico ou jurídico, demonstrando o atendimento aos requisitos exigidos;

IV - compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso assumido;

V - razão de escolha do contratado;

VI - consulta prévia da relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado do Paraná;

VII - justificativa de preço, inclusive com apresentação de orçamentos ou consulta aos preços de mercado;

VIII - despacho motivado que decidir pela contratação e a ratificação da autoridade superior.

IX - prova de regularidade para com as fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, bem como de regularidade para com a Fazenda do Estado do Paraná;

X - prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos/CND e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação/CRS.

Parágrafo único. O ato de ratificação da contratação direta deve ser publicado na imprensa oficial, constando a síntese das informações previstas nos incisos V e VI do *caput* deste artigo.

Capítulo VI

Das Modalidades de Licitação

Seção I

Das Disposições Comuns às Modalidades

Art. 37. São modalidades de licitação:

I - concorrência;

II - concurso;

III - convite;

IV - leilão;

V - pregão;

VI - tomada de preço.

§ 1º Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

§ 2º Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial.

§ 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade gestora ou administrativa, a qual publicará o resumo do instrumento convocatório na imprensa oficial e por meio eletrônico, e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade.

§ 4º Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, prevista no parágrafo 6º do artigo 6º.

§ 5º Pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa é feita por meio de propostas escritas e lances verbais, em uma única sessão pública, ou por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação.

§ 6º Os contratos celebrados pelos órgãos e entidades da Administração, para aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, preferencialmente, de licitação pública na modalidade pregão.

§ 7º É vedada a combinação das modalidades de licitações referidas neste artigo.

Art. 38. As modalidades de concorrência, tomada de preços e convite são determinadas em função dos limites fixados em lei nacional sobre normas gerais de licitação, de competência da União, por determinação do artigo 22, inciso XXVII da Constituição Federal.

Art 39. As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.

§ 1º O disposto neste artigo não impedirá a habilitação de interessados residentes ou sediados em outros locais.

§ 2º As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

§ 3º Na execução de obras e serviços e nas compras de bens, parceladas nos termos do parágrafo 2º, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou compra, há de corresponder licitação distinta, preservada

a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação.

§ 4º A concorrência é cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na compra ou alienação de bens imóveis, como nas concessões de direito real de uso e nas licitações internacionais, admitindo-se neste último caso, observados os limites deste artigo, a tomada de preços, quando o órgão ou entidade dispuser de cadastro internacional de fornecedores ou o convite, quando não houver fornecedor do bem ou serviço no País.

§ 5º Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.

§ 6º É vedada a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.

§ 7º Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas à ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.

Art. 40. A licitação iniciar-se-á com a abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado, devendo observar e registrar o seguinte:

I - fase interna, compreendendo:

- a. definição sucinta e clara do objeto;
- b. projeto básico ou executivo, quando for o caso;
- c. estimativa do impacto orçamentário-financeiro do valor estimado do objeto no exercício em curso e nos dois subsequentes;

d. declaração do ordenador de despesa de que o valor estimado do objeto tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

e. elaboração da minuta do contrato e sua aprovação;

- f. elaboração do edital e sua aprovação;
- g. autorização do agente público competente;

II - fase externa, compreendendo:

- a. publicação do resumo do edital;
- b. impugnação do edital;
- c. recebimento dos documentos de habilitação e das propostas;

d. exame, julgamento e classificação das propostas;

- e. recursos quanto à análise e julgamento das propostas
- f. análise e julgamento da qualificação;
- g. recursos quanto à análise e julgamento da qualificação;
- h. exame e análise da documentação relativa à habilitação;
- i. proclamação do adjudicatário;
- j. homologação da licitação.

Seção II

Regras específicas do leilão

Art. 41. O leilão pode ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela Administração, devendo observar o seguinte procedimento:

- I - análise da vantagem do uso de leilão, em relação a outras formas de alienação;
- II - indicação de representantes;
- III - exigência de garantia, definida na forma do edital.

§ 1º Todo bem a ser leiloadado será previamente avaliado pela Administração para fixação do preço mínimo de arrematação.

§ 2º Os bens arrematados devem ser pagos à vista ou no percentual estabelecido no edital, não inferior a 5% (cinco por cento) e entregues ao arrematante, no prazo e condições definidas no edital, inclusive mediante a apresentação de garantias se for o caso.

§ 3º O não cumprimento pelo licitante das condições definidas para pagamento e recebimento implica perda, em favor da Administração, do valor já recolhido e da garantia, sem prejuízo de outras sanções.

§ 4º Nos leilões internacionais, o pagamento da parcela à vista ou entrega de garantia pode ser feito em até 24 (vinte e quatro) horas.

Seção III

Regras Específicas do Concurso

Art. 42. O concurso pode ser utilizado para contratação de serviço técnico profissional especializado, científico ou artístico.

§ 1º A Administração pode promover concurso para vários objetos de mesma especialidade técnica, para contratação eventual.

§ 2º A comissão do concurso deve ser integrada por profissionais com qualificação na área de conhecimento do objeto, presidida por servidor público.

§ 3º O julgamento será feito por uma comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.

§ 4º Em se tratando de projeto, devem ser observadas as regras gerais do contrato.

§ 5º O edital deve indicar:

I - a qualificação exigida dos participantes;

II - as diretrizes e a forma para entrega dos trabalhos;

III - a descrição do seu objeto e os critérios para julgamento dos trabalhos;

IV - os prêmios ou a remuneração a serem concedidos; e

V - o prazo para entrega dos trabalhos, que não pode ser inferior a 30 (trinta) dias, contados da publicação do edital.

Seção IV

Regras específicas da concorrência

Art. 43. A concorrência é obrigatória para:

I - venda de bens imóveis, ressalvado o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º desta lei;

II - concessão e a concessão de direito real de uso;

III - compra de bens e serviços de informática especiais;

IV - obras e serviços de engenharia acima do valor fixado em lei nacional para convite;

V - licitações internacionais.

§ 1º Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limita-se à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação, devendo a transferência formalizar-se apenas após a integralização do pagamento ou apresentação de garantias, se for o caso.

§ 2º O não cumprimento pelo licitante das condições referidas no parágrafo anterior para pagamento e recebimento do objeto implica perda, em favor da Administração, do valor já recolhido e da garantia, sem prejuízo de outras sanções.

§ 3º Para a hipótese do inciso VI, admite-se a tomada de preços, quando o órgão ou entidade dispuser de cadastro internacional de fornecedores ou o convite, quando não houver fornecedor do bem ou serviço no País.

Seção V

Regras Específicas do Convite

Art. 44. Na hipótese de convite, existindo na praça mais de 3 (três) possíveis interessados, a cada novo convite, realizado para objeto idêntico ou assemelhado, é obrigatório o convite a, no mínimo, mais um interessado, enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações.

Parágrafo Único. Quando, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de licitantes exigidos neste artigo, essas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo, sob pena de repetição do convite.

Seção VI
Regras Específicas do Pregão
Subseção I
Disposições Gerais

Art. 45. Para fins de realização da licitação na modalidade pregão, consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, com base nas especificações usuais praticadas no mercado.

Parágrafo Único - A licitação na modalidade pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral.

Art. 46. O pregão será realizado em sessão pública presencial ou por meio do sistema de compras eletrônicas, nos termos desta lei e, regulamentação específica, do Chefe do Executivo Estadual.

Art. 47. Compete à autoridade superior do órgão ou entidade promotora da licitação a designação do pregoeiro e dos componentes da equipe de apoio para a condução do certame.

§ 1º Somente poderá atuar como pregoeiro o servidor que tenha realizado capacitação específica para exercer tal atribuição.

§ 2º A equipe de apoio do pregoeiro deverá ser integrada, em sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do pregão, para prestar a necessária assistência ao pregoeiro.

Art. 48. São atribuições do pregoeiro:

I - coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

II - receber, examinar e decidir as impugnações ao edital;

III - iniciar a sessão pública do pregão;

IV - receber e examinar as credenciais e proceder ao credenciamento dos interessados;

V - receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de habilitação;

VI - receber os envelopes das propostas de preço e dos documentos de habilitação;

VII - proceder à abertura dos envelopes das propostas de preço, ao seu exame e à classificação dos proponentes;

VIII - conduzir a etapa competitiva dos lances;

IX - proceder à classificação dos proponentes depois de encerrados os lances;

X - indicar a proposta ou o lance de menor preço e a sua aceitabilidade;

XI - proceder à abertura do envelope de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta e verificar

a regularidade da documentação apresentada, a fim de declará-lo vencedor;

XII - negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XIII - adjudicar o objeto da licitação ao licitante da proposta de menor preço aceitável, desde que não tenha havido recurso;

XIV - receber, examinar, instruir e decidir sobre os recursos e, quando mantida a sua decisão, encaminhar os autos à autoridade superior para deliberação;

XV - elaborar, juntamente com a equipe de apoio, a ata da sessão do pregão;

XVI - encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, à autoridade superior para a homologação e contratação.

Art. 49. Na fase interna ou preparatória do pregão, o servidor responsável pela formalização do processo licitatório deverá adotar, sem prejuízo de outras, as seguintes providências:

I - justificar a necessidade da contratação;

II - definir o objeto a ser contratado, de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do contrato;

III - informar o valor estimado do objeto da licitação, de modo a propiciar a avaliação da composição dos custos, através de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado;

IV - definir os métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato;

V - estabelecer os critérios de aceitação das propostas, as exigências de habilitação, as sanções administrativas aplicáveis por inadimplemento às cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos e das demais condições essenciais para a contratação;

VI - indicar a dotação orçamentária e o cronograma físico-financeiro de desembolso, quando for o caso;

VII - definir os critérios de julgamento de menor preço, observando os prazos máximos para fornecimento do bem ou prestação do serviço; as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições que devam constar obrigatoriamente no edital;

VIII - instruir o processo com a motivação dos atos especificados nos incisos anteriores e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados.

Art. 50. Para a participação no pregão é vedada a exigência de:

I - garantia de proposta;

II - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame;

III - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes ao fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo estimado de sua reprodução gráfica, e aos

custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

Art. 51. A participação de empresas reunidas em consórcio, quando permitida no instrumento convocatório, está condicionada às exigências estabelecidas nesta lei.

Art. 52. Quando for permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

Parágrafo único. O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os demais documentos de habilitação.

Art. 53. As compras e contratações de bens e serviços comuns de uso na Administração, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, poderão adotar a modalidade pregão, conforme regulamento específico, observando-se o seguinte:

I - na área de saúde, são considerados bens e serviços comuns aqueles necessários ao atendimento da rede de saúde pública estadual, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais do mercado;

II - quando o quantitativo total estimado para a contratação ou o fornecimento não puder ser atendido pelo licitante vencedor, admitir-se-á a convocação de tantos quantos licitantes forem necessários para o atingimento da totalidade do quantitativo demandado, respeitada a ordem de classificação, desde que os referidos licitantes aceitem praticar o mesmo preço da proposta vencedora;

III - na impossibilidade do atendimento ao disposto no inciso anterior, excepcionalmente, poderão ser registrados outros preços diferentes da proposta vencedora, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e que as ofertas sejam em valor inferior ao limite máximo admitido.

Art. 54. Precederá à abertura da sessão pública de pregão, presencial ou eletrônico o seguinte procedimento:

I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso no Diário Oficial do Estado e no Sistema de Compras Eletrônicas e, quando o valor estimado da contratação atingir ao limite fixado para tomada de preços, também em jornal diário de grande circulação do Estado;

II - no aviso da licitação deverão constar a definição precisa do objeto, bem como a indicação dos locais,

dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, e o local, dia e hora da realização da sessão pública;

III - até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão, qualquer cidadão ou licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, cabendo ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 01 (um) dia útil;

IV - prazo fixado no edital para a apresentação das propostas, contados a partir da publicação do aviso, não será inferior a 08 (oito) dias úteis;

V - os editais deverão ser disponibilizados, na íntegra, na internet.

Art. 55. O processo licitatório será instruído com os seguintes documentos:

I - justificativa da contratação;

II - termo de referência;

III - planilhas de custo, quando for o caso;

IV - previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas;

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e equipe de apoio;

VII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;

VIII - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

IX - parecer jurídico;

X - documentação exigida para a habilitação;

XI - ata contendo os seguintes registros:

a) licitantes participantes;

b) propostas apresentadas;

c) lances ofertados na ordem de classificação;

d) aceitabilidade da proposta de preço;

e) habilitação; e

f) recursos interpostos, respectivas análises e decisões;

XII - comprovantes das publicações:

a) do aviso do edital;

b) do resultado da licitação;

c) do extrato do contrato; e

d) dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.

§ 1º O processo licitatório poderá ser realizado por meio de sistema eletrônico, sendo que os atos e documentos referidos neste artigo constantes dos arquivos e registros digitais serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

§ 3º A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

Art. 56. Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar nova planilha de preços, com os valores readequados ao que foi ofertado na fase de lance e manter as condições de habilitação.

Art. 57. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, examinando e verificando a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação, proceder à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nesta lei e legislação pertinente.

Subseção II

Do Pregão Presencial

Art. 58. O pregão presencial atenderá às disposições constantes dos artigos anteriores, devendo ser observado, ainda os seguintes procedimentos específicos:

I - a sessão pública do pregão terá início no horário fixado no edital, devendo o licitante ou seu representante legal realizar seu credenciamento, comprovando, se for o caso, que possui os necessários poderes para formulação de propostas, lances e negociação, e para a prática dos demais atos inerentes ao certame;

II - concluída a fase de credenciamento, os licitantes deverão entregar ao pregoeiro a declaração de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital e os envelopes da proposta de preço e dos documentos de habilitação;

III - iniciada a sessão pública do pregão, não cabe desistência da proposta;

IV - pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço;

V - quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as propostas subseqüentes de menor preço, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

VI - em seguida, será dado início a etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes selecionados, que deverão, de forma sucessiva e distinta, apresentar seus lances, a começar com o autor da proposta selecionada de maior preço e seguido dos demais, em ordem decrescente, até que não haja mais cobertura da oferta de menor valor;

VII - somente serão admitidos lances verbais cujos valores se situem abaixo do menor valor anteriormente registrado;

VIII - a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão

do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

IX - caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

X - caso não se realizem lances verbais pelos licitantes selecionados e a proposta de menor preço vier a ser desclassificada ou, ainda, inabilitada, o pregoeiro deverá restabelecer a etapa competitiva de lances entre os licitantes, obedecendo aos critérios dos incisos IV e V deste artigo;

XI - havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticado no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o pregoeiro negociar, visando obter preço melhor;

XII - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira oferta classificada quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

XIII - concluída a etapa classificatória das propostas e lances verbais, e sendo aceitável a proposta de menor preço, o pregoeiro dará início à fase de habilitação com a abertura do envelope contendo a documentação do proponente da melhor oferta, confirmando as suas condições de habilitação;

XIV - a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, e com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnicas e econômico-financeiro;

XV - constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;

XVI - se a oferta não for aceita ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subseqüente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas no edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

XVII - quando todas as propostas escritas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá suspender o pregão e estabelecer uma nova data, com prazo não superior a 03 (três) dias úteis, para o recebimento de novas propostas;

XVIII - nas situações previstas nos incisos VIII, X, XII, XVI e XXVIII o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XIX - declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, a intenção de recorrer da decisão do pregoeiro, através do registro da síntese das suas razões em ata, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada implicará a

decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor pelo pregoeiro;

XX - manifestada a intenção de recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra-razões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do recorrente;

XXI - exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior do órgão ou entidade promotora da licitação, será realizado pelo pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis;

XXII - a autoridade superior do órgão ou entidade promotora da licitação terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso;

XXIII - acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XXIV - decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e homologará a licitação, sendo o adjudicatário convocado para assinar o contrato no prazo estabelecido no edital;

XXV - como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação;

XXVI - para a contratação, o licitante vencedor deverá encaminhar, no prazo de até 01 (um) dia útil após o encerramento da sessão, nova planilha de preços, com os valores readequados ao que foi ofertado no lance verbal;

XXVII - prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital;

XXVIII - se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração aplicar o disposto no artigo 57 desta lei.

Subseção III

Do Pregão Eletrônico

Art. 59. O pregão, na forma eletrônica, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

§ 1º O sistema referido no *caput* utilizará recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.

§ 2º O pregão eletrônico será conduzido pelo órgão promotor da licitação, por meio de utilização de recursos de tecnologia da informação disponibilizados preferencialmente pelo Banco do Brasil S/A ou por acordos de cooperação técnica junto a terceiros.

Art. 60. O pregão eletrônico atenderá às disposições constantes dos artigos 45 a 57, devendo ser observa-

dos, ainda, os procedimentos específicos constantes deste artigo:

I - como condição para participação do pregão por meio eletrônico é necessário, previamente, o credenciamento pelos usuários e os licitantes;

II - credenciamento se dará através da atribuição de chave de identificação e ou senha individual que poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores;

III - a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso;

IV - credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o mesmo responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências;

V - credenciamento do usuário implica em sua responsabilidade legal e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão;

VI - licitante é responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão;

Art. 61. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 62. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

Art. 63. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

§ 7º O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

§ 8º Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 9º A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 10. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

§ 11. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 64. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante, conforme disposições do edital.

§ 1º Nas situações em que o edital tenha previsto requisitos de habilitação não compreendidos pela regularidade perante a Coordenadoria de Administração de Serviços da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, o licitante deverá apresentar a documentação solicitada, original ou cópia autenticada, observados os prazos legais pertinentes.

§ 2º A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

§ 3º Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original

ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no edital.

§ 4º Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

§ 5º Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 6º No caso de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada de imediato por meio eletrônico, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 7º No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos licitantes quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

§ 9º Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

Art. 65. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 1º A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do *caput*, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 2º O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§ 3º No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 66. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

§ 1º Após a homologação referida no *caput*, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo definido no edital.

§ 2º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 3º O vencedor da licitação que não fizer a comprovação referida no parágrafo 2º ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

§ 4º O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, salvo disposição específica do edital.

Capítulo V

Licitações Internacionais

Art. 67. Nas concorrências de âmbito internacional o edital deve ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.

§ 1º Quando for permitido ao licitante estrangeiro cotar preço em moeda estrangeira, igualmente o poderá fazê-lo o licitante brasileiro.

§ 2º O pagamento feito ao licitante brasileiro eventualmente contratado em virtude da licitação de que trata o parágrafo anterior será efetuado em moeda brasileira à taxa de câmbio vigente no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento.

§ 3º As garantias de pagamento ao licitante brasileiro devem ser equivalentes àquelas oferecidas ao licitante estrangeiro.

§ 4º Para fins de julgamento da licitação, as propostas apresentadas por licitantes estrangeiros devem ser acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes brasileiros quanto à operação final de venda, bem como do valor correspondente aos subsídios ou incentivos que desfrutar, por si ou seus controladores, em seu país de origem, em razão de operações realizadas no exterior.

§ 5º As cotações de todos os licitantes devem ser para entrega no mesmo local de destino.

§ 6º Salvo na hipótese de tratado multilateral ou internacional, do qual o Brasil seja signatário, prever tratamento diverso, o licitante estrangeiro deverá juntar à sua documentação comprovação, emitida pela respectiva missão diplomática brasileira permanente, de que o país de sua origem admite, por sua vez, a participação de empresas brasileiras em suas licitações e contratações públicas, em forma substancialmente análoga à prevista no edital.

TÍTULO III

DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Capítulo I

Instrumento Convocatório

Art. 68. A Administração e os licitantes não podem descumprir as normas e as condições do edital, ao qual se acham estritamente vinculados.

Art. 69. O edital divide-se em três partes, devendo constar:

I. na primeira, preâmbulo:

- a. o nome da entidade, do órgão e da unidade administrativa que está promovendo a licitação;
- b. o número de ordem em série anual;
- c. a modalidade e o tipo da licitação;
- d. o local, dia e hora para entrega da proposta e comprovação da habilitação, se for o caso;
- e. o prazo para impugnação;
- f. os meios de comunicação e os códigos de acesso disponibilizados para os interessados, com indicação dos horários de atendimento e nome dos servidores responsáveis pelos esclarecimentos;

g. no caso de obras e serviços de engenharia, os locais e horários onde pode ser examinado e adquirido o projeto;

h. o local, dia e hora para início da abertura das propostas e, quando for o caso, da habilitação;

II – na segunda, corpo do edital:

- a. a menção de que é regida por esta lei e legislação nacional sobre normas gerais de licitação, em vigor;
- b. instruções para a impugnação do edital e obtenção de orientações;

c. o objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

d. condições para participação na licitação;

e. forma de apresentação dos documentos e das propostas;

f. procedimentos para a sessão de recebimento e análise das propostas e dos documentos;

g. critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos, inclusive, quando exigida a apresentação de propostas técnicas, a pontuação prevista para cada item;

h. o preço máximo e as condições de pagamento, este não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

i. multa, juros de mora e atualização monetária incidentes sobre o valor devido e calculado entre a data do vencimento da obrigação de pagamento e a data em que este efetivamente ocorrer;

j. instruções para os recursos previstos nesta lei;

k. prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;

l. penalidades aplicáveis por irregularidades praticadas durante o processo licitatório e pelo não atendimento às regras referidas na alínea anterior;

m. condições de recebimento do objeto da licitação
n. outras indicações específicas ou peculiares da licitação;

o. prazo para indicar o representante.

III - na terceira, dos anexos:

a. na concorrência, tomada de preços e no convite, o projeto básico, quando for o caso;

b. orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, compatíveis com os de mercado;

c. minuta do contrato;

d. outros elementos julgados relevantes pela Administração.

§ 1º Alternativamente à indicação de preços, a Administração pode exigir que a proposta apresente descontos em relação às tabelas de referência usualmente praticadas na iniciativa privada ou fixadas por órgão oficial.

§ 2º O edital deve estabelecer prazo de validade das propostas, observando-se que:

I - será de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega das propostas, exceto quando se tratar de licitação para contratação de obras, hipótese em que o prazo será de 180 (cento e oitenta) dias; se outro não estiver fixado no edital, sendo o limite máximo de 360 (trezentos e sessenta dias).

II - findo o prazo, não havendo a convocação para assinar o contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos;

III - o proponente que estabelecer prazo inferior ao definido pela Administração tem a proposta desclassificada, podendo a impropriedade ser saneada pelo representante indicado.

Art. 70. É vedado constar do edital:

I - cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes, sem prévia motivação técnica;

II - qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

III - tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o direito de preferência em relação aos:

a. bens e serviços de informática especiais, nos termos definidos de respectiva legislação; e

b. bens e serviços produzidos no país;

IV - obrigação do licitante de obter recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem;

V - o fornecimento de bens e a prestação de serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto, ressalva-

dos os casos de pré-qualificação e sistema de registro de preços;

VI - objeto que inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas.

VII - recusar a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;

VIII - exigência de comprovação de atividades ou de aptidão, com limitações de tempo ou de época, ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta lei, que inibam a participação na licitação;

IX - exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade;

X - exigência de prévio recolhimento de taxas ou emolumentos salvo os referentes a fornecimento do edital, quando solicitado, com os seus elementos constitutivos, limitados ao valor do custo efetivo de reprodução;

XI - fixação de preços mínimos, ressalvados os casos de alienação de bens;

XII - julgamento do preço por critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvada a hipótese de licitação de técnica e preço;

XIII - utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes;

XIV - disposição que obste ou prejudique a restauração do equilíbrio contratual quando esta se justificar.

Parágrafo Único. As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, devem ser atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade para data de início do contrato, sob as penas cabíveis, vedadas as exigências de propriedade e de localização prévia.

Art. 71. A minuta do edital deve ser previamente examinada e aprovada pelo órgão jurídico da unidade ou agente por esse designado, devidamente habilitado e qualificado.

Parágrafo único. É permitido o uso de edital padrão com cláusulas uniformes.

Art. 72. O edital de licitação pode ser impugnado, motivadamente:

I - por qualquer cidadão até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, exceto para os casos de convite e pregão, cujo prazo será de 2 (dois) dias úteis;

II - por qualquer interessado em participar da licitação; até dois dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas.

§ 1º Administração deve julgar e responder à impugnação prevista nos incisos I e II deste artigo, em até

24 (vinte e quatro) horas para o pregão e 3 (três) dias úteis para os demais casos,

§ 2º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 3º Enquanto não decidida a impugnação ao edital, feita tempestivamente, fica suspenso o processo até a regular resposta, devidamente motivada.

§ 4º Sendo necessário o adiamento da data para elaboração e entrega das propostas e, sendo o caso, da habilitação, ou havendo modificação no edital, a Administração Pública:

I - comunica o fato aos representantes indicados;

II - republica o edital escoimado dos vícios, devolvendo o prazo original .

III - faz a devolução aos licitantes das propostas, lacradas, já entregues na repartição, para eventual alteração ou adaptação das mesmas.

§ 5º Em caso de comprovação de ilegalidade ou procedentes as razões apresentadas nas impugnações previstas nos incisos I e II, *caput* do artigo 72, a Administração deve declarar a nulidade do procedimento licitatório.

Capítulo II

Da Habilitação

Art. 73. Para a habilitação nas licitações será exigido dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV - regularidade fiscal.

V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Seção I

Da Habilitação Jurídica

Art. 74. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

I - cédula de identidade;

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Seção II

Da Regularidade Fiscal

Art. 75. A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso, consistirá em:

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

Seção III

Qualificação Técnica

Art. 76. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º No caso das licitações pertinentes a obras e serviços, a comprovação da aptidão referida no inciso II deste artigo será efetuada mediante um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, suficientes para comprovar a aptidão do licitante.

§ 2º A exigência relativa à capacitação técnica limitar-se-á à comprovação do licitante possuir, em nome da empresa, atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes às do objeto da licitação, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação ou de possuir, em seu quadro permanente e na data prevista para a entrega da proposta, pro-

fissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de tal atestado;

§ 3º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 4º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 5º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 6º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo, ou de época, ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta lei, que inibam a participação na licitação.

§ 7º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10 Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

Seção IV

Da Qualificação Econômico-financeira

Art. 77. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou

de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no *caput* e parágrafo 1º do artigo 89 desta lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no parágrafo 1º do artigo 89 desta lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo 2º não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Seção V

Das Disposições Gerais sobre Habilitação

Art. 78. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

§ 1º Os requisitos de habilitação previstos nos artigos 75 a 77 poderão ser dispensados, no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão.

§ 2º O certificado de registro cadastral a que se refere o parágrafo 1º do artigo 28 emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no instrumento con-

vocatório, substitui os documentos enumerados nos artigos 75 a 77 quanto às informações disponibilizadas em sistema informatizado de consulta direta, indicado no edital.

§ 3º As empresas estrangeiras que não funcionem no País, tanto quanto possível, atenderão, nas licitações internacionais, às exigências dos parágrafos anteriores mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

§ 4º Não se exigirá, para a habilitação de que trata este artigo, prévio recolhimento de taxas ou emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, quando solicitado, com os seus elementos constitutivos, limitados ao valor do custo efetivo de reprodução gráfica da documentação fornecida.

§ 5º O disposto no parágrafo 3º deste artigo, no parágrafo 1º do artigo 79 e no parágrafo 3º do artigo 97, não se aplica às licitações internacionais para:

I - aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte, ou por agência estrangeira de cooperação;

II - nos casos de contratação com empresa estrangeira, para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior, desde que para este caso tenha havido prévia autorização do Chefe do Poder Executivo;

III - nos casos de aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

Seção VI

Da Participação em Consórcio

Art. 79. Quando for permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, as seguintes normas deverão ser observadas:

I - comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no edital;

III - apresentação dos documentos exigidos nos artigos 74 a 77 por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a Administração estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei;

IV - impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no inciso II deste artigo.

§ 2º O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

Capítulo III

Tipos de Licitação

Art. 80. O julgamento da licitação será determinado pelo critério de:

I - melhor preço, quando é declarado vencedor da licitação o proponente que, atendendo as condições de habilitação e os requisitos necessários de qualidade, adequação, rendimento, segurança, prazo, e outros previstos objetivamente no edital ou convite, cotar o menor preço;

II - melhor técnica,

III - técnica e preço, quando é declarado vencedor o licitante que, atendendo as condições da habilitação e os requisitos mínimos da técnica, cotar preço que, pelo fator ponderado com a nota técnica, resulte na proposta mais vantajosa para a Administração;

IV - maior lance ou oferta.

§ 1º É vedada a utilização de outros tipos de licitação não previstos neste artigo.

§ 2º No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita obrigatoriamente por sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

§ 3º No caso da licitação do tipo "menor preço", entre os licitantes considerados qualificados a classificação se dará pela ordem crescente dos preços propostos, prevalecendo, no caso de empate, exclusivamente o critério previsto no parágrafo anterior.

§ 4º Na hipótese prevista no artigo 39, parágrafo 7º, serão selecionadas tantas propostas quantas necessárias até que se atinja a quantidade demandada na licitação.

Art. 81. Os tipos de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço" serão utilizados:

I - para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos.

II - para contratação de bens e serviços de informática, a administração observará o disposto no artigo 3º da

Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, levando em conta os fatores especificados em seu parágrafo 2º e adotando obrigatoriamente o tipo de licitação "técnica e preço", permitido o emprego de outro tipo de licitação nos casos indicados em decreto do Poder Executivo.

III - excepcionalmente, por autorização expressa e mediante justificativa circunstanciada da maior autoridade da Administração promotora constante do ato convocatório, para fornecimento de bens e execução de obras ou prestação de serviços de grande vulto majoritariamente dependentes de tecnologia nitidamente sofisticada e de domínio restrito, atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação, nos casos em que o objeto pretendido admitir soluções alternativas e variações de execução, com repercussões significativas sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade concretamente mensuráveis, e estas puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, na conformidade dos critérios objetivamente fixados no ato convocatório.

§ 1º Nas licitações do tipo "melhor técnica" será adotado o seguinte procedimento claramente explicitado no instrumento convocatório, o qual fixará o preço máximo que a Administração se propõe a pagar:

I - serão abertos os envelopes contendo as propostas técnicas e feita a avaliação e classificação destas propostas de acordo com os critérios pertinentes e adequados ao objeto licitado, definidos com clareza e objetividade no instrumento convocatório e que considerem a capacitação e a experiência do proponente, a qualidade técnica da proposta, compreendendo metodologia, organização, tecnologias e recursos materiais a serem utilizados nos trabalhos, e a qualificação das equipes técnicas a serem mobilizadas para a sua execução;

II - uma vez classificadas as propostas técnicas, proceder-se-á à abertura das propostas de preço dos licitantes que tenham atingido a valorização mínima estabelecida no instrumento convocatório e à negociação das condições propostas, com a proponente melhor classificada, com base nos orçamentos detalhados apresentados e respectivos preços unitários e tendo como referência o limite representado pela proposta de menor preço entre os licitantes que obtiveram a valorização mínima;

III - no caso de impasse na negociação anterior, procedimento idêntico será adotado, sucessivamente, com os demais proponentes, pela ordem de classificação, até a consecução de acordo para a contratação;

IV - as propostas de preços e envelope dos documentos de habilitação serão devolvidos intactos aos licitantes que não obtiverem a valorização mínima estabelecida para a proposta técnica.

§ 2º Nas licitações do tipo "técnica e preço" será adotado, adicionalmente ao inciso I do parágrafo anterior, o seguinte procedimento claramente explicitado no instrumento convocatório:

I - será feita a avaliação e a valorização das propostas de preços, de acordo com critérios objetivos preestabelecidos no instrumento convocatório;

II - a classificação dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnicas e de preço, de acordo com os pesos preestabelecidos no instrumento convocatório.

Art. 82. Nas licitações para a execução de obras e serviços, quando for adotada a modalidade de execução de empreitada por preço global, a Administração deverá fornecer obrigatoriamente, junto com o edital, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação.

Capítulo IV

Do Procedimento no Julgamento da Licitação e Classificação das Propostas

Art. 83. Deverá ser observada norma geral nacional que fixa ou prevê o limite de valor estimado para uma licitação, para realização de audiência pública concedida pela autoridade responsável com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a publicação do edital, e divulgada, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis de sua realização, pelos mesmos meios previstos para a publicidade da licitação, à qual terão acesso e direito a todas as informações pertinentes e a se manifestar todos os interessados.

Parágrafo Único. Para os fins deste artigo, consideram-se licitações simultâneas aquelas com objetos similares e com realização prevista para intervalos não superiores a trinta dias e licitações sucessivas aquelas em que, também com objetos similares, o edital subsequente tenha uma data anterior a cento e vinte dias após o término do contrato resultante da licitação antecedente.

Art. 84. Em ato público, do qual se lavrará ata circunstanciada a ser assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão, no dia e hora designados no edital, os licitantes apresentarão, em envelopes lacrados, os documentos da habilitação, a proposta de preços e, se for o caso, a proposta técnica.

Parágrafo Único. Antes de serem abertos os envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação deverão ser rubricados pelos membros da comissão e pelos licitantes presentes, permanecendo lacrados.

Art. 85. Será observado o seguinte procedimento para julgamento das propostas:

I - a comissão de licitação abrirá os envelopes contendo as propostas, facultando aos presentes rubricá-las;

II - a seguir verificará a conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

III - procederá ao julgamento e classificação das propostas restantes, de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

IV - encerrada a fase de classificação das propostas ou o oferecimento de lances, será aberto o envelope com os documentos de habilitação do licitante mais bem classificado (dos concorrentes classificados nos três primeiros lugares);

V - verificado o atendimento das exigências do edital, o licitante será declarado vencedor;

VI - inabilitado o licitante melhor classificado, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante com a proposta classificada em 2º (segundo) lugar, e assim, sucessivamente, até que um licitante classificado atenda às condições fixadas no edital;

VII - proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor.

VIII - poderá a comissão optar pela suspensão dos trabalhos para análise mais acurada, se assim entender necessário.

§ 1º Havendo suspensão dos trabalhos, o presidente da comissão ou o pregoeiro informará o dia, hora e local em que serão reiniciados os trabalhos, ficando cientes, desde logo, os licitantes presentes e fazendo a comunicação direta, por meio eletrônico de comunicação à distância ou correspondência postal aos que indicaram representantes e aos que se ausentaram após abertura da sessão.

§ 2º O edital poderá prever a possibilidade de saneamento de falhas, de complementação de insuficiências ou ainda de correções de caráter formal no curso do procedimento, desde que o licitante possa satisfazer as exigências dentro do prazo fixado no instrumento convocatório.

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, não sendo permitida, após a entrega dos documentos e propostas, a substituição ou apresentação de documentos, salvo para, a critério da comissão de licitação ou pregoeiro:

I - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento dos documentos e propostas;

II - esclarecer dúvidas ou manifestos erros materiais.

§ 4º Iniciada a sessão de abertura das propostas, não mais cabe desistência do licitante, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

Art. 86. No caso de empate entre duas ou mais propostas a classificação se faz, obrigatória e sucessivamente, em favor dos seguintes critérios:

I - aos bens produzidos no País;

II - por sorteio, para o qual todos os licitantes em empate são convocados, em ato público, a ser realizado em prazo não inferior a 5 (cinco) dias.

Art. 87. Nas licitações do tipo melhor técnica e técnica e preço a análise e classificação das propostas técnicas devem anteceder as das propostas de preços.

Art. 88. É vedado a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

§ 1º Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital ou no convite, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes, salvo esta última hipótese para as modalidades pregão e leilão.

§ 2º Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior aplica-se também às propostas que incluam mão-de-obra estrangeira ou importações de qualquer natureza.

§ 4º Não será ainda computado como valor da obra ou serviço, para fins de julgamento das propostas de preços, a atualização monetária das obrigações de pagamento, desde a data final de cada período de aferição até a do respectivo pagamento, que será calculada pelos mesmos critérios estabelecidos obrigatoriamente no ato convocatório.

Art. 89. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

II - as propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a demonstrar sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a. média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou

b. valor orçado pela administração.

§ 2º Dos licitantes classificados na forma do parágrafo anterior cujo valor global da proposta for inferior a

80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem às alíneas "a" e "b", será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no parágrafo 1º do artigo 89, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta.

§ 3º Quando todas as propostas técnicas ou de preço forem desclassificadas ou todos os licitantes inabilitados, a Administração poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis, para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas que levaram à sua rejeição.

§ 4º Cumprido o disposto nos artigos anteriores, a comissão procede à leitura da ata, decidindo de imediato quaisquer reclamações que sobre esta forem apresentadas, dando em seguida por finda a licitação.

Capítulo V

Homologação

Art. 90. A autoridade superior pode:

I - homologar o resultado, ordenar a sua publicação na imprensa oficial;

II - anular, no caso de ilegalidade, motivando a decisão e ordenando a correção do procedimento quando for o caso.

§ 1º O ato de homologação é da competência da autoridade indicada em decreto do Chefe do Poder Executivo e implica a responsabilidade:

I - dos atos e procedimentos homologados;

II - dos atos praticados em substituição aos desaprovados;

III - no dever de fiscalizar os atos subseqüentes até a assinatura do contrato.

Art. 91. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente pode revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, observando as seguintes regras:

I - a anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar; ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 88 desta lei.

II - a nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 101 desta lei.

III - no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa;

Art. 92. O disposto no artigo 77 e 78 aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Art. 93. A Administração não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, sob pena de nulidade.

Capítulo VI

Dos Recursos Administrativos

Art. 94. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta lei caberá

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a. habilitação ou inabilitação do licitante;

b. julgamento das propostas;

c. anulação ou revogação da licitação;

d. indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

e. rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do artigo 133 desta lei;

f. aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III - pedido de reconsideração da declaração de inidoneidade, feita pela autoridade competente no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

§ 1º A intimação dos atos referidos no artigo 94, inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "e", deste artigo, excluídos os relativos à advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I do artigo 94 terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

§ 3º Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão contra-razoá-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 4º Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade convite os prazos estabelecidos nos incisos I e II e no parágrafo 3º deste artigo serão de dois dias úteis.

§ 5º Analisado o recurso e contra-razões, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a comissão ou o pregoeiro pode:

I - rever a decisão; ou

II - remeter os autos à autoridade superior, motivando a manutenção da decisão;

§ 6º No prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento dos autos, a autoridade superior decide, intimando aos interessados a decisão e seus fundamentos.

§ 5º O acolhimento do recurso implica alteração das decisões anteriores e o refazimento dos atos decorrentes, aproveitando-se os que não forem atingidos pela decisão.

§ 6º Nenhum prazo para interposição de recurso ou para contra-razões se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

Art. 95 No pregão o recurso será único, no prazo de 3 (três) dias úteis, abrangendo tanto o julgamento das propostas como a habilitação do licitante vencedor.

§ 1º As contra-razões pelos demais licitantes e decisão do recurso à autoridade superior terá o prazo de 3 (três) dias úteis.

§ 2º O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

§ 3º A acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Art. 96. A não manifestação do licitante ou do representante indicado, na oportunidade própria, implica a decadência do direito de recorrer.

TÍTULO IV DOS CONTRATOS Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 97. Os contratos administrativos caracterizam-se pela preponderância do interesse público que confere prerrogativas à Administração, exercidas nos limites e termos desta lei, de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no artigo 132;

III - fiscalizar-lhes a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - nos casos de interesse público e nas hipóteses de necessidade de acautelar a apuração administrativa de infrações contratuais pelo contratado e de rescisão administrativa do contrato, pode, provisoriamente, ocupar bens imóveis e utilizar-se de bens móveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato.

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não podem ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese do inciso I do *caput* deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato devem ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

§ 3º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquela domiciliada no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da

Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no parágrafo 5º do artigo 78 desta lei.

Art. 98. O instrumento contratual no qual se materializa a vontade das partes e se ordena o conteúdo do acordo deverá estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

§ 1º Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

§ 2º São competentes para celebrar contratos os Chefes de Poder, os Presidentes dos Tribunais de Contas, o Procurador Geral de Justiça e os titulares das entidades públicas da Administração indireta ou quem deles receber delegação.

§ 3º Na interpretação dos contratos devem ser considerados:

I - os termos do edital e da proposta a que se vinculam;

II - os motivos da contratação direta que fundamentam o ato e a respectiva proposta;

III - os preceitos de direito público e, ainda, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Art. 99. São cláusulas necessárias, em todo instrumento contratual, e no que couber em "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis, as que estabeleçam:

I - os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação ou da contratação direta;

II - o objeto e seus elementos característicos;

III - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

IV - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

V - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

VI - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VIII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

IX - os casos de rescisão;

X - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do contrato;

XI - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XII - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XIII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIV - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XV - O foro e ao modo amigável de solução das divergências

Art. 100. Aplica-se o disposto nos artigos 97 e 99 desta lei e demais normas gerais, no que couber:

I - aos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado;

II - aos contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público.

Art. 101. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo Único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

Seção I

Da Garantia de Execução

Art. 102. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária.

§ 2º A garantia a que se refere o *caput* deste artigo não excederá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 3º deste artigo.

§ 3º Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia previsto no parágrafo anterior

poderá ser elevado para até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

§ 4º A garantia prestada pelo licitante vencedor poderá converter-se em garantia do contrato, devendo ser complementada, quando necessário.

§ 5º O complemento da garantia poderá ser exigido de uma vez, como condição para a assinatura do contrato.

§ 6º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

§ 7º Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens.

§ 8º O não recolhimento, pelo adjudicatário, da garantia de fiel execução do contrato no prazo estabelecido no instrumento convocatório para assinatura do contrato caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades correspondentes e à imediata execução da garantia de proposta a que se refere o parágrafo 1º do artigo 102 desta lei.

§ 9º Os contratos de obras, serviços e fornecimento de bens para entrega futura, prestada garantia nos termos do parágrafo 1º, poderão prever adiantamento de pagamento, desde que não superior a cada etapa da execução.

Seção II

Da Duração dos Contratos

Art. 103. A duração dos contratos regidos por esta lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto:

I - aos contratos cujo objeto esteja contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais podem ser dimensionados, no interesse da Administração, em até 60 (sessenta) meses;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

§ 1º Os contratos em que a Administração não incorra em despesa têm vigência de até 60 (sessenta) meses.

§ 2º Nos projetos contemplados no Plano Plurianual, o prazo de vigência dos contratos deve ser compatível com a conclusão do objeto.

§ 3º A Administração pode fixar prazo de vigência superior ao do orçamento ou do Plano Plurianual, conforme o caso, desde que faça parte do contrato condição resolutive prevendo sua extinção, na hipótese das despesas decorrentes não serem compatíveis com orçamentos ou planos plurianuais subsequentes.

§ 4º É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

Seção III

Da Prorrogação do Contrato

Art. 104. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 1º Ocorrendo impedimento, paralisação ou suspensão do contrato, o prazo ou cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

Art. 105. Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do artigo 90 poderá ser prorrogado por até 12 (doze) meses.

Art. 106. Qualquer prorrogação deverá ser solicitada ainda no prazo de vigência do contrato, com justificção escrita e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste.

Parágrafo Único. A prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua deverá ser solicitada pelo servidor responsável pelo seu acompanhamento no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias antes do seu termo final.

Capítulo II

Da Formalização dos Contratos

Art. 107. Os contratos, seus aditamentos e apostilas são lavrados na repartição interessada.

§ 1º Os contratos relativos a direitos reais sobre imóveis formalizam-se de acordo com legislação específica.

§ 2º Os contratos devem ser arquivados junto com os processos de licitação ou de contratação direta, abrindo-se tantos volumes quantos sejam necessários à boa organização processual.

Art. 108. A formalização do contrato se faz por meio de:

I - instrumento de contrato – que é obrigatório nos casos precedidos de licitação ou contratação direta em que:

a. exista obrigação futura do contratado, não garantida por cláusula de assistência técnica ou certificado de garantia do fabricante;

b. objeto seja manutenção de equipamentos, bens ou instalações da Administração Pública;

c. seja bens e serviços de informática não comuns;

d. objeto seja concessão ou permissão de uso de bens;

e. tenha vigência superior a 12 (doze) meses;

f. exista cláusula de reversão de doação ou de bens;

ou

g. em qualquer caso, quando exigida garantia;

II - carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço nos demais casos;

III - aditivo contratual, quando houver alteração do preço, prazo ou objeto; ou

IV - ata de registro de preços, no caso de SRP.

§ 1º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

§ 2º Nos casos do inciso II do *caput* deste artigo a Administração:

a. entrega ao proponente a relação das informações usualmente constantes do instrumento de contrato, a cujo cumprimento fica o mesmo obrigado;

b. anexa ao edital a minuta da relação das informações, para prévio conhecimento do proponente;

c. procede às alterações por simples apostila.

§ 3º Processam-se também por simples apostila as alterações:

I - de preço decorrentes de reajustes previstos no próprio contrato;

II - quantitativas do objeto e dos consequentes preços até o limite admitido nesta lei;

III - as prorrogações de prazo inicialmente previstas no edital e as de até metade do prazo inicialmente estabelecido.

§ 4º É vedado o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, feitas em regime de adiantamento, nos termos da legislação específica.

§ 5º É vedado atribuir efeito retroativo ao contrato, exceto em caso de extrema e comprovada urgência, hipó-

tese em que sua formalização deverá ocorrer em 48 (quarenta e oito) horas, convalidando-se a execução por despacho motivado.

Art. 109. No prazo estabelecido no edital, após a homologação da licitação, ou no prazo estabelecido na convocação, o interessado deve comparecer para assinar, aceitar ou retirar o termo de contrato ou o instrumento equivalente.

§ 1º Decai do direito à contratação o proponente que não atender o prazo estabelecido.

§ 2º Implica em imposição das sanções previstas nesta lei para o descumprimento total do contrato, além da perda da garantia da licitação.

a. a não comprovação da veracidade das declarações firmadas integrantes da documentação de licitação, no prazo estabelecido pela Administração;

b. o não comparecimento, a recusa em firmar o compromisso ou a pretensão de alterar os seus termos em prejuízo do interesse público.

§ 3º O prazo a que se refere o *caput* deste artigo pode ser prorrogado por igual período, durante o seu transcurso, quando solicitado pela parte, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

§ 4º É facultado à Administração, quando não atendida a convocação no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, desde que o preço seja compatível com o praticado no mercado ou revogar a licitação.

Art. 110. É obrigatório publicar o resumo do contrato e dos seus aditamentos para adquirirem eficácia, devendo ser providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no artigo 35 desta lei.

Art. 111. É permitido o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório:

I - a qualquer licitante;

II - a qualquer interessado, mediante o ressarcimento dos custos.

Parágrafo Único. À vista dos argumentos do interessado, reconhecendo-se o legítimo direito, pode ser dispensado o ressarcimento.

Seção I

Da Alteração dos Contratos

Art. 112. Os contratos regidos por esta lei podem ser alterados pela Administração Pública, precedidos das devidas justificativas:

§ 1º O objeto do contrato pode ser alterado:

I - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da Administração estadual;

II - se for necessário acréscimo ou supressão do objeto, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato;

III - se for necessário acréscimo ou diminuição no caso de reforma até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento);

IV - a critério da Administração se, após o edital, for lançado produto tecnologicamente mais avançado e o contratado aceitar fornecê-lo pelo preço da proposta;

V - as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

§ 2º Em situações especiais e devidamente justificadas, admite alterações qualitativas que superem os limites legais previstos nos incisos II e III desde que observadas as seguintes situações:

I - não acarretar para a Administração encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual por razões de interesse público, acrescidos aos custos da elaboração de um novo procedimento licitatório;

II - não possibilitar a inexecução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira do contratado;

III - decorrer de fatos supervenientes que impliquem em dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial;

IV - não ocasionar a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos;

V - ser necessária à completa execução do objeto original do contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;

VI - demonstrar, na motivação do ato que autorizar o aditamento contratual na hipótese deste parágrafo, que as consequências da rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação importam sacrifício insuportável ao interesse coletivo a ser atendido pela obra ou serviço, ou gravíssimas a esse interesse; inclusive à sua urgência e emergência.

§ 3º O valor do contrato pode ser alterado quando:

I - a alteração for consequência dos casos dos incisos I a III do parágrafo anterior;

II - visar a restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual;

III - ocorrer a criação, extinção ou alteração de quaisquer tributos ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, que deverão ser revistos para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 4º O prazo de execução do contrato pode ser alterado quando houver:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 5º A garantia pode ser alterada quando conveniente a substituição a pedido do contratado ou licitante e aceita pela Administração.

§ 6º O regime de execução e o modo de fornecimento, poderão ser alterados em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

§ 7º A forma de pagamento pode ser alterada, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

§ 8º No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes devem ser ressarcidos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

§ 9º Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deve restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§ 10. Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no parágrafo 1º deste artigo.

§ 11. A revisão do preço original do contrato, quando imposta em decorrência das disposições deste artigo, dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos

dos setores técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente.

§ 12. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

Seção II

Do Reajustamento

Art. 113. O reajustamento dos preços contratuais, previsto nesta lei, deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, optando a Administração pela adoção dos índices específicos ou setoriais mais adequados à natureza da obra, compra ou serviço, sempre que existentes.

Art. 114. Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial, que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

Parágrafo único. Quando o bem ou serviço estiver submetido a controle governamental, o reajustamento de preços não poderá exceder aos limites fixados.

Art. 115. O reajustamento de preços será efetuado na periodicidade prevista em lei nacional.

Parágrafo Único. Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido situação passível de revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, será o pedido de revisão apreciado à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

Art. 116. Havendo atraso ou antecipação na execução das obras, serviços ou fornecimentos, relativamente à previsão do respectivo cronograma, que decorra da responsabilidade ou iniciativa do contratado, o reajustamento obedecerá às condições seguintes:

I - quando houver atraso, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora, se os preços aumentarem, prevalecerão os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação; se os preços diminuírem, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação;

II - quando houver antecipação, prevalecerá o índice da data do efetivo cumprimento da obrigação.

Seção III

Da Execução dos Contratos

Art. 117. O contrato deve ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as

normas desta lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Art. 118. Todo contrato é acompanhado por um gestor de contrato, representante da Administração Pública, sendo:

I - preferencialmente um agente ocupante de cargo efetivo do quadro permanente da Administração;

II - previamente designado pela autoridade signatária do contrato, por parte da Administração;

§ 1º É permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiar o gestor de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 2º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 3º O gestor do contrato anota as ocorrências em registro próprio, que, ao término do contrato, deve ser juntado ao mesmo, observando-se:

I - a obrigatoriedade do registro próprio, nos casos de:

- a) objeto de execução continuada;
- b) obras e serviços de engenharia;
- c) bens e serviços de informática especiais;

II - o contratado tem direito a obter cópia dos registros e ser informado a cada alteração.

§ 4º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante devem ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

§ 5º Os fatos que possam determinar prorrogação de prazo, reajustamento do valor contratual ou justificção de mora só podem ser considerados se estiverem motivados e devidamente anotados no registro próprio.

Art. 119. O contratado deve manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço para representá-lo na execução do contrato.

Art. 120. O contratado é obrigado a:

I - reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

II - responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Art. 121. O contratado é o único responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos estabelecidos neste artigo, não transfere

à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem pode onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

§ 2º Nos termos da regulamentação específica dos órgãos arrecadadores, é permitida a retenção de encargos incidentes diretamente na execução do contrato.

Art. 122. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, pode subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite previamente admitido, em cada caso, pela Administração.

Art. 123. Executado o contrato, o seu objeto deve ser recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, com duração máxima de 90 (noventa) dias;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no inciso I do artigo 120.

II - em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do material com a proposta e consequente aceitação.

§ 1º Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento faz-se mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 3º Salvo nos casos devidamente justificados e previstos no edital, os prazos para recebimento definitivo não podem ser superiores a:

I - 90 (noventa) dias, quando se tratar de obras e serviços de grande vulto;

II - 30 (trinta) dias, nos demais casos.

§ 4º Se o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este artigo não forem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, salvo por fatos supervenientes, reputam-se como realizados satisfatoriamente, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

§ 5º O recebimento definitivo de obras, compras ou serviços, cujo valor do objeto seja superior ao limite esta-

belecido em lei nacional para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.

§ 6º Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade contratante, não dispondo o edital de forma diversa, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos.

Art. 124. Pode ser dispensado o recebimento provisório nos seguintes casos:

I - gêneros perecíveis e alimentação preparada;

II - obras e serviços de valor estipulado em lei nacional para convite, que não sejam de engenharia, e desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade;

III - outros serviços.

Parágrafo Único. Nos casos deste artigo, o recebimento é feito mediante recibo.

Art. 125. Salvo disposições em contrário constantes do edital, do convite ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato, correm por conta do contratado.

Art. 126. A Administração deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

Art. 127. Cada Unidade gestora executora da Administração, no pagamento de obrigações pecuniárias decorrentes de contrato, deve obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de sua exigibilidade, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada na imprensa oficial.

Seção IV

Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos

Art. 128. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 129. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - a alteração subjetiva da execução do contrato, mediante:

a. a subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, com quem não atenda as condições de habilitação e sem prévia autorização da Administração;

b. a fusão, cisão ou incorporação, a associação do contratado com outrem, não admitidas no edital e no contrato;

VII - desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo 2º do artigo 118 desta lei;

IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII - a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no incisos II e III, parágrafo 1º do artigo 112;

XIV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV - atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou

fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

XVIII - falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

XIX - descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

XX - superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração;

XXI - perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

Parágrafo Único. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado ao contratado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

Art. 130. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação;

§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo anterior, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.

§ 3º Ocorrendo impedimento, paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

Art. 131. A rescisão de que trata o inciso I do artigo 130 acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas nesta lei:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do artigo 97 desta lei;

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II deste artigo fica a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º É permitido à Administração, no caso de concordata do contratado, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

§ 3º Na hipótese do inciso II deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade máxima do órgão ou entidade, conforme o caso.

§ 4º A rescisão de que trata o inciso IV do artigo anterior permite à Administração, a seu critério, aplicar a medida prevista no inciso I deste artigo.

Capítulo III

Revogação e Anulação

Art. 132. A autoridade superior competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Em qualquer hipótese de desfazimento do processo licitatório, ficam assegurados o contraditório e ampla defesa.

§ 3º Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Capítulo IV

Dos Convênios

Art. 133. Constitui o convênio uma forma de ajuste entre o Poder Público e entidades públicas ou privadas, buscando a consecução de objetivos de interesse comum, por colaboração recíproca, distinguindo-se dos contratos pelos principais traços característicos:

I - igualdade jurídica dos partícipes;

II - não persecução da lucratividade;

III - possibilidade de denúncia unilateral por qualquer dos partícipes, na forma prevista no ajuste;

IV - diversificação da cooperação oferecida por cada partícipe;

V - responsabilidade dos partícipes limitada, exclusivamente, às obrigações contraídas durante o ajuste.

Art. 134. A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelo Estado do Paraná e demais entidades da Administração depende de prévia aprovação do competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I - identificação do objeto a ser executado;
- II - metas a serem atingidas;
- III - etapas ou fases de execução;
- IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;
- V - cronograma de desembolso;
- VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

§ 1º Os convênios, acordos, ou ajustes que não impliquem repasse de verba pela entidade conveniente, poderão prescindir das condições previstas nos incisos IV e V deste artigo.

§ 2º O plano de trabalho deverá ser elaborado com a observância dos princípios da Administração Pública, especialmente os da isonomia, sustentabilidade ambiental, eficiência, economicidade, proporcionalidade, vantajosidade e razoabilidade.

§ 3º O plano de trabalho deve detalhar as ações a serem implementadas e, envolvendo construções e/ou reformas, ser acrescido do projeto próprio, aprovado pelos órgãos competentes, acompanhado de cronograma físico-financeiro da obra.

Art. 135. Sem prejuízo do acompanhamento direto pelos órgãos setoriais, o órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios supervisionará a fiel execução dos convênios.

Art. 136. Os processos destinados à celebração de convênio deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

- I - ato constitutivo da entidade conveniente;
- II - comprovação de que a pessoa que assinará o convênio detém competência para este fim específico;
- III - prova de regularidade do conveniente para com as Fazendas Públicas;
- IV - prova de regularidade do conveniente para com a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos/CND, e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação/CRS;

V - plano de trabalho detalhado, com a clara identificação das ações a serem implementadas e da quantificação de todos os elementos;

VI - prévia aprovação do plano de trabalho pela autoridade competente;

VII - informação das metas a serem atingidas com o convênio;

VIII - justificativa da relação entre custos e resultados, inclusive para aquilatação da equação custo/benefício do desembolso a ser realizado pela Administração em decorrência do convênio;

IX - especificação das etapas ou fases de execução, estabelecendo os prazos de início e conclusão de cada etapa ou fase programada;

X - orçamento devidamente detalhado em planilha;

XI - plano de aplicação dos recursos financeiros;

XII - correspondente cronograma de desembolso;

XIII - indicação das fontes de recurso - dotação orçamentária - que assegurarão a integral execução do convênio;

XIV - a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

XV - a declaração do ordenador da despesa de que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

XVI - sendo o convênio celebrado nos dois últimos quadrimestres do mandato é imprescindível que haja declaração do ordenador de despesa de que existe disponibilidade de caixa para pagamento das despesas decorrentes do convênio a ser celebrado.

Art. 137. A minuta do convênio deve ser adequada ao disposto no artigo anterior, devendo, ainda, contemplar:

I - detalhamento do objeto do convênio, descrito de forma precisa e definida;

II - especificação das ações, item por item, do plano de trabalho, principalmente as que competirem à entidade privada desenvolver;

III - previsão de prestações de contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada, correspondentes e consentâneos com o respectivo plano e cronograma de desembolso, sob pena de obstar o repasse das prestações financeiras subsequentes;

IV - indicação do agente público que, por parte da Administração, fará o acompanhamento e a fiscalização do convênio e dos recursos repassados, bem como a forma do acompanhamento, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestação da satisfatória realização do objeto do convênio;

V - previsão de que o valor do convênio não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela Administração de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das eta-

pas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por aditivo;

VI - previsão da necessidade de abertura de conta específica para aplicação dos recursos repassados.

Art. 138. Os recursos financeiros repassados em razão do convênio não perdem a natureza de dinheiro público, ficando a sua utilização vinculada aos termos previstos no ajuste e devendo a entidade, obrigatoriamente, prestar contas ao ente repassador e ao Tribunal de Contas.

Art. 139. As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos abaixo enumerados, hipóteses em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

I - quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelos órgãos competentes do controle interno da Administração;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

III - quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

Art. 140. No convênio é vedado:

I - previsão de pagamento de taxa de administração ou outras formas de remuneração ao conveniente;

II - transpasse, cessão ou transferência a terceiros da execução do objeto do convênio.

Art. 141. A ampliação do objeto do convênio dependerá de prévia aprovação de projeto de trabalho adicional e da comprovação da execução das etapas anteriores com a devida prestação de contas.

Art. 142. A ampliação do objeto do convênio e a prorrogação de seu prazo de vigência serão formalizadas mediante termo aditivo.

Art. 143. Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão, obrigatoriamente, aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de

mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

Art. 144. As receitas financeiras auferidas na forma do artigo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

Art. 145. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

Art. 146. Aplicam-se as disposições desta lei, no que couber, aos acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por qualquer dos Poderes do Estado, órgãos e entidades de sua Administração direta ou indireta, entre si ou com outras pessoas de direito público ou privado.

Capítulo V

Sanções Administrativas

Seção I

Das Vedações aos Agentes Públicos

Art. 147. É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere à moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Art. 148. Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta lei ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

Art. 149. Considera-se servidor público, para os fins desta lei, aquele que exerce, mesmo que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público.

§ 1º Equipara-se a servidor público, para os fins desta lei, quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, assim consideradas, além das fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, as demais entidades sob controle, direto ou indireto, do Poder Público Estadual.

Seção II

Modalidades das Sanções

Art. 150. O candidato a cadastramento, o licitante e o contratado que incorram em infrações administrativas sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

IV - declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 5 (cinco) anos;

V - descredenciamento do sistema de registro cadastral

Parágrafo Único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas ao adjudicatário e ao contratado, cumulativamente com a multa.

Art. 151. Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

Art. 152. A multa pode ser aplicada dentre outros motivos, a quem:

I - não mantiver sua proposta;

II - apresentar declaração falsa;

III - deixar de apresentar documento na fase de saneamento;

IV - descumprir obrigação contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato

Art. 153. O instrumento convocatório pode fixar os valores das multas, inclusive na forma de percentuais mínimos ou máximos, incidentes sobre o valor do contrato.

§ 1º A multa a que se refere este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas nesta lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

§ 3º Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá

pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente

Art. 154. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pode ser aplicada à participante que:

I - recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

II - não mantiver sua proposta;

III - abandonar a execução do contrato;

IV - incorrer em inexecução contratual.

Parágrafo Único. A aplicação da sanção prevista no *caput* deve observar as seguintes regras:

I - prazo de duração de 2 (dois) a 5 (cinco) anos; e

II - impedimento da participação da sancionada em procedimentos promovidos pela Entidade Estatal que a aplicou, sem prejuízo do disposto no artigo 158.

Art. 155. Quando a participante for punida com a sanção prevista no inciso III do artigo 150, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ela ficará proibida de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as Entidades Estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior.

Art. 156. A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada a quem:

I - fizer declaração falsa na fase de habilitação;

II - apresentar documento falso;

III - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

IV - afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ou

V - agir de má fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico.

VI - tenham sofrido condenação judicial definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

VII - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica, definidos na Lei Federal nº 8.158/91;

VIII - tenham sofrido condenação definitiva por atos de improbidade administrativa, na forma da lei.

IX - a participante que fizer declaração falsa sobre o atendimento dos requisitos de habilitação, quando ficar caracterizada sua má-fé

Parágrafo Único. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos e produz seus efeitos perante a Administração Pública Estadual.

Art. 157. É competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declarar a inidoneidade o Governador do Estado.

Art. 158. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

I - às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

II - às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

Art. 159. Na hipótese de inexigibilidade e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento e em qualquer hipótese de contratação, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública Estadual o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Art. 160. Na aplicação das sanções, a Administração deve observar as seguintes circunstâncias:

I - proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;

II - danos resultantes da infração;

III - situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

IV - reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e

V - circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

Seção III

Procedimento de Aplicação de Sanções

Art. 161. As sanções administrativas devem ser aplicadas em procedimento administrativo autônomo, em que se assegure ampla defesa.

Art. 162. O procedimento deve observar as seguintes regras:

I - o responsável pela aplicação da sanção deve autorizar a instauração do procedimento;

II - o ato de instauração deve indicar os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável;

III - o acusado dispõe de 5 (cinco) dias para oferecer defesa e apresentar as provas conforme o caso;

IV - caso haja requerimento para produção de provas, o agente deve apreciar sua pertinência em despacho motivado;

V - quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência, previamente designada para este fim.

VI - concluída a instrução processual, a parte será intimada para apresentar razões finais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

VII - transcorrido o prazo previsto no artigo anterior, a comissão, dentro de 15 (quinze) dias corridos, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente, após o pronunciamento da assessoria jurídica do órgão ou entidade perante o qual praticou-se o ilícito;

VIII - todas as decisões do procedimento devem ser motivadas; e

IX - da decisão cabe recurso à Autoridade Superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 163. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta lei exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Parágrafo Único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Art. 164. É permitida a realização de licitação abrangendo mais de um órgão ou entidade, desde que sejam definidas em separado as demandas do objeto.

Art. 165. Quando o objeto do contrato interessar a mais de uma entidade pública cabe ao órgão contratante, perante a entidade interessada, responder pela sua boa execução, fiscalização e pagamento.

Parágrafo único. Fica facultado à entidade interessada o acompanhamento da execução do contrato, reportando-se ao contratante.

Art. 166. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta lei é feito pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na forma da legislação pertinente, ficando a Administração responsável pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição Estadual e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.

Art. 167. O disposto nesta lei não se aplica às licitações instauradas e aos contratos assinados anteriormente à sua vigência.

Parágrafo Único. Entende-se como licitação instaurada aquela cujo resumo do edital tiver sido publicado ou o convite formulado.

Art.168. Esta lei entra em vigor decorridos 90 (noventa dias) de sua publicação oficial.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 020/06

Curitiba, 20 e março de 2006.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 77, parágrafo 2º, inciso I da Carta Estadual, e tendo em vista o anexo Ofício nº 326/06/TC, submeto a essa augusta Assembléia Legislativa, o nome do Auditor Caio Márcio Nogueira Soares, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

OFÍCIO Nº 326/06

Curitiba, 20 de março de 2006.

Senhor Governador:

Em face do contido no protocolo nº 105390/06, tendo a honra de encaminhar a V. Exa. a deliberação do douto Plenário deste Tribunal, materializada no Acórdão nº 3107/06, que relaciona, por antigüidade, através de lista tríplice, o nome dos auditores, para preenchimento da vaga de Conselheiro.

Reitero a V. Exa. a segurança do meu respeito.

Cordialmente.

(a) HEINZ GEORG HERWIG

Presidente

ACÓRDÃO Nº 317/06 - Tribunal Pleno

PROCESSO Nº: 105390/06

INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

RELATOR: CONSELHEIRO HEINZ GEORG HERWIG

Relatório

Trata o presente protocolado, de homologação de lista tríplice dos auditores a ser encaminhada ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, em decorrência da vacância do cargo de Conselheiro, por ocasião da aposentadoria do Exmo. Sr. Conselheiro Rafael Iatauro.

Considerando a vedação contida no artigo 73, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal e artigo 78, parágrafo 1º, inciso I da Constituição Estadual, ficam impedidos de constar da referida lista os auditores Roberto Macedo Guimarães e Marins Alves de Camargo Neto.

Considerando o protocolo nº 10362-2/06, onde o Auditor Jaime Tadeu Lechinski requereu a não inclusão

do seu nome na lista tríplice, renunciando ao direito de integrá-la, apresento para homologação deste Tribunal Pleno, nos termos do artigo 127, parágrafo 3º, da Lei Complementar nº 113/05 e do artigo 16, XI do Regimento Interno, a lista tríplice dos auditores, pelo critério de antigüidade, assim constituída:

- Auditor Caio Márcio Nogueira Soares, nomeado pelo Decreto nº 3110, de 05.12.00, cuja posse ocorreu em 07.12.00.

- Auditor Eduardo de Souza Lemos, nomeado pelo Decreto nº 2297, de 08.12.03, cuja posse ocorreu em 12.01.04.

- Auditor Sérgio Ricardo Valadares Fonseca, nomeado pelo Decreto nº 4054, 13.12.04, cuja posse ocorreu em 06.01.05.

Vistos, relatados e discutidos estes autos protocolados sob nº 105390/06,

ACORDAM

Os membros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos termos da proposta do Relator, Conselheiro-Presidente Heinz Georg Herwig, por unanimidade:

Homologar a lista tríplice contendo os nomes dos auditores, a ser encaminhada ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, para fins de nomeação, em decorrência da vacância do cargo de Conselheiro.

Participaram da Sessão os Conselheiros Nestor Baptista, Artagão de Mattos Leão, Henrique Naigeboren e Fernando Augusto Mello Guimarães.

Presente o Procurador junto a este Tribunal, Elizeu de Moraes Correa.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

Sessão Extraordinária nº 1

(a) HEINZ GEORG HERWIG

Presidente

Ofícios

OFÍCIOS

Sob o nº 0159/02-OE, do Sr. Antônio Lopes de Noronha, Desembargador Relator do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando para os devidos fins, fotocópia do acórdão nº 7316, proferido nos autos de Mandado de Segurança nº 78936-8, de Curitiba, em que figuram como Impetrante Associação Regional dos Membros Inativos do Corpo Deliberativo, Especial e Procuradoria Fiscal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Impetrado Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 127/06-DDAI/SECAD/MEC, do Sr. André Luiz de Figueiredo Lázaro, Diretor de Desenvolvimento e Articulação Institucional da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, comunicando que a referida Secretaria celebrou o Convênio nº 091/05, com a Univer-

cidade Estadual do Oeste do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 202/06-SEED/MEC, do Sr. Ronaldo Mota, Secretário da Educação à Distância do Ministério da Educação, informando convênio celebrado com a Fundação Universidade Estadual de Maringá, no exercício de 2005 e a referida Secretaria. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs AL000023, 24 e 25/06, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, do Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas PNAE, PNAC - PNAE Creche e PNAI - PNAE Indígena, repectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Memorando

MEMORANDO

Solicito aos Srs. Líderes do PT, PMDB, PFL, PDT e PSDB, a indicarem um membro partidário, para a constituição da Comissão Especial que irá opinar sobre a indicação do Dr. Caio Márcio Nogueira Soares, para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, na vaga deixada pela aposentadoria do Conselheiro Rafael Iatauro.

PT - Natálio Stica

PSDB - Luiz Fernandes da Silva Litro

PMDB - Cesar Seleme

PFL - Elio Rusch

PDT - Barbosa Neto

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 432

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência para a discussão e votação da Proposição nº 129/05, item 12 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 463

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e com fundamento no artigo 185, parágrafo 4º do Regimento Interno, dispensa de votação de redação final para o Projeto de Lei nº 058/06, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, item 06 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 479

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 473

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia das Proposições nº 129/05 e 130/05, itens 12 e 13 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(aa) GERALDO CARTÁRIO

JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 480

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a retirada da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei nº 005/06, item 03.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 484

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 751/05, item 08 por dez sessões.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 439

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 09, 10 e 11 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 458

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 21.03.06 (terça-feira) Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 007/06, Projeto de Lei nº 005/06, de auto-

ria do Poder Executivo, que reestrutura as tabelas de vencimentos do Quadro Próprio do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) DOBRANDINO D SILVA

Apoiamento:

Duílio Genari, Jocelito Canto, Natálio Stica, Mauro Moraes, Miltinho Puppio, Plauto Miró Guimarães, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Nelson Garcia, Elza Correia, Carlos Simões, Alexandre Curi, Hermes Fonseca, Luiz Nishimori, Elton Carlos Welter, Delegado Bradock, Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi, Neivo Beraldin e Luiz Fernandes Litro da Silva.

REQUERIMENTO Nº 456

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 21.03.06 (terça-feira) Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 022/04, Projeto de Lei nº 302/04, de autoria do Poder Executivo, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações, a dissolver, liquidar e extinguir a Empresa Paraná Desenvolvimento S.A., com sede em Curitiba.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) DOBRANDINO D SILVA

Apoiamento:

Duílio Genari, Jocelito Canto, Natálio Stica, Mauro Moraes, Miltinho Puppio, Plauto Miró Guimarães, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Nelson Garcia, Elza Correia, Carlos Simões, Alexandre Curi, Hermes Fonseca, Luiz Nishimori, Elton Carlos Welter, Delegado Bradock, Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi, Neivo Beraldin e Luiz Fernandes Litro da Silva.

REQUERIMENTO Nº 459

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 21.03.06 (terça-feira) Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 021/04, Projeto de Lei nº 301/04, de autoria do Poder Executivo, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações, a dissolver, liquidar e extinguir a Empresa Paraná Investimentos S.A., com sede em Curitiba.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) DOBRANDINO D SILVA

Apoiamento:

Duílio Genari, Jocelito Canto, Natálio Stica, Mauro Moraes, Miltinho Puppio, Plauto Miró Guimarães, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Nelson Garcia, Elza Correia, Carlos Simões, Alexandre

Curi, Hermes Fonseca, Luiz Nishimori, Elton Carlos Welter, Delegado Bradock, Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi, Neivo Beraldin e Luiz Fernandes Litro da Silva.

REQUERIMENTO Nº 460

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 21.03.06 (terça-feira) Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 045/06, de autoria do Poder Judiciário - Ofício nº 094/06, que dispõe sobre a tabela de nível de vencimento básico aplicável aos servidores do Quadro Efetivo do Tribunal de Justiça do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) DOBRANDINO D SILVA

Apoiamento:

Duílio Genari, Jocelito Canto, Natálio Stica, Mauro Moraes, Miltinho Puppio, Plauto Miró Guimarães, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Nelson Garcia, Elza Correia, Carlos Simões, Alexandre Curi, Hermes Fonseca, Luiz Nishimori, Elton Carlos Welter, Delegado Bradock, Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi, Neivo Beraldin e Luiz Fernandes Litro da Silva.

REQUERIMENTO Nº 461

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 21.03.06 (terça-feira) Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 046/06, de autoria do Poder Judiciário - Ofício nº 095/06, que dispõe sobre a tabela de nível de proventos aplicáveis aos serventuários aposentados do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) DOBRANDINO D SILVA

Apoiamento:

Duílio Genari, Jocelito Canto, Natálio Stica, Mauro Moraes, Miltinho Puppio, Plauto Miró Guimarães, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Nelson Garcia, Elza Correia, Carlos Simões, Alexandre Curi, Hermes Fonseca, Luiz Nishimori, Elton Carlos Welter, Delegado Bradock, Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi, Neivo Beraldin e Luiz Fernandes Litro da Silva.

REQUERIMENTO Nº 457

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia

21.03.06 (terça-feira) Comissão Geral para a votação do Projeto de Lei nº 058/06, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 330, que reajusta a tabela de gratificação de função, os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) DOBRANDINO D SILVA

Apoiamento:

Duílio Genari, Jocelito Canto, Natálio Stica, Mauro Moraes, Miltinho Puppio, Plauto Miró Guimarães, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Nelson Garcia, Elza Correia, Carlos Simões, Alexandre Curi, Hermes Fonseca, Luiz Nishimori, Elton Carlos Welter, Delegado Bradock, Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi, Neivo Beraldin e Luiz Fernandes Litro da Silva.

REQUERIMENTO Nº 483

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 81 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação da Sessão do dia 20 de março do corrente, em duas horas,

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 414

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. João Maria Antunes de Abraão, ocorrido no dia 17 do corrente mês, na cidade de Guaraniaçu/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de seu filho, o Sr. José Vanderlei Antunes de Abraão, enviando correspondência à Comunidade São Luiz, CEP: 85.400-000, Guaraniaçu/PR.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Os momentos marcam cada existência. Existe o momento da chegada e o momento da partida. Porém, entre os dois momentos, acontece toda uma existência.

De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações de uma vida que foi vivida com amor e dedicação à família e aos amigos. Devemos lembrar sempre do Sr. João Maria como bom esposo, bom pai e um grande companheiro.

A nossa fé cristã nos permite acreditar que houve apenas uma partida, mas que o momento do reencontro, dentro do plano divino, um dia vai acontecer. Enquanto isso, aos que ficaram, é importante saber que existe toda uma caminhada pela frente. Caminhada esta, que deve e

merece ser vivida com muito ardor, com muita firmeza e com muita dedicação.

Que o Pai Criador, dentro do seu infinito amor, ao mesmo tempo que acolhe o Sr. João Maria em sua morada divina, console e ilumine o coração de todos os que sofrem com sua partida.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada sinceros votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 427

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Tito Olivier Ghisi, aos 83 anos de idade, pai do Prefeito de Foz do Iguaçu, Paulo Mac Donald.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 424

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Elza Corral Ramos, ocorrido em 12 de março do corrente.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em Curitiba, no domingo, dia 12, aos 73 anos de idade, a Sra. Elza Corral Ramos, vítima de insidiosa doença.

A notícia do seu desaparecimento causou profunda tristeza e consternação no seio da comunidade de Santa Izabel do Ivaí.

Dona Elza viveu por aproximadamente cinquenta anos naquela cidade, tendo sido uma das suas pioneiras, ao lado do seu esposo, o Sr. Adão de Almeida Ramos, ex-Prefeito por três gestões daquele município nordestino.

As virtudes da paciência, bondade, tolerância e amor ao próximo marcam a vida ex-primeira dama. Costumeira participante das obras de benemerência, marcou com serenidade e dedicação suas passagens pela direção da Associação de Proteção à Maternidade e Infância, a APMI de Santa Isabel do Ivaí.

O Poder Legislativo paranaense homenageia positivamente esta nossa concidadã, inserindo em seus Anais, o presente voto de pesar, aprovado pela unanimidade dos seus componentes.

O Deputado Subscritor, Requer à Mesa Diretora, o envio de cópias desse documento aos Poderes Legislativo e Executivo isabelenses.

REQUERIMENTO Nº 444

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista e apresentador Mauro Baruque, ocorrido no dia 18 de março de 2006.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 53 anos de idade faleceu, nesta Capital, o jornalista e apresentador Mauro Baruque que era natural de Guarapuava.

Deixou viúva a Sra. Sandra Baruque e as filhas Clarissa, Tatiana e Mariane.

Mauro Baruque iniciou sua carreira na televisão na década de 80, apresentando o jornal do Consumidor, na Rede OM, atual CNT. Trabalhou também na TV Cultura, TV Exclusiva e TV Iguaçu. Apresentava o programa de Turismo Check In, atualmente transmitido pelo Canal 21.

Atuou também no meio político, tendo sido Superintendente do Ipem durante o governo de Álvaro Dias e diretor da Coordenação de Defesa do Consumidor no governo de José Richa.

O passamento de Mauro Baruque veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Lara Bello, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 445

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário e engenheiro agrônomo, Carlos Pugliesi Neto, ocorrido no último sábado, dia 11 de março de 2006, na cidade de Arapongas, vítima de ataque cardíaco fulminante. Ele era irmão do atual Prefeito Beto Pugliesi e de família tradicional da cidade.

Deixa viúva Dona Rosemeide e três filhos.

Esta Casa lamenta a morte de Carlos Pugliesi Neto e associa-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências, e que seja oficiada a família em Arapongas.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 429

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. José Pedroso Moraes.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 423

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Presidente da Anatel, Exmo. Sr. Plínio de Aguiar Júnior e ao Ministro das Comunicações, Exmo. Sr. Hélio Costa, questionando por que as linhas solicitadas através da Embratel não foram instaladas nos locais dos eventos.

Vale ressaltar que a não instalação destas linhas tem causado prejuízos para as emissoras que têm compromissos com patrocinadores e acima de tudo com os ouvintes paranaenses.

Solicitamos providências aos órgãos competentes e questionamos junto aos mesmos, sobre quem e de forma serão reparados os prejuízos financeiros.

Requer ainda, que seja dado ciência ao Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio, Sr. José Inácio Pizani e ao Presidente do Grupo Telefônica no Brasil, Sr. Fernando Xavier Ferreira, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 099/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as agências bancárias e demais estabelecimentos de crédito no âmbito do Estado do Paraná, obrigados a colocar à disposição dos usuários pessoal suficiente no setor de caixas, para que o atendimento seja feito em prazo hábil, respeitada a dignidade e o tempo do usuário.

Art. 2º Para os efeitos legais, entende-se como tempo hábil para o atendimento o prazo de até:

I - 15 (quinze) minutos em dias normais;

II - 25 (vinte e cinco) minutos às vésperas e após os feriados prolongados;

III - 30 (trinta) minutos nos dias de pagamento dos funcionários públicos municipais, estaduais e federais, não podendo ultrapassar esse prazo, em hipótese alguma.

Art. 3º As agências bancárias e demais estabelecimentos de crédito têm o prazo de 120 (cento e vinte) dias para dar cumprimento ao disposto nesta lei, ou seja, para instalar relógio de ponto em suas dependências, para uso de seus clientes, registrando a hora de entrada do contribuinte e seu tempo de permanência nas filas.

Art. 4º O descumprimento das disposições contidas, nesta lei acarretará ao infrator a importância de multa no valor de dois salários-mínimos vigentes, dobrando em caso de reincidência.

Art. 5º As denúncias dos usuários, devidamente comprovadas, serão comunicadas aos órgãos competentes.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

É muito comum e freqüente nas agências bancárias de nosso Estado, filas enormes inclusive de idosos, deficientes e gestantes, o que ocasiona sem dúvida, um grande transtorno e desconforto aos consumidores de tais agências. Vale considerar que este serviço é essencial na vida de todos os consumidores, independente de idade, daí a importância de se reverter tal situação.

Não raro, em dias mais movimentados o tempo médio do consumidor em espera, chega a passar de uma hora.

Trata-se, portanto, de um tempo abusivo de espera, tornando necessário que medidas como esta sejam rapidamente implantadas.

Diante do exposto apresento a presente proposição, na certeza de assegurar ao consumidor do Estado do Paraná maior eficiência junto aos serviços oferecidos pelas instituições bancárias.

PROJETO DE LEI Nº 100/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Campanha de Incentivo aos grêmios estudantis a ser aplicada em todas as unidades escolares da rede estadual de ensino.

Art. 2º A campanha a que se refere o *caput* do artigo 1º desta lei tem como objetivos:

I - garantir o efetivo cumprimento da legislação federal pertinente - Lei nº 7.398, de 04 de novembro de 1985 - que outorga o direito assegurado da organização de Grêmios Estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais;

II - incentivar aos estudantes a participação e integração democrática nas atividades desenvolvidas pelas unidades escolares e em suas localidades;

III - incentivo à criação de novos grêmios estudantis;

IV - incentivo às atividades dos grêmios estudantis já existentes;

V - instruir os estudantes quanto à formação e manutenção dos grêmios estudantis;

VI - instruir os estudantes quanto às atividades pertinentes aos grêmios estudantis.

Art. 3º A Campanha de Incentivo aos Grêmios Estudantis será desenvolvida anualmente e suas ações e atividades de forma perene durante todo o período letivo.

Art. 4º Para os efeitos dessa lei consideram-se a campanha supracitada como atividade multidisciplinar.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias existentes, suplementadas se necessário, ficando obrigatória sua inclusão nos orçamentos futuros.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A história brasileira recente demonstra com profundidade a importância da participação da juventude nas atividades da cidadania.

Os estudantes organizados se posicionam, defendendo direitos da sociedade, transformando a realidade, contribuindo ativamente na construção de um país melhor.

Historicamente os grêmios estudantis foram os grandes celeiros de líderes estudantis, mas durante o período de governo militar suas atividades foram suprimidas, negando aos estudantes o pleno direito de organização.

Com a redemocratização brasileira, a legislação federal outorgou novamente o direito de livre organização dos estudantes.

Tal ação garante o direito de reorganização, mas não promove ações que incentivem para sua concretização. Não estimula a criação de novos Grêmios tão pouco incentiva as ações dos existentes.

No cotidiano, os grêmios estudantis podem contribuir no aumento da participação dos estudantes nas atividades de sua escola e de sua comunidade. Organizando atividades esportivas, palestras, projetos e outras ações multidisciplinares. Atividades culturais, como peças teatrais, dança, exposições, festas e saraus são algumas das promoções que os grêmios poderiam promover ou participar.

Os grêmios podem interagir positivamente nas decisões da administração da unidade de ensino, num pleno exercício de democracia, colaboração para a melhoria das atividades escolares e também de sua comunidade, numa demonstração ativa de cidadania.

Como entidades autônomas, representativas dos interesses dos protagonistas do processo educacional, os grêmios não podem por força da legislação, serem cerceados em suas criações e em sua organização, seja por professores, direção da unidade ou dirigente superior. Pelo contrário são eles que deveriam incentivar ainda mais as atividades dos grêmios.

Além da legislação federal já mencionada o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente garante a existência dos grêmios e frisa ser um dever do Poder Público garantir sua existência e suas atividades.

A sociedade organizada é fundamental e peça primordial para a construção e crescimento da Nação brasileira, pois hoje, o que importa é a replicabilidade e o poder de capilaridade. Esse é o grande desafio - incluir todos que estão excluídos, independente do que sejam.

Sendo assim, julgando relevante e meritória a matéria solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação do projeto.

PROJETO DE LEI Nº 101/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigatório a divulgação da frase: se beber não dirija, em todos os cardápios, panfletos e propagandas de bares, restaurantes e casas de eventos situados no Estado do Paraná.

Art. 2º Deve a frase ser impressa em local visível e de destaque, proporcional à metade do tamanho da maior fonte de letra utilizada no texto, sendo também utilizada cor diferenciada para a letra.

Art. 3º O não cumprimento das exigências desta lei implicará ao infrator a imposição de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), cobrada em dobro em caso de reincidência.

Art. 4º O Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, em especial no tocante aos aspectos procedimentos e de formalização.

Art. 5º As despesas decorrentes da implantação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O país enfrenta franca campanha nos meios de comunicação sobre a questão da bebida alcoólica e o uso da direção, mas ainda assim não foi possível alcançar índices satisfatórios.

Em cidades como o Paraná, com grande atração turística e vida noturna intensificada, o número de pessoas que saem às noites é cada vez mais constituída de jovens, que tantas vezes vêm sofrendo acidentes de trânsito, com desastrosas conseqüências. A estatística mostra que a maioria dos acidentes ocorre entre jovens do sexo masculino em idade entre 18 e 25 anos, em horário noturno.

Desta forma, quanto mais presente for a divulgação nos meios de divulgação, sem dúvida, mais eficaz a obtenção de resultados.

PROJETO DE LEI Nº 102/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É assegurada a prioridade no atendimento aos pacientes com idade superior a sessenta anos na rede de saúde pública estadual, ressalvados os casos de emergência comprovada.

Art. 2º O atendimento destinado à marcação de exame e consultas para pacientes de que trata a presente lei não poderá exceder ao tempo de uma hora a contar da entrega de senha para este fim, que deverá, obrigatoriamente, conter data e hora.

Art. 3º A realização de exames e consultas médicas destinadas aos pacientes de que trata a presente lei não poderá, em qualquer hipótese, exceder ao prazo de sete dias a contar de seu requerimento.

Art. 4º As consultas e exames deverão ser agendadas, não podendo, em qualquer hipótese, ocorrer atraso superior a uma hora.

Art. 5º Nos casos em que for constatada a necessidade de intervenção cirúrgica, sua realização não poderá exceder trinta dias da data da constatação.

Art. 6º O descumprimento da presente lei acarretará ao agente público responsável, as sanções adminis-

trativas previstas na Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a implantar sistema de atendimento pessoal telefônico ou por meio eletrônico, para marcação de consultas e exames médicos na rede de saúde pública estadual.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

São frequentes as notícias divulgadas pela imprensa sobre o estado precário em que se encontra a saúde pública de nosso Estado, acarretando danos de toda sorte à população paranaense.

É indiscutível o fato de que os idosos são os que mais sofrem com o descaso com que vem sendo tratada a Saúde Pública Estadual e, por sua vez, os que mais necessitam dos seus serviços.

O Parágrafo Único, do artigo 3º, da Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), garante prioridade ao idoso, assegurando-lhes o atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.

Contudo, o que temos assistido em nosso Estado é um fraco desrespeito à lei e aos idosos.

Diante de todo o exposto e, considerando o interesse público da proposição que tem como finalidade assegurar prioridade no atendimento aos idosos na rede pública de saúde, solicito o empenho dos membros deste Parlamento, a fim de que prospere.

PROJETO DE LEI Nº 103/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Programa Estadual Informando para a Cidadania.

Art. 2º O Programa Estadual Informando para a Cidadania consiste na prestação de informações diárias, através dos veículos de comunicação estaduais, referentes à estrutura, deveres e prerrogativas da Administração Pública e direitos dos cidadãos.

Parágrafo Único. Dentre as informações a serem prestadas diariamente deverão estar as atribuições dos Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo, Tribunais de Contas, Ministério Público, funções e competências dos Prefeitos, Vereadores, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, instrumentos através dos quais os cidadãos podem registrar suas solicitações e reclamações.

Art. 3º O programa se efetivará através da destinação de, no mínimo uma hora diária da programação das

emissoras de Rádio e Televisão Educativa ou outras que vierem sucedê-las para a prestação das informações previstas no parágrafo único do artigo 2º desta lei.

§ 1º O tempo mínimo previsto nesta lei deverá ser no horário entre seis horas às vinte e uma horas.

§ 2º Do tempo mínimo previsto nesta lei cinquenta por cento será utilizado de forma concentrada e os outros cinquenta por cento na forma de inserções.

Art. 4º A programação, produção e apresentação dos programas e inserções serão de responsabilidade dos profissionais das emissoras de rádio e televisão, podendo ser auxiliados por profissionais dos três poderes estaduais.

Art. 5º As chefias dos Poderes e do Ministério Público Estadual poderão requisitar a utilização do tempo para prestar informações específicas e será concedido dentro do limite de cinquenta por cento do tempo concentrado.

Art. 6º Esta lei será regulamentada por ato do chefe do Executivo, no prazo de sessenta dias da publicação desta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

É de todo sabido que a sociedade brasileira ainda está longe de atuar conscientemente nas decisões estatais e exercer plenamente a cidadania.

Muito desta apatia e até omissão deve-se à falta de informações para o exercício de suas prerrogativas. Faltam as cidadãos informações sobre o papel de cada um dos agentes públicos e das estruturas estatais.

A maior parte da sociedade somente toma algum conhecimento destes papéis por ocasião das campanhas eleitorais e estas vêm revestidas da embalagem criada pelos profissionais do marketing. Por outro lado, o Estado do Paraná dispõe de dois importantes veículos de comunicação, quais sejam. Por serem veículos estatais estes podem ser utilizados para bem orientar os cidadãos paranaenses no exercício de sua plena cidadania.

É neste sentido a proposta do Programa Estadual Informando para a Cidadania que, certamente, terá destacado na politização e conscientização do povo paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 104/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Administração Pública Estadual o Comitê Técnico para solucionar conflitos decorrentes de concursos públicos realizados pelo Estado do Paraná.

Art. 2º O Comitê a que se refere o artigo primeiro terá por objetivo solucionar os conflitos decorrentes da interpretação dos Editais de concursos públicos realizados pelo Estado do Paraná, bem como procedimentos relativos à convocação, habilitação, nomeação e investidas no cargo.

Art. 3º O Comitê receberá, analisará e decidirá sobre todos os recursos interpostos por candidatos desde a publicação do Edital até o término da validade do concurso público.

Art. 4º O Comitê será formado por sete integrantes obedecendo a seguinte composição:

I - um representante, do Executivo Estadual indicado pelo Governador, preferencialmente da secretaria para qual está sendo realizado o concurso;

II - um representante da Comissão Executiva do concurso público;

III - um representante da Procuradoria Geral do Estado, designado pelo Procurador Geral do Estado;

IV - um representante da entidade de classe dos servidores estaduais do cargo ou dos cargos para os quais está sendo realizado o concurso público;

V - um representante do Ministério Público Estadual designado pelo Procurador Geral de Justiça do Paraná;

VI - um representante da Assembleia Legislativa do Paraná;

VII - um representante do Conselho Regional profissional ou, na inexistência deste, um representante da entidade de classe representativa dos servidores públicos ocupantes do cargo para o qual está sendo feito o concurso.

Art. 5º A composição do Comitê e seus integrantes serão divulgados no mesmo instrumento convocatório do concurso público.

Art. 6º Fica vedada a participação de uma mesma pessoa em mais de um comitê quando estiverem em funcionamento ao mesmo tempo.

Art. 7º A interposição de recursos junto ao Comitê não exclui o direito de recorrer ao Poder Judiciário.

Art. 8º Os procedimentos a serem adotados para a indicação dos integrantes do Comitê, funcionamento do Comitê de demais regulamentos serão realizados por Decreto do chefe do Executivo Estadual.

Art. 9º Esta lei será regulamentada no prazo máximo de sessenta dias.

Art. 10. A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

São muitos os conflitos decorrentes da interpretação e aplicação dos editais de concursos realizados pelo Estado do Paraná.

A via recursal administrativa é ineficiente e preponderantemente não adota a solução mais adequada e justa fazendo com que muitos candidatos tenham que recorrer ao Judiciário, acumulando ainda mais processos nas varas e tribunais.

O Comitê que está sendo proposto funcionará como uma Câmara de Conciliação e Arbitragem onde os recursos serão analisados e julgados.

Esta esfera administrativa não exclui o direito de ir ao Judiciário, mas certamente reduzirá em muito os processos judiciais.

Esta é a intenção do Comitê proposto.

PROJETO DE LEI Nº 105/06

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os requerimentos e demais pedidos protocolados por servidores públicos e demais cidadãos junto aos órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta do Estado do Paraná deverão ser respondidos no prazo máximo de 30 dias a contar do primeiro dia após o protocolo.

Parágrafo Único. O prazo a que se refere o *caput* deste artigo poderá ser, excepcionalmente, prorrogado uma única vez por mais trinta desde que expressamente autorizado pelo ocupante do cargo de maior hierarquia dentro do órgão da Administração Direta ou da entidade da Administração Indireta.

Art. 2º Ao servidor público responsável que deixar de responder aos pedidos no prazo estipulado aplicam-se as penas disciplinares previstas no estatuto do servidor público, independente da responsabilidade cível e criminal.

Art. 3º Esta lei será regulamentada no prazo máximo de sessenta dias.

Art. 4º A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A morosidade no atendimento aos pedidos formulados por cidadãos em face do Estado fere o princípio constitucional da eficiência previsto no artigo 37 da Constituição Federal.

A celeridade das decisões nos pedidos administrativos dá ao cidadão maior confiança na prestação estatal.

Há processos administrativos que tramitam durante anos e ao final a resposta não é satisfatória gerando grave dano aos administrados.

O prazo de trinta dias, com a excepcional possibilidade de prorrogação até sessenta dias, é prazo razoável para que o Estado responda aos pedidos.

O previsto no artigo 2º assegura a efetividade da proposição que está sendo apresentada.

PROJETO DE LEI Nº 106/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Executivo Estadual autorizado a instituir REFIPR - Programa Estadual de Recuperação Fiscal das pequenas e médias empresas sediadas no Paraná.

Art. 2º O programa obedecerá, no mínimo, às seguintes diretrizes:

I - promoção da recuperação de créditos estaduais devidos até 31 de dezembro de 2002;

II - número máximo de 120 parcelas;

III - valor mínimo de R\$ 100,00 (em reais) por parcela;

IV - tratamento diferenciado entre os créditos já inscritos em dívida ativa e aqueles ainda não inscritos;

V - juros e acréscimos aplicáveis sobre a dívida que estimulem e possibilitem o pagamento por parte dos devedores;

VI - condições favoráveis e equilibradas para adesão ao programa;

VII - hipóteses de revogabilidade do parcelamento e demais condições, em especial, para aqueles que deixarem de pagar mais de três parcelas;

VIII - débitos não alcançados pelo programa.

Art. 3º O programa será amplamente divulgado em prazo que permita a todos os interessados analisar o programa e decidir pela adesão.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Inegável a importância das medidas já adotadas pelo Estado do Paraná na proteção das pequenas e médias empresas.

A política fiscal adotada até 2002 foi sempre muito prejudicial aos pequenos e médios empresários.

A política fiscal pesada e a recessão econômica daquele momento fizeram com que esses empreendedores não conseguissem pagar regularmente os tributos.

A falta de condições para pagamento dos tributos levou as já referidas empresas e endividarem-se.

Parcela expressiva do faturamento das empresas é consumida com o pagamento de dívidas junto ao fisco estadual.

E mais, diversos empresários sequer estão conseguindo pagar suas dívidas e estas se tornam ainda mais volumosas.

Por outro lado o Estado não consegue recebê-las.

O objetivo desta proposição é autorizar o Executivo Estadual a realizar um programa estadual de recuperação fiscal onde fisco e contribuintes sejam beneficiados.

Estes são os fundamentos do presente projeto de lei autorizativo.

PROJETO DE LEI Nº 107/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública Estadual a Organização Viver, localizada no município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

A Organização Viver é uma sociedade civil de interesse público, sem fim econômico, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira e com sede e foro no município de Londrina, Estado do Paraná.

A Organização Viver tem como finalidade atender gratuitamente às famílias carentes com crianças portadoras de câncer, desenvolvendo atividades na comunidade, acompanhando o internamento das crianças e proporcionando atividades de recreação e lazer. A organização também oferece cursos, seminários e treinamentos para aqueles que vão cuidar das crianças e adolescentes, promovendo uma ajuda direta às crianças e suas famílias sob o aspecto social, econômico, pedagógico, educacional e de saúde, tais como: remédios, alimentos e roupas.

Face ao exposto e testemunhas que somos do excelente trabalho desenvolvimento pela referida entidade, esperamos o devido apoio dos nobres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 108/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo, autorizado a mover ação civil indenizatória contra as indústrias fabricantes de cigarros, visando o ressarcimento das despesas do setor público referentes ao tratamento de doenças decorrentes do tabagismo.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Saúde e a Procuradoria Geral do Estado, no prazo de sessenta dias, deverão apresentar relatório que contemple os gastos do setor público nos últimos vinte anos, de forma a permitir o início da ação indenizatória.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

O gasto do Poder Público com tratamento de doenças decorrentes do tabagismo é gigantesco e só se assemelha aos lucros das indústrias que produzem e comercializam cigarros e outros derivados do fumo.

Entendemos que a exemplo do que ocorre no E.U.A., onde há mais de três anos, as nove empresas fabricantes de cigarros, indenizaram trinta e nove dos cinquenta e um estados americanos, em 250 bilhões de dólares, a serem recebidos ao longo de vinte e cinco anos, também no Brasil, faz-se necessária a atuação do Estado para conter ou pelo menos amenizar a degradação humana e social que o tabagismo provoca.

Que seja, então, o Estado do Paraná o pioneiro neste tipo de ação que responsabiliza e pune as multinacionais que sobrevivem às custas do vício e do flagrante prejuízo ao Estado e do cidadão.

PROJETO DE LEI Nº 109/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica institucionalizada a negociação coletiva de trabalho no âmbito da Administração Pública Estadual do Paraná, por ocasião da data-base estabelecida nas Leis nºs 13.666/2002 e 9.547/1991, fundada nos princípios da legalidade, da participação, da busca do aperfeiçoamento dos serviços prestados à comunidade, e da administração democrática dos conflitos inerentes à relação de trabalho.

Art. 2º A negociação coletiva é o procedimento através do qual as partes envolvidas nas relações de trabalho resolvem conflitos e disciplinam as condições materiais e procedimentais relacionadas com a prestação do trabalho e a gestão, dela resultando regras bilateralmente ajustadas sobre direitos e obrigações recíprocas.

Art. 3º Fica instituída a “Mesa de Negociação do Serviço Público do Estado do Paraná”, composta das seguintes partes:

I - o Poder Executivo Estadual;

II - as entidades sindicais representativas dos servidores estaduais;

III - comissão representativa da Assembléia Legislativa do Paraná, designada pela Mesa Diretora nos termos do Regimento Interno da Assembléia.

Parágrafo único. O número de representantes do Executivo e entidades sindicais dos servidores estaduais obedecerá à paridade e os representantes da Assembléia Legislativa terão função mediadora.

Art. 4º O instrumento resultante da negociação coletiva é o contrato coletivo de trabalho, o qual pode abranger o conjunto da administração estadual ou apenas alguns setores, inclusive fundações e autarquias, sendo articulado entre os seus diversos níveis, obedecidos os dispositivos da Constituição Estadual, do Estatuto dos Funcionários Públicos Estaduais, bem como a Constituição Federal.

§ 1º Uma vez celebrado o contrato coletivo a que se refere o *caput*, o chefe do Poder Executivo fica obrigado a, no prazo ajustado no contrato, enviar à Assembléia Legislativa do Paraná os projetos de lei que viabilizem as condições ajustadas sobre matérias que dependem de aprovação legislativa.

§ 2º Os contratos coletivos que versem sobre as matérias referidas no parágrafo 1º terão sua validade condicionada à discussão e aprovação da Assembléia Legislativa do Paraná.

§ 3º A negociação sobre aumentos de vencimentos dos servidores fica subordinada à prévia dotação orçamentária suficiente para fazer face às projeções do correspondente aumento de despesas.

§ 4º Concluídas as negociações antes do envio do orçamento ao Legislativo ou sua aprovação este poderá ser emendado para contemplar as matérias pactuadas.

Art. 5º Como garantia da realização do interesse público e da administração democrática das relações de trabalho, aplicam-se à negociação coletiva de que trata esta lei as seguintes regras e princípios:

I - indisponibilidade do interesse público;

II - liberdade e autonomia da representação sindical, inclusive o direito de greve;

III - legitimidade da representação e soberania dos representantes;

IV - boa-fé, inclusive direito de resposta escrita às propostas de contra-parte;

V - direito de acesso às informações necessárias à negociação, especialmente sobre procedimentos, planejamento, estruturas, receitas e custos da administração estadual, desde que solicitadas por escrito;

VI - publicidade dos atos e procedimentos de deliberação coletiva;

VII - caráter permanente da negociação coletiva, assegurada a convocação do processo negocial pelas partes a qualquer tempo;

VIII - ultratividade, assegurada a vigência indeterminada das normas contratadas que não envolvam dotação orçamentária periódica.

Art. 6º Os contratos coletivos celebrados gozarão da ultratividade, de modo a que fique assegurada a vigência indeterminada até que nova contratação seja celebrada.

Art. 7º A fiscalização do cumprimento dos contratos coletivos celebrados entre as partes será feita pelas

próprias e por Comissão Mista, integrada por dois Deputados, dois representantes dos servidores e dois membros indicados pelo Poder Executivo;

Art. 8º São requisitos formais do contrato coletivo:

I - designação das partes;

II - prazo de vigência;

III - abrangência;

IV - direitos e obrigações;

V - procedimentos para solução de divergências interpretativas;

VI - procedimentos de fiscalização e acompanhamento da execução do pactuado;

VII - forma escrita e registro junto à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Paraná, no prazo de cinco dias da celebração.

Art. 9º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 10. Para a negociação que se dará na data-base, os sindicatos deverão encaminhar suas pautas de reivindicações com antecedência mínima de 60 dias da data base em si.

Parágrafo único. A pauta de reivindicação poderá ser apresentada por cada entidade ou unificada, caso em que a representação dos servidores na Comissão de Negociação será também unificada.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa deste projeto de lei visa estender princípios já praticados pela Administração Pública Estadual ao campo das relações de trabalho dos servidores. Parte-se da constatação de que, embora existam negociações informais entre o Executivo e as entidades representativas dos servidores, o processo ainda se ressentia de aprofundamento e institucionalização.

Dois objetivos básicos norteiam a proposição. De um lado, a busca do tratamento democrático das relações de trabalho e do conflito a elas inerentes. De outro, o aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos à comunidade, como resultado de maior produtividade e qualidade obtidos a partir da administração democrática das relações de trabalho.

A idéia implica uma ruptura com as concepções unilaterais da administração do pessoal do serviço público. É certo que alguns fenômenos negativos de descomprometimento, despreparo e baixa produtividade dos servidores somente podem ser explicados a partir de um complexo muito amplo de causas. Mas também é certo que os baixos vencimentos e a imposição unilateral de direitos e obrigações por parte da Administração são importantes fatores explicativos do fenômeno.

A superação do modelo unilateral de gestão do trabalho passa pela adoção de uma perspectiva que leve em consideração não apenas os interesses da administração, mas também os dos servidores e da comunidade destinatária dos serviços públicos. Para isso, há que se superar a relação entre administração e servidor individual, para incorporar os interesses coletivos dos servidores, através de suas entidades sindicais.

Um novo tratamento das relações de trabalho, portanto, não pode deixar de incorporar representantes da administração, dos servidores e da comunidade usuária na definição das condições de trabalho, de remuneração e de gestão do serviço público. Para consecução de um tal objetivo tem que se partir de uma nova concepção sobre os conflitos do trabalho. Por um lado, estes deixam de ser vistos como anomalia a ser corrigida ou suprimida e passam a ser reconhecidos como dado inerente da relação de trabalho. Além disso, sendo os conflitos insuprimíveis, é preciso criar canais democráticos para sua superação e composição. Pode-se mesmo vislumbrar um aspecto positivo do conflito organizado. Ao invés de manter encobertos problemas administrativos que deterioram a motivação e a produtividade do servidor, a explicação e tratamento dos conflitos permitem a busca de soluções consensadas.

A contratação que se propõe, baseada nos pressupostos já vistos, significa o instrumento de materialização desta nova concepção de gestão do serviço público.

As partes integrantes da mesa de negociações instituídas pela presente lei são os representantes do Poder Executivo, os representantes do Poder Legislativo e os sindicatos dos servidores públicos.

Fazem-se presentes, assim, o tomador dos serviços, o prestador, o usuário e os representantes políticos da comunidade. A importante inovação consistente na integração de representantes diretos dos usuários busca fazer com que a melhoria dos serviços públicos seja um dos interesses predominantes no processo de contratação coletiva.

Para viabilização da negociação coletiva, alguns requisitos são indispensáveis, tal como indicados no artigo 5º.

As partes devem reciprocamente reconhecer a legitimidade uma das outras. Devem respeitar a liberdade e autonomia sindical, o direito de greve, de acesso às informações necessárias à negociação e a indisponibilidade do interesse público. O caráter permanente da negociação e a duração das cláusulas até a celebração de novo contrato coletivo visam estabelecer o processo negocial com a fonte originária prioritária da regulação das relações entre o Estado e os servidores.

O parágrafo 1º do artigo 4º prevê a obrigatoriedade de remessa de projeto de lei pelo Chefe do Poder Executivo nas matérias que dependem de aprovação legislativa. Tratando-se de um processo negocial, somente se celebra o contrato coletivo quando todas as partes chegam ao consenso. Uma vez atingido o

consenso, todavia, faz-se necessário que o Poder Executivo adote as medidas necessárias para que a Câmara transforme o ajuste em lei, sob pena de estancar o processo a meio caminho.

O procedimento justifica-se porque certas matérias, como é exemplo a fixação ou aumento de remuneração dos servidores prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, somente podem ser reguladas por lei e desde que iniciada pelo Governador.

Países mais democráticos que há muito já adotam a ampla negociação coletiva no serviço público servem-se de procedimentos semelhantes para garantir que, em última instância, as despesas com a remuneração dos servidores atendam os limites orçamentários e sejam autorizadas pelos representantes dos cidadãos-contribuintes. Exemplo é a Lei Italiana de 1983 (“Legge Quadro” nº 93/83) que busca homogeneizar, introduzir a contratação, a tutela sindical e a moderna gestão do funcionalismo. O objeto da contratação coletiva é definido como uma “hipótese de acordo”. Para lograr eficácia, o ajuste percorre o seguinte itinerário:

- a) aprovação pelo Parlamento da lei de diretrizes orçamentária anual, com previsão de gastos;
- b) parecer do Conselho de Ministros;
- c) promulgação de decreto pelo Presidente da República;
- d) aprovação ou recusa da “Corte dei Conti” (Tribunal de Contas);
- e) contratos que excedam a programação orçamentária podem ser autorizados excepcionalmente pelo Parlamento.

O procedimento acima indicado, bem como similares como o paradigma italiano, deixam clara a inexistência de contradição entre a negociação e a natureza legal estatutária do regime jurídico dos servidores públicos. Garante-se a recepção do conteúdo do contrato coletivo pela lei, e assim, a sua adequação orçamentária. Ficam afastadas, assim, as objeções que poderiam ser levantadas por alguns administradores mais aferrados à tradição autoritária do unilateralismo que ainda viceja na administração pública brasileira.

O Ordenamento Jurídico vigente, se não impõe o procedimento adotado através deste projeto de lei, também não o proíbe. A questão é de política legislativa, a ser decidida soberanamente pelo povo do Paraná, através de seus legítimos representantes. Por esta razão somente um enfoque não burocrático pode viabilizar a implementação das concepções aqui adotadas.

A negociação coletiva no serviço público, frise-se, foi objeto da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho, cujo artigo 7º recomenda “O desenvolvimento e utilização de procedimentos de negociação entre as autoridades públicas competentes e as organizações de funcionários públicos a respeito das condições de emprego”.

A Constituição Federal de 1988, no inciso III do artigo 8º assegurou a prerrogativa do sindicato de defen-

der os direitos e interesses das categorias representadas. O inciso VI do citado artigo tornou obrigatória a participação dos sindicatos na negociação coletiva.

No artigo 39, parágrafo 2º, a vontade constituinte expressa-se no sentido de estender certos direitos dos trabalhadores comuns aos servidores públicos, entre eles o de celebrar acordo coletivo de trabalho. É o que está expresso nos incisos VI (irredutibilidade de salário, salvo disposto em convenção ou acordo coletivo) e XIII (duração do trabalho modificável por acordo ou convenção coletiva).

A Constituição Estadual do Paraná trata da matéria em âmbito estadual nos mesmo termos.

Ora, os direitos de organização sindical e de greve não são institutos destinados a entidades de mera caridade ou assistência. A função precípua de ambos os institutos é a negociação coletiva para fazer valer os interesses da categoria representada. Se os constituintes federal e municipal autorizaram a organização sindical e a greve no serviço público, a consequência é que a negociação coletiva também está autorizada. Aliás, ela se impõe pela própria natureza do sistema adotado.

Os procedimentos estabelecidos neste projeto representam a viabilização de um modelo alternativo ao vigente paradigma de gestão de força de trabalho no serviço público. Mas, na essência, significam extrair as necessárias consequências das opções de política legislativa já feitas pela Constituição e pela Constituição do Estado do Paraná.

Mais que isso, a proposta que ora submetemos aos Pares, ao Executivo e ao povo do Paraná visa traduzir os anseios de melhoria do serviço público, de democracia, transparência e modernidade hoje tão presentes entre nós.

PROJETO DE LEI Nº 110/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Solitude II, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares, tenho a honra de apresentar a Associação de Moradores e Amigos da Vila Solitude II, entidade sem fins lucrativos, que muito vem contribuindo com a formação e desenvolvimento da vida comunitária.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 111/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Centro de Estudo Superior de Apucarana, com sede e foro na cidade de Apucarana.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares, tenho a honra de apresentar o Centro de Estudo Superior de Apucarana, entidade sem fins lucrativos, que muito vem contribuindo com o desenvolvimento do Município, incentivando o estudo dos jovens em todas as classes sociais, e assim buscando o desenvolvimento da sociedade.

As principais ações do Cesa buscam manter cursos de ensino superior e assistência social beneficente nos cursos que oferecer, buscando sempre a qualidade do ensino.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 112/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Honorina Valente, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Honorina Valente, com sede na Rua Saldanha Marinho, 1487, tem por finalidade dar assistência a estabelecimentos de assistência à velhice desamparada; criar, instalar, assistir ou manter estabelecimentos de assistência a menores desvalidos: conceder, na medida de suas possibilidades, bolsas de estudos a pessoas carentes de recursos.

Na forma do parágrafo único do artigo 11 do Estatuto da Fundação, não há remuneração dos cargos de Diretoria nem dos Conselhos pelo exercício dos cargos ou funções nestes órgãos de administração e fiscalização. Também não distribui lucros, bonificações ou qualquer vantagem a dirigentes e mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto.

Segue anexo o Relatório da Atividade da Fundação Honorina Valente relativo ao ano de 2005. As atividades

descritas no relatório oferecem a dimensão do trabalho realizado, merecendo o reconhecimento desta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 113/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Curitiba Rugby Clube, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares, tenho a honra de apresentar o Curitiba Rugby Club, entidade sem fins lucrativos, que promove e estimula a prática do rugby no município de Curitiba.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 114/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o tratamento tributário diferenciado, para os estabelecimentos industriais dos setores têxteis, cuja sede esteja estabelecida no Estado do Paraná, conforme as condições estabelecidas na presente lei.

Art. 2º O estabelecimento industrial enquadrado nos setores de atividades que trata o artigo 1º desta lei, poderá recolher o Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual ou Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, equivalente a 2% (dois por cento) sobre o faturamento realizado no mês de referência.

Parágrafo único. A utilização da sistemática de apuração a que se refere este artigo veda o aproveitamento de qualquer crédito do ICMS.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da regulamentação por parte do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O setor têxtil nacional é composto por inúmeras empresas que geram milhares de empregos. No Paraná o segmento tem contribuído demasiadamente para o desenvolvimento econômico e social, gerando direta e indiretamente centenas de milhares de empregos.

Com a guerra fiscal desencadeada entre os Estados, alguns deles têm oferecido benefícios a empresários paranaenses do setor para se estabelecerem ou pelo menos abrirem uma filial nestes Estados como por exemplo: Rio de Janeiro que através da lei nº 4.542/05 literalmente é direcionada para atração e manutenção de investimentos através da redução de custos com a redução do ICMS; bem como o Estado de Minas Gerais oferece legislação e outros benefícios que tem atraído o empresário paranaense.

É salutar para o Estado do Paraná a aprovação desta lei visando não só a manutenção e ampliação de investimentos do segmento no Estado como também a preservação de milhares de empregos e da própria economia paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 115/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a erigir, na cidade da Lapa, o Túmulo do Combatente Desconhecido, junto ao Panteon dos Heroes.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Ao lermos maravilhosas crônicas dos jornais A Tribunal Regional e Gazeta da Lapa, de autoria de Abdalla João Dardaque e Sergio Augusto Leoni, respectivamente, e o artigo publicado no jornal "O Estado do Paraná", de autoria do Dr. Elias Mattar Assad, Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas, nos motivou a elaborar o presente projeto de lei que procura homenagear os mártires que tombaram anonimamente durante a Revolução Federalista.

Gomes Carneiro, com aproximadamente 600 homens, conseguiu resistir às forças revoltosas de 14 de janeiro a 11 de fevereiro de 1894, na batalha que ficou conhecido como o "O Cerco da Lapa", preponderante para a consolidação da República. Assim, no "Panteon dos Heroes" da nossa lendária Lapa, propomos ser erigido um túmulo ao combatente desconhecido e inaugurado com todas as honras e reverências cívicas nacionais.

Levando em conta a justa proposta que ora apresentamos, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 116/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Na forma que autoriza o Regimento Interno desta Casa, especialmente no artigo 137, parágrafo 3º.

Art. 1º O artigo 8º do Projeto de Lei nº 05/06 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º

I

II

III - Para os cargos descritos no anexo III, serão efetivados na folha de pagamento no mês de junho de 2006."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Geraldo Cartário, Duílio Genari, Antonio Anibelli e Delegado Bradock.

ANEXO III
Quadro Especial de Delegados de Polícia

| CARGO | VALOR |
|-------------------------------|--------------|
| Delegado de Polícia 1ª Classe | R\$ 4.743,95 |
| Delegado de Polícia 2ª Classe | R\$ 4.506,18 |
| Delegado de Polícia 3ª Classe | R\$ 4.280,87 |
| Delegado de Polícia 4ª Classe | R\$ 4.066,82 |

PROJETO DE LEI Nº 117/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

A presente Emenda Aditiva acrescenta onde couber no Projeto de Lei nº 005/06, o seguinte:

"Incorpora no Quadro de Pessoal do Poder Executivo - QPPE, o pessoal que prestava serviços como Auxiliar Administrativo em Regime CLT e foi dispensado no dia 31.12.05, ficando enquadrados conforme sua escolaridade na tabela do anexo na Categoria Apoio."

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoioamento:

Carlos Simões, Luiz Accorsi, Barbosa Neto e Delegado Bradock.

JUSTIFICATIVA:

O pedido de incorporação no QPPE desse pessoal que prestava serviços na parte administrativa da estrutura do Estado - principalmente das Escolas Estaduais - que foi dispensado no dia 31 de dezembro de 2005, se deve à grande dificuldade que causou nessa estrutura governamental em função do conhecimento que tem no setor onde atuava.

Conhecendo a preocupação que o Governador Roberto Requião tem para com o desemprego, entendemos que esta Emenda corrigirá uma dificuldade que está acontecendo na administração estadual, desde a dispensa desse pessoal, além de representar a solução

de um problema que poderá virar uma calamidade social, diante de desemprego de centenas de servidores que ficaram desempregados desde o último dia do ano de 2005.

PROJETO DE LEI Nº 118/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

A presente Emenda Aditiva acrescenta onde couber (artigo 5º - IV) no Projeto de Lei nº 005/06, o seguinte:

“IV - conceder ao funcionário Agente de Execução, com nível de escolaridade 2º grau/ensino médio que possua escolaridade superior - 3º grau - que conte mais de vinte (20) anos no serviço público mudança de classe na tabela salarial, passando da classe II para a referência inicial da classe I.”

Sala das Sessões, em 20.03.06.
(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamento:

Carlos Simões, Delegado Bradock, Luiz Accorsi e Barbosa Neto.

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 14.590/04, aprovada por esta Casa de Leis e sancionada pelo Sr. Governador do Estado, determina que “os servidores Agentes de Execução possuidores de Nível de Escolaridade Superior, fossem reenquadrados ao Cargo de Agente Profissional (Nível Superior), corrigindo assim a distorção existente no Plano de Cargos e Salários implantado em 2002. No entanto, o Procurador da República, contestou a implementação desta lei, entrando com um pedido de ADIN junto ao Supremo Tribunal Federal, deixando os servidores beneficiados no aguardo do julgamento pelo STF.

Nada mais justo que esses servidores que ainda não foram devidamente reenquadrados ao cargo de Nível Superior de Agente Profissional, com direito adquirido, sejam pelo menos em parte compensados com essa mudança de classe que está proposta nesta emenda.

PROJETO DE LEI Nº 119/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Ficam acrescentados os seguintes artigos ao Projeto de Lei nº 05/06, com a seguinte redação:

“Art... Ficam beneficiados com o instituto da primeira promoção, na forma do artigo 2º, inciso VII e do artigo 26, parágrafo único da Lei Estadual nº 13.666, de 05 de julho de 2002, os atuais ocupantes do Cargo de Agente Profissional, do Quadro Próprio do Poder Execu-

tivo - QPPE, que não foram contemplados com a instituição do Decreto Estadual nº 6383, de 11 de outubro de 2002.

Parágrafo Único. As disposições da presente lei só se aplicam aos atuais ocupantes do Agente Profissional do QPPE, que tenham, no mínimo, 15 (quinze) anos completos, até a data da publicação da presente lei, de efetivo exercício no cargo Técnico.

Art.... As disposições da presente lei não se aplicam aos funcionários dos demais quadros de pessoal integrantes de carreiras estabelecidas por legislação própria e, também, para os ocupantes do Cargo de Agente Profissional do QPPE, que já foram beneficiados com o instituto da primeira promoção, através do Decreto Estadual nº 6383, de 11 de outubro de 2002.”

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Apoiamento:

Ailton Araújo, José Domingos Scarpellini, Luiz Accorsi e Nelson Garcia.

PROJETO DE LEI Nº 120/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A tabela única que fixou os valores básicos dos proventos dos serventuários aposentados do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná de que trata o artigo 1º da Lei Estadual nº 14.805, de 20 de julho de 2005 passa a vigorar na forma do Anexo desta lei, passando os serventuários do foro judicial a fazer parte integrante de referida lei.

Art. 2º As despesas decorrentes do reajuste de proventos concedido aos serventuários aposentados dos Foros Judicial e Extrajudicial correrão por conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 3º O disposto no artigo 4º da Lei nº 14.805 de 20 de julho de 2005, passará a vigorar a partir da publicação desta lei, pelo prazo de 180 dias.

Art. 4º O parcelamento dos débitos junto ao Parapreviência em atraso podem, se requerido, ser efetuado em até 60 (sessenta) meses.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de janeiro de 2006.

Sala das Sessões, em 20.03.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Augustinho Zucchi, Reni Pereira, Alexandre Curi e Artagão Júnior.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

Cargos

Níveis

Proventos Básicos

Oficial de Registro de Imóveis

| | | |
|-------------------------|-----|----------|
| Entrância Final | E 4 | 3.080,08 |
| Entrância Intermediária | E 3 | 3.009,57 |
| Entrância Inicial | E 2 | 2.940,69 |

Tabelião de Notas

| | | |
|-------------------------|-----|----------|
| Entrância Final | E 4 | 3.080,08 |
| Entrância Intermediária | E 3 | 3.009,57 |
| Entrância Inicial | E 2 | 2.940,69 |

Oficial de Protesto de Títulos

| | | |
|-------------------------|-----|----------|
| Entrância Final | E 4 | 3.080,08 |
| Entrância Intermediária | E 3 | 3.009,57 |
| Entrância Inicial | E 2 | 2.940,69 |

Oficial de Registro de Títulos e Documentos P.J.

| | | |
|-------------------------|-----|----------|
| Entrância Final | E 4 | 3.080,08 |
| Entrância Intermediária | E 3 | 3.009,57 |
| Entrância Inicial | E 2 | 2.940,69 |

Oficial de Registro Civil, Nascimento, Casamento e Óbito

| | | |
|-------------------------|-----|----------|
| Entrância Final | E 4 | 3.080,08 |
| Entrância Intermediária | E 3 | 3.009,57 |
| Entrância Inicial | E 2 | 2.940,69 |

Escrivão Distrital

| | | |
|-------------------------|------|----------|
| Entrância Final | E 1 | 2.873,34 |
| Entrância Intermediária | D 11 | 2.450,35 |
| Entrância Inicial | D 10 | 2.394,24 |

Oficial Maior (Sede de Comarca)

| | | |
|-------------------------|------|----------|
| Entrância Final | E 1 | 2.873,34 |
| Entrância Intermediária | D 11 | 2.450,35 |
| Entrância Inicial | D 10 | 2.394,24 |

Oficial Maior (Cartório Distrital)

| | | |
|-------------------------|------|----------|
| Entrância Final | D 10 | 2.394,24 |
| Entrância Intermediária | D 4 | 2.083,60 |
| Entrância Inicial | C 1 | 1.541,57 |

Escrivente Juramentado (Sede De Comarca)

| | | |
|-----------------|------|----------|
| Entrância Final | D 10 | 2.394,24 |
|-----------------|------|----------|

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

| | | |
|-------------------------|-----|----------|
| Entrância Intermediária | D 4 | 2.083,60 |
| Entrância Inicial | C 1 | 1.541,57 |

Escrivente Juramentado (Cartório Distrital)

| | | |
|-------------------------|-----|----------|
| Entrância Final | C 1 | 1.541,57 |
| Entrância Intermediária | B 8 | 1.411,12 |
| Entrância Inicial | B 3 | 1.259,47 |

Escrivães Cíveis Comuns e Especializados, Distribuidores e Anexos, Avaliadores e Depositário Públicos

| | | |
|-------------------------|-----|----------|
| Entrância Final | E-4 | 3.080,08 |
| Entrância Intermediária | E-3 | 3.009,57 |
| Entrância Final | E-2 | 2.940,69 |

Grande Expediente:O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Passamos ao Grande Expediente.

Deputado Jocelito Canto, por trinta minutos.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Atendendo até uma sugestão do Líder das Oposições desta Casa, Deputado Rossoni, que deu a sugestão outro dia, - e veja como a experiência de um Deputado ajuda os Deputados com menos experiência.

O Deputado Rossoni sugeriu que eu utilizasse o Grande Expediente para comentar mais, até porque quando fazemos algum encaminhamento, às vezes, durante uma matéria, você não consegue fazer no tempo hábil o horário determinado é de apenas dez minutos, mas, por sugestão dele, aproveitando o Grande Expediente de hoje, gostaria de falar sobre esse projeto que está na Casa, e que nós vamos votar no transcorrer desta Sessão, e que cria, - e nós não vamos aprovar a lei, - que dá aumento aos servidores do Ministério Público.

Eu, ao iniciar este pronunciamento, quero dizer que vou votar favorável a esse projeto porque todos os projetos de aumento que vieram a esta Casa, oriundos do Poder Executivo, votei a favor, seja dos policiais, do professores, aumento do Judiciário, aumento do Tribunal de Contas, nenhum aumento passou sem ter a nossa votação favorável nesta Casa. Todos nós votamos a favor. É claro que nós não vamos deixar de votar também esse, porque entendemos que se o Ministério Público nos manda baseado na Lei de Responsabilidade Fiscal, encaminha-nos um projeto que está legalizado, não tenha dúvidas que nós vamos votar a favor.

Acho que o servidor público do Paraná seja ele do Judiciário, do Legislativo, quaisquer dos servidores pre-

cisam sempre estar recebendo aumento de acordo com a capacidade de cada órgão.

Mas, fiz um pronunciamento outro dia aqui, e acho que pela rapidez com que eu queria colocar a matéria, acabei me expressando de forma que não me fez entender. Vou reprisar aqui, até para abriremos a discussão, porque o Ministério Público quando mandou esse projeto à Assembléia pela primeira vez, final do ano, ele foi aprovado por todos nós Deputados, não teve nenhum voto contra. Todos votaram a favor. E esse projeto, como determina o nosso Regimento Interno, passou pelas Comissões aqui da Casa, inclusive passou pela CCJ, que tem o caráter de questionar a legalidade do projeto.

Para minha surpresa, aquele projeto ao passar pela CCJ, cujo Presidente é o Deputado Durval Amaral, profundo conhecedor das leis, homem que tem grande experiência como legislador desta Casa, teve um parecer favorável. Veio a Plenário. E todos nós, na iminência de não demorar o projeto, votamos a favor.

Para surpresa nossa, posteriormente esse projeto foi ao Governador. E o Governador, de forma surpreendente, vetou o aumento alegando que o Ministério Público não havia cumprido o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal e o veto voltou para esta Casa.

Mas, para surpresa minha, na sequência, o Ministério Público mandou um anteprojeto a esta Casa, assinado pelo seu Procurador. E este anteprojeto legaliza tudo aquilo que estava faltando no outro. Lendo a justificativa, encontrei o seguinte, e isto é dito pelo Ministério Público: “Enfatiza-se que este anteprojeto de lei está sendo reapresentado em razão do veto exarado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, do projeto aprovado por essa egrégia Assembléia Legislativa, em dezembro de 2005, por omissão da demonstração na justificativa do respectivo anteprojeto, do atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal”.

Muito bem! O Ministério Público, por seu Procurador-Chefe, diz aqui que se omitiu, que por omissão dele o projeto não veio como deveria ter vindo, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. E aí este projeto está aqui na Casa, hoje. Nós já votamos a legalidade na semana passada e vamos votar, hoje, o mérito deste projeto.

E mais uma vez volto a dizer: eu vou votar a favor deste projeto. Mas, queria questionar, principalmente o Ministério Público, e algumas pessoas entendem que este não é o papel do Deputado, mas o Deputado que está investido na sua função de Deputado - e é esta a nossa função - eu queria discutir um pouquinho mais este projeto. Porque o Ministério Público, Srs. Deputados, quem já foi prefeito sabe do que vou falar e quem é prefeito atualmente também sabe do que estou falando. O Ministério Público, por qualquer coisinha, está representando contra os prefeitos. É uma representação atrás da outra. E é este o seu papel, de representar e cuidar do bem público. Tem certos momentos, bem exagerados. Tem

feito ações cíveis públicas e criminais, muitas vezes, contra prefeitos do Paraná, por muito pior do que acaba de fazer aqui: de mandar um aumento e de omissão de ter mandado o que determina a lei. Por menos do que isto, o Ministério Público já fez ações, contra atuais prefeitos e contra ex-prefeitos.

Ações que são colocadas nas comarcas e que, muitas vezes, o crime “suposto” de um prefeito é muito menos que esse que o Ministério Público comete ao mandar para esta Casa e nos induzir, porque somos induzidos ao erro. Votamos um projeto que era ilegal. E que a CCJ também passou para nós. Como acreditamos na nossa CCJ, votamos favorável. mas alguém pode dizer que estava tudo lá. Não estava! Porque se estivesse, o Ministério Público não mandaria por escrito, dizendo “por omissão”. Ele diz que se omitiu. Se procurarmos no dicionário o que é omissão, aí sim, ficaríamos preocupados.

O Ministério Público tem feito ações contra prefeitos e ex-prefeitos com menos crime, e que o Presidente do Tribunal de Contas tem dito que, muitas vezes, o fato de o prefeito cometer um erro não é improbidade. Porque às vezes o prefeito erra e não é crime. Até comete um erro administrativo, mas não tem dolo. Mas ele é submetido a uma acareação pública. O Ministério Público faz uma ação, imediatamente coloca no seu site, comunica à televisão. E a televisão coloca no outro dia: “fulano de tal vai responder uma ação porque faltou isso ou aquilo”. Isso é muito rápido por parte do Ministério Público. Mas quando o Ministério Público faz sua participação na questão pública, ele também erra.

Eu pergunto: caberia uma ação ao Ministério Público por se omitir ao mandar uma lei para esta Casa sem os comprovantes daquilo que diz a lei? Ninguém vai representar contra o Ministério Público? Até acho que não caberia uma ação. Por quê? Porque houve só uma omissão. Não foi dolo. Não foi crime. Faltou só botar alguns documentos. Não é crime do Ministério Público. Ninguém quis errar.

O Ministério Público não fez com intenção de fraudar. Houve um erro. Mas, quando um prefeito esquece de algo parecido, o que acontece com aquele prefeito? O prefeito passa a responder uma ação cível pública e, muitas vezes, criminal, porque o Ministério Público entendeu que ali caberia uma ação cível pública.

E a primeira coisa que ela faz é mandar um e-mail para a imprensa, pré-julgando aquela pessoa, antes mesmo de ouvi-la, porque a Lei Orgânica do Ministério Público, - e aqui temos procuradores presentes, - determina que o Ministério Público, ao fazer a sua ação, tem que ouvir antes a pessoa.

Ao fazer essa colocação com muita coragem, Sr. Presidente, porque se grito resolvesse não poderíamos ser políticos.

Mas, com muita coragem de enfrentar essa situação, que poucos têm coragem de enfrentar, coloco a discussão nesta Casa, mais uma vez lembrando aos senhores do Ministério Público que eu, particularmente, vou votar a

favor do projeto, porque entendo que o erro que o Ministério Público cometeu, ou a omissão como diz aqui o Procurador, não é um crime; mas que esse mesmo linguajar, essa mesma idéia fosse dada também aos prefeitos.

Não estou defendendo nenhum Prefeito corrupto; não estou defendendo nenhum Prefeito que tenha desviado recursos da sua cidade, jamais faria esse tipo de defesa. Não estou defendendo nenhum político que tenha cometido qualquer irregularidade. Estou apenas defendendo um direito dos prefeitos, dos ex-prefeitos, que muitas vezes não têm direito de falar, e que são escrachados pela mídia, e geralmente a mídia dá muito mais importância para notícia ruim, para a desgraça, porque neste país, hoje, todo mundo é igual, de acordo com alguns segmentos da imprensa. Infelizmente é assim.

O Sr. Ailton Araújo (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Agradeço a V. Exa. a concessão do aparte, e quero cumprimentá-lo pela iniciativa de levantar essa questão, porém a minha opinião é de que o Ministério Público jamais iria cometer um ato de omissão, porque ao cometê-lo estaria se declarando réu confesso de uma irregularidade.

Creio que foi infeliz o Sr. Procurador ao colocar esta expressão. Talvez a expressão correta fosse que houve um equívoco. Jamais eu acreditaria que, de sua consciência, o Ministério estaria faltando com a sua responsabilidade pública.

Por isso, dou a minha palavra de crédito ao Ministério Público, entendendo que aí houve mais um equívoco, um equívoco de usar a palavra errada nessa expressão.

Obrigado pela concessão, Sr. Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Deputado Ailton Araújo, tenho em mãos um release do Ministério Público que achei importante e que tem a ver exatamente com esse procedimento, e que é algo parecido com o que fez o Ministério Público e que rendeu a mim, como ex-Prefeito, uma ação no Ministério Público por não ter feito o empenho prévio de uma licitação correta, dita pelo Ministério Público. Olha, release do Ministério Público, 28/12/05: *“Segundo o Ministério Público, não houve irregularidade no contrato, muito menos no aditivo, mas na falta de empenho prévio para realizar os pagamentos à empresa. A ausência do empenho prévio no pagamento de despesas acarreta ato de improbidade administrativa em razão de o ex-Prefeito não observar a legalidade dos atos administrativos praticados no exercício da administração municipal.”*

Então, vejam os senhores, dois pesos e duas medidas. Aqui está a prova de que quando um Prefeito não faz um empenho prévio e que o Prefeito não sabe de tudo, o empenho prévio, interessante que o Ministério Público

diz, ao colocar no site do Ministério Público, Deputado Scarpellini, que a licitação foi correta, que não houve erro, que o Prefeito agiu legal, direito; mas daí porque ele não fez o empenho prévio têm que ser caçados os seus direitos políticos e ele tem que responder uma ação. Falta um empenho prévio. Eu perguntaria: será que o Ministério Público do Paraná nunca deixou de fazer um empenho prévio em algum momento?

Certamente, se nós pedirmos informações, encontraremos, sim, como encontraremos em outros locais da administração pública. Então, quando é contra um Prefeito, cabe uma ação criminal na Justiça exigindo perda de seus direitos políticos.

O Conselheiro Heinz Georg Herwig, Presidente do TC - Tribunal de Contas, diz que nisso aqui não há dono e, realmente, não há dono. O Prefeito não foi criminoso, não errou, é o mesmo Ministério Público. O Ministério Público não foi criminoso, mas deixou de fazer o ato legal. Então, é essa colocação que quero fazer hoje.

Vou votar a favor, Deputado Scarpellini, porque acho que todos os aumentos dados nesta Casa são justos, desde o funcionário desta Casa, que há muitos anos não recebia aumento e que recebeu, até os funcionários de outros Poderes deste Estado, inclusive do Ministério Público, mas tenho que pedir ao Procurador, ao chefe maior do Ministério Público do Estado do Paraná, que atente para essas coisas, que não se jogue no lixo o nome das pessoas sem que elas tenham o direito de falar, porque a televisão é muito fácil. A Globo vai lá e coloca que o fulano responde uma ação e as pessoas já entendem o contrário, já entendem que ele roubou, que ele tirou dinheiro do povo e o desgaste público, o desgaste que ele sofre é muito grande.

São essas coisas que queria colocar aqui para mostrar que o Ministério Público também erra e que, no meu ponto de vista, não cabe ação. Houve uma omissão e o Pastor Ailton, nosso Deputado, colocou muito bem: não é omissão, houve um equívoco! Como um Prefeito se equivoca também ao manusear milhares de documentos em uma Prefeitura.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Permite aparte, Deputado?

(Assentimento)

Ilustre Deputado Jocelito, Srs. Deputados.

Vimos uma coisa muito mais séria do que simplesmente uma pequena omissão, como essa que V. Exa. descreve no seu pronunciamento.

Vimos um acordo que foi feito em uma ação civil pública que já tinha decisão de 1ª instância, de 2ª instância, em que os Procuradores do Estado foram beneficiados em função dessa ação que o Ministério Público desistiu, uma vez que dá aos Procuradores o direito a honorários e sucumbências nas ações praticadas em nome do Estado do Paraná.

Essa ação civil pública, que foi objeto de uma grande discussão, há algum tempo, teve do Sr. Procura-

dor Geral de Justiça do Paraná, por parte representando o Ministério Público todo, a desistência dessa ação que já havia sido julgada em primeira instância e em segunda instância.

Existem vários Promotores e Procuradores insatisfeitos com essa situação e, por essa razão, foram acionados alguns setores do Ministério Público, em instância superior, para se pleitear a nulidade do acordo, que foi formulado entre o Procurador de Justiça, Dr. Riquelme de Macedo, e o Procurador Geral do Estado, Dr. Sérgio Botto de Lacerda. E como “o mar não está para boto”, esperamos que essa ação ainda possa, após uma revisão em instância superior, voltar a ser apreciada ou que alguma ação no mesmo sentido venha a ser proposta. E estamos estudando, particularmente, uma ação popular onde vamos pedir uma liminar no sentido de se fazer voltar à origem, à situação anterior, pois o que vimos, na prática desta ação, foi um crime contra os interesses públicos e o interesse popular: quando foi feito o acordo entre a Procuradoria Geral do Estado e a Procuradoria Geral de Justiça.

E, quero, nesta oportunidade, Sr. Presidente e ilustre Deputado Jocelito Canto, dizer que por duas vezes o Governador contraria a vontade da maioria do Ministério Público, deixando de nomear o mais votado e nomeia aquele que obteve uma votação inferior.

E com isto, estamos vendo que certas coisas acontecem dentro do Governo enquanto as Procuradorias recomendam aos Promotores do interior, um combate ao nepotismo, o Procurador Geral de Justiça não o faz a nível estadual. E o Presidente do PPS levou a ele uma representação falando sobre a nomeação excessiva até de parentes, por parte do Governador, a nível estadual, e não temos informação das providências que tenham sido tomadas para o bem geral do povo paranaense.

Então, Deputado, parabéns pelas suas colocações e não podíamos deixar de contribuir com esta pequena informação.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Deputado Scarpellini.

Para finalizar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma outra “pérola” do Ministério Público, dá para colocar até no Guinness, uma segunda ação proposta pelo Ministério Público contra a minha pessoa como ex-Prefeito, que diz o seguinte: “em outra ação apenas sancionei como Prefeito, a concessão de um título de utilidade pública a uma entidade conhecida na cidade, onde o Legislativo municipal, na própria lei de concessão do título, afasta o lapso temporal para concessão exigido em outras leis.” E eu assino a lei, sou o Prefeito. O Ministério Público propõe uma ação e pede para cassar os direitos políticos porque eu apenas sancionei uma lei de utilidade pública que o próprio Legislativo afasta o lapso temporal para concessão.

É mais uma “pérola” daquilo que acontece com alguns prefeitos. Mas, o bom de tudo, Sras. e Srs. Depu-

tados aqui presentes, é que todas as ações propostas pelo Ministério Público contra a minha pessoa, são dessa linha. Não há nenhuma que diga, por exemplo, que o então Prefeito Jocelito roubou, tirou dinheiro dos cofres públicos. Nenhuma delas. As ações são essas, propostas pelo Ministério Público e que vou votar a favor, hoje, por respeito aos bons funcionários do Ministério Público do Paraná. Aqueles que merecem o aumento.

Mas, fica aqui, Sr. Presidente, o pedido para que o Procurador Geral do Estado tenha um pouco mais de atenção. No que for improbidade, quem tirar dinheiro público e colocar no bolso ou beneficiar alguém para tirar dinheiro do ente público, deve-se punir, mas não quem não comete dolo, quem não faz isso. Então, que o Procurador do Estado do Paraná tenha atenção nisso.

Quero aproveitar essa ocasião - e ouvi alguns Deputados dizendo: “está fazendo em causa própria”. Estou defendendo aqui os Prefeitos que não podem falar e os ex-Prefeitos que podem falar, porque além de ser Deputado, também sou ex-Prefeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do Bloco PP/PSB, com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estivemos, na sexta-feira, visitando a Ilha Grande no rio Paraná, complexo entendido por 399 ilhas médias e grandes, fora as pequenas e minúsculas, que não estão contabilizadas. Nessas 399 ilhas moravam 3.500 famílias até o ano de 1996, quando foi criado o Parque Nacional de Ilha Grande.

Essas ilhas estão localizadas no rio Paraná, na divisa entre o Paraná e o Mato Grosso do Sul. Essas famílias que foram de lá despejadas e desalojadas, foram jogadas com os seus pertences às margens do rio Paraná, à margem do Mato Grosso do Sul ou, na margem esquerda, no Estado do Paraná. Essas famílias, tratadas como se fossem animais, eram proprietárias com títulos de domínio expedidos pelo Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e, portanto, estavam lá dentro de uma propriedade que eles tinham a posse e o domínio, que lhe foram outorgados pelo Estado, porque o Incra representa o Estado, o Estado devidamente organizado e no caso a União.

E agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a União - que não faz a força, mas faz a miséria e a pobreza por este país - não consegue uma metodologia de avaliação para

poder encontrar um número para indenizar aqueles pequenos proprietários que lá moravam, aqueles pequenos proprietários que foram desapropriados e que, no nosso entendimento, aquela desapropriação é inconstitucional, porque se a pequena propriedade agrícola é inalienável, ela também é indisponível para desapropriação.

A pequena propriedade não pode ser alienada, não pode ser penhorada, o pequeno proprietário não pode ver a sua propriedade, que é um meio de subsistência e de sobrevivência, ir a um leilão judicial, porque a Constituição da República lhe dá esse direito, como dá direito àquele que tem a sua moradia, sua casa própria, de não vê-la penhorada.

Então, são bens inalienáveis. Se são bens inalienáveis para o procedimento jurídico, não pode ser desapropriada, porque a desapropriação nada mais é do que uma maneira de alienar o imóvel e dele o desapropriante fazer uso ao fim que se destina.

Mas, a questão jurídica ali já não é a questão maior. A questão, ali, agora é a questão social. E vejo que alguns ainda defendem o Marino, Superintendente do Ibama, por mera paixão política, por mera questão de solidariedade partidária, porque é indefeso o homem que não tem sensibilidade para sentar e tentar, pelo menos, resolver o problema daqueles que lhe são dependentes de uma decisão ou de uma informação.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

Deputado Scarpellini, concede-me um aparte?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Confesso que o meu tempo é meio escasso. Se for um aparte breve, sim.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

Deputado, eu diria que a nossa solidariedade é plena a todos os ilhéus. V. Exa. falou que foi em 1996 que criaram esse problema com relação à indenização que não foi paga até hoje aos ilhéus. Eu já dizia, em Sessões anteriores, que há todo um esforço grandioso por parte do Ministério do Meio Ambiente, por parte da Diretoria do Ibama aqui do Paraná, representado pelo Marino Gonçalves, no sentido de, realmente, resolver esse problema criado no passado. Não existia um marco efetivo para resolver isso, não existia recurso. Agora, de fato, vai sair uma medida nos próximos dias, isso é decisão já tomada pelo Ministério, onde haverá solução de problemas, inclusive de produtores da região que vão poder averbar a reserva legal dentro do Parque de Ilha Grande. E até recomendando aos ilhéus que não se precipitem em negociar logo, porque as terras vão ser valorizadas, porque muitos produtores querem ajustar e ficar de acordo com a Lei da Preservação Permanente. Então, haverá solução.

Infelizmente, a ocupação do Parque não foi uma medida inteligente por parte de quem organizou. Eu estou solidário com os agricultores, com os ilhéus. Sabemos da necessidade que eles têm de receber e serem pagos justa-

mente pelas terras que lhe foram tomadas e indenizados indevidamente, em 1996.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Agradeço o aparte de V. Exa, Deputado Welter.

Não estou dizendo que a responsabilidade seja só do Governo do PT, não, mas já vão indo três anos e pouco. Estivemos juntos lá, falando com a Ministra, em Brasília, estive três vezes em Brasília tratando desse assunto, lá no Ministério, com a Ministra Marina da Silva. Eu vejo acontecer aqui, encontros sobre o Meio Ambiente. Ouço dizer que o Meio Ambiente está sendo privilegiado. Realmente, gostaria que isso fosse verdade, porque lá no caso de Ilha Grande, precisamos também respeitar o animal homem, porque vimos que o despejo foi feito e que, aquelas crianças, aquelas mães, aqueles pais, aqueles trabalhadores, foram jogados fora do Parque Nacional, fora da ilha, que virou Parque, e foram tratados de uma maneira muito pior do que se trata um bicho selvagem quando ele nos agride.

Os homens foram tratados de uma maneira tão cruel e violenta que a maioria daquelas pessoas que lá moravam, os pais que era os cabeças das famílias, já morreu, porque se passou mais de dez anos e uma grande parte dessas pessoas foi acometida de banzo. Banzo é aquela mesma doença que dava quando se trazia os negros no navio negreiro e de tristeza eles aqui morriam. Intitulou-se que aquela tristeza chamava-se de banzo. Hoje, temos aí a depressão que substitui tanto a tristeza como o banzo. Nós vimos que as mulheres, mães, sofrendo aquela angústia de não ter o seu lugar para morar, as suas casas porque passaram a ser favelados no continente, quer no Paraná ou no Mato Grosso do Sul, também sofrendo com o mal do banzo, da tristeza ou da depressão, uma grande parte delas já não está entre nós.

Então, não adianta protelar as coisas, dizer que o Dr. Marino quer resolver, que a Ministra quer, nós precisamos de uma solução para que outros não sejam vítimas desse banzo coletivo que já pegou os índios guaranis e que afetam a nossa sociedade!

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

No Horário da Liderança do PDT, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estivemos presentes, na manhã do último domingo, numa missa em frente à Igreja Matriz do município de Jataizinho, promovida pela Pastoral da Terra, marcando um ato de defesa do rio Tibagi e das águas livres deste rio contra as barragens para construção de usinas hidrelétricas ao longo do único rio virgem do

nosso Estado, com um grande potencial turístico, econômico, e que de lá tiram sustento populações indígenas, pescadores e demais extrativistas de forma que preserva o rio Tibagi.

Seguindo depois, debaixo de um sol escaldante, em procissão pela BR-369 que foi interditada, carregando uma cruz que simboliza o sofrimento daquelas pessoas que hoje lutam contra a instalação de barragens.

O Movimento dos Atingidos por Barragens e a Comissão Pastoral da Terra estão nessa luta incessante que encontrou eco nesta Assembléia Legislativa, através do Deputado Barbosa Neto onde nós, desde o primeiro momento que tivemos notícia que o Governo do Estado e o Governo Federal iriam construir a Usina Hidrelétrica de Mauá entre os municípios de Ortigueira e de Telêmaco Borba nos insurgimos.

Somamos esforços ontem com a população ribeirinha, com os camponeses, com agricultores, com pessoas que, como os pescadores e indígenas, precisam das águas livres do rio Tibagi. E o objetivo não é outro a não ser conscientizar a população ribeirinha sobre a importância do rio Tibagi livre, sem as barragens, sem as usinas hidrelétricas que matam as espécies de peixes, de aves e principalmente que tira dos indígenas, dos pescadores, dos agricultores, das populações que bebem da água do rio Tibagi, como a grande região metropolitana de Londrina e vários outros municípios, que com a instalação de uma usina terão as suas águas poluídas e este processo será irreversível!

Nós, através de requerimentos para o Ministério Público Federal, que acolheu com ressonância aquilo que nós havíamos dito deste tribuna, através de pronunciamento, através de audiências, de ações junto com outras entidades como o Núcleo de Estudos do Meio Ambiente da Universidade Estadual de Londrina, na pessoa da professora Maria José Santos Yabe, junto com a Liga Ambiental, na pessoa do Sr. Tom Grando e de tantos outros ambientalistas, tantos outros movimentos ecológicos. Lutamos junto ao IAP, ao Instituto Ambiental do Paraná, ao Ibama, junto à Secretaria do Meio Ambiente e demais órgãos ambientais para que o Estado e o Governo Federal não construíssem essas barragens do rio Tibagi.

Sabemos que este deve ter sido um recuo eleitoral, já que até o ano de 2015, 170 barragens estão programadas para serem erguidas ao longo de vários rios brasileiros e dizer que nós não arredamos pé. Nós estamos atentos, estamos vigilantes e saberemos usar aqui da nossa “pressão”, que é a pressão legítima, a pressão popular, para evitar que as usinas sejam construídas ao longo do rio Tibagi.

Só para citar, Sras. e Srs. Deputados, que até o ano de 2050, 75% da água de todo o planeta estará nas mãos da iniciativa privada, privando, portando, nove bilhões de pessoas de terem acesso à água potável no nosso planeta.

Nós queremos os rios livres, queremos que os governantes, que os cientistas encontrem outras alternativas de energia, seja eólica, seja solar, seja do biocombus-

tível, que não esta da usina hidrelétrica, que possui um altíssimo impacto ambiental.

Sr. Presidente Pedro Ivo, quero deixar registrado na tarde de hoje também, que recebi um telefonema agora há pouco, dando conta de que tivemos mais uma troca de tiros dentro da Universidade Estadual de Londrina. Os bandidos que já mataram um policial militar, Alexandre Souza, que já balearam o soldado Kobayashi, os dois baleados por assaltantes, estando no exercício de suas funções como policiais militares. Outras duas famílias de policiais foram vítimas, no final de semana, de marginais que deram tiros contra residências desses policiais militares, que já estão num nível de insatisfação muito grande, lutando contra a falta de condições para exercer as suas funções e agora também, encontram no exercício da brilhante função de proteger a população dos marginais, agora estão sofrendo na pele, porque os bandidos estão indo de encontro aos policiais. É realmente uma situação de extrema gravidade que nós estamos trazendo a esta Casa de Leis, na tarde de hoje.

Não vou nem falar aqui, Deputada Cida Borghetti, da questão do caos carcerário que grassa, lamentavelmente, no sistema prisional de Londrina, chegando ao ponto de o rodízio estar sendo realizado entre os distritos policiais para levar até a Penitenciária Estadual de Londrina mais presos por cela, evitando, por exemplo, que o 2º Distrito Policial, que tem capacidade de 62 presos, hoje tenha 220, quase quatro vezes mais do que a sua capacidade normal. Agora, a Penitenciária Estadual de Londrina, que já abriga seis presos por cela, terá que abrigar mais um preso. Sete presos, para possibilitar um pouco de tranquilidade, se é que pode ser utilizada esta palavra para tratar do verdadeiro barril de pólvora que se encontra o sistema prisional na cidade de Londrina.

A Polícia Civil vai ser a responsável pela alimentação desses presos e não a Secretaria de Justiça, como seria normal nas penitenciárias, para evitar que outras fugas sejam registradas, já que nos últimos trinta dias tivemos cinco fugas ou tentativas de fuga, motins, dentro do sistema prisional de Londrina, presos com sarna e outras doenças de pele, em situações subumanas é o quadro fatídico que se encontra o sistema de policiais e, também, o sistema carcerário, prisional, na primeira cidade do interior do nosso Estado, na segunda cidade em população no Estado do Paraná.

É o alerta, é o pronunciamento que estamos fazendo na tarde de hoje, para que as autoridades tomem as devidas providências.

Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Casa quer registrar, a pedido do Deputado Duílio Genari, a presença dos Vereadores José Kulcan, Antônio Mori Filho e José da Costa, da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand.

A pedido da Deputada Cida Borghetti, queremos registrar a presença do Prefeito de Mandaguaçu, Dr. Gargantínio.

Esta Casa dá as boas-vindas e registra a presença de todos.

Liderança do PFL, Deputado Plauto Miró.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje pela manhã, li uma matéria do jornal do Estado. Quero aqui lê-la novamente, para ficar registrado nos Anais desta Casa, pela importância que ela tem. Inclusive com relação ao discurso do passado e a ação do presente.

(Lê):

Requião tem déficit de R\$ 1,8 bilhão

Valor é quanto o atual governo deixou de investir, por lei, em saúde e educação

Abraão Benício

“O governo Requião acumula um déficit de quase R\$ 1,8 bilhão em investimentos que deixaram de ser feitos nas áreas de saúde e educação, e acordo com as normas constitucionais, desde que o atual Governador tomou posse, em 2003. Ao todo, a atual administração teria deixado de investir nesse período, R\$ 1 bilhão em saúde e R\$ 785 milhões na educação, quando se leva em conta os percentuais mínimos exigidos pela Constituição Federal. Com esse dinheiro, seria possível construir aproximadamente 390 escolas, além de reformar e equipar mil postos de saúde no Estado. O valor total pode ser ainda maior já que os números de 2005 ainda não são conhecidos oficialmente.

Pela Constituição Federal, o Estado é obrigado a investir, pelo menos, 25% da arrecadação própria na manutenção e desenvolvimento do ensino (fundamental). Os investimentos na área da saúde são regulamentados pela Emenda Constitucional 29, que estabeleceu desde 2000, um reajuste progressivo para os gastos dos Estados. No Paraná, a regra vem sendo descumprida desde o ano de sua implantação, quando a taxa de investimentos deveria ter sido de 7%. Hoje, a determinação é para que 12% do arrecadado seja aplicado na saúde pública estadual.

As informações são do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná (AAP-Sindicato), do Sindicato dos Trabalhadores e Servidores em Serviços de Saúde Pública do Paraná (Sindsaúde-PR) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos (Dieese).

Saúde: De acordo com levantamento do Sindsaúde-PR, realizado a partir da prestação de contas entregue pelo governo do Estado todos os anos ao Tribunal de Contas do Paraná (TC), o ex-Governador Jaime

Lerner deixou de investir R\$ 676 milhões. Em apenas dois anos, o déficit de Requião ultrapassaria R\$ 1 bilhão.

Descaso: A situação é tão alarmante que o Promotor do Ministério Público de Ponta Grossa, Fuad Chafic Abi Faraj já ingressou com várias ações judiciais contra o Estado. “O Ministério Público tem feito um acompanhamento constante desses gastos. É um descaso muito grande com a população. Já temos várias ações cobrando do Estado o fornecimento de medicamentos e implantação de novas UTI’s”.

Para tentar se enquadrar nos 12% previstos pela Constituição, o Governo Requião lança como investimentos na saúde, os valores gastos, por exemplo, em saneamento básico. ‘Nas auditorias foram encontrados valores gastos com construção de capelas mortuárias, asfalto e limpeza de praias’, conta Faraj.”

É aí que está sendo usada uma parte do dinheiro que era para ser usado na saúde do nosso Estado. É por isso que os números apontados pelas estatísticas apresentam mortandade de pessoas que procuram a Saúde Pública no Estado do Paraná. Falo pela nossa cidade de Ponta Grossa, que continuam periodicamente morrendo pessoas por falta de UTI’s.

Espero que o Governador faça aquilo que ele falou lá no passado, quando era Oposição e ex-Governador e durante o período eleitoral, onde dizia que a saúde receberia um investimento muito maior do que aquilo que a Constituição federal determina. Só que a verdade é exatamente o contrário daquilo que falou. Parece-me que o Governador não preza o fio do bigode.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito, Deputado Natálio Stica.

Liderança do PT: Deputado Natálio Stica

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ilustres visitantes.

Hoje, dia 20 de março, uma data que muito orgulha o povo brasileiro, porque é no dia de hoje que a Empresa de Correios e Telégrafos completa 37 anos. Essa empresa que veio da Fundação ainda chamada Correio Mor que data de 1663. E há 37 anos atrás de transformou em empresa pública. Empresa de Correios e Telégrafos.

Empresa esta que, junto com outras empresas públicas, tenho aqui citado sempre, entre elas também a Petrobras, a Empresa de Correios e Telégrafos tem o segundo maior índice de credibilidade do povo brasileiro. Perdendo apenas para a instituição família. 90.2% foi o que apontou a última pesquisa da Vox Populi, que ouviu quinze mil pessoas e aumentou em 2004 de 89.7% para 90.2% a credibilidade dessa empresa junto aos usuários e ao povo brasileiro.

O faturamento da Empresa de Correios e Telégrafos vem crescendo ano após ano. E os investimentos que acontecem nessa empresa, na sua maioria é feita a partir do seu próprio lucro. Nós aqui do Paraná, em especial, temos no dia de hoje uma alegria dupla. Digo isto porque em todos os Estados brasileiros a direção da Empresa de Correios aqui do Paraná foi tida como a melhor avaliação em todo o Brasil.

Queria no mesmo instante que saúdo todos os trabalhadores dessa empresa, todos os carteiros em especial, que são aqueles amarelinhos que fizeram essa empresa chegar onde chegou na sua credibilidade, de saudar, nas pessoas do Itamar Ribeiro, que é o Diretor da Empresa de Correios e Telégrafos aqui no Estado do Paraná, e do nosso companheiro Ariovaldo Figueiredo, que é o Diretor Adjunto da empresa. Itamar e Ariovaldo, que aqui se encontram, neste dia que nós homenageamos essa empresa pelos 37 anos de sua criação. Essa empresa, que além de superavitária, investe também na cidadania, tem uma participação muito importante, principalmente na área de esportes no nosso Brasil, trazendo aquelas comunidades mais carentes para que possam também ter a condição de participar do esporte e da cidadania no nosso país.

Ao falar dos 37 anos dessa empresa, falo com muito orgulho, porque acompanhei a luta que foi feita pelos trabalhadores e por boa parcela de cidadãos brasileiros, para que não acontecesse a privatização da Empresa de Correios e Telégrafos. E hoje, digo, sem medo de errar, até por termos no Presidente Lula uma pessoa que entende a importância de empresas estatais, não só dando a garantia de que esta empresa continua sendo uma empresa pública, mas fazendo com que esta empresa possa ter seus investimentos, de maneira que ela continua sendo a empresa de maior credibilidade junto ao povo brasileiro.

Portanto, como um trabalhador de uma empresa estatal da Petrobras que sou, e que orgulho tenho por ser um petroleiro de uma empresa que também se agiganta no nosso país, no dia de hoje não poderia deixar de dizer à Empresa de Correios e Telégrafos, que é o orgulho amarelo do nosso país, é o orgulho do crescimento dessa empresa e do nosso país, principalmente no transporte de objetos com segurança, desde a simples carta que uma família manda para um familiar nos mais longínquos rincões, até a garantia que qualquer município no nosso país, que tenha a partir de quinhentas pessoas, tenha uma agência de Correio.

Não se importando apenas com o lucro, fosse uma empresa privada estaria apenas tentando chegar nas cidades que dessem retorno financeiro. E a Empresa de Correios e Telégrafos está em praticamente todos os municípios do nosso país, garantindo a comunicação às pessoas, principalmente àquelas que estão nos municípios de IDEH mais baixo e que nem sempre têm a condição de cidadania, de direito pleno de cidadão.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT) (Aparte)

Este orgulho da Empresa de Correios e Telégrafos é externado nesta pesquisa que V. Exa. colocou: mais de 90% de aprovação. Isso para nós é motivo de satisfação, que essa empresa brasileira que agora realmente se sustenta cada vez mais com um caráter público, que é esta visão do Governo Lula.

E nós também temos muito orgulho - e deve ser por isto que a Oposição está tão ansiosa conosco - temos orgulho, por exemplo, de programas como o Bolsa Família, da Universidade Para Todos, do Luz Para Todos, da ampliação das linhas de crédito para a agricultura familiar, que quadruplicou, do aumento real do salário-mínimo que será de 20% acima do nível da inflação nestes anos de 2005/2006.

Entre tantas outras questões que estão acontecendo no país, que de fato estão mudando o rumo desta Federação, com a perspectiva real de queda de juros, dando sustentabilidade a uma política que está gerando empregos recordes, nunca vistos na última década. Ainda é pouco? Diremos que sim, mas poderia ser mais. Porém, estes dados, estas informações são recordes, e são constatadas nas pesquisas que apontam, pelo próprio governo, pelo Dieese, pelo IBGE.

Isto tudo é motivo de orgulho e tenho certeza que isto também mostra esta insatisfação, muitas vezes, da Oposição, com relação a alguns fatos que ocorrem.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Agradeço ao Deputado Elton Carlos Welter.

Aproveito para dizer também que o Presidente Lula esteve na sexta-feira última visitando o Porto de São Francisco do Sul, Itajaí e a cidade de Laguna, em Santa Catarina. Entre os investimentos, destaco aqui o primeiro terminal público para pesca, apoiando pescadores do litoral de Santa Catarina. E entregando o primeiro barco pesqueiro feito exclusivamente com recursos públicos do Ministério da Pesca. Portanto, uma realidade.

E se for confirmado ainda nesta semana, estamos trabalhando para que na vinda do Presidente Lula no dia 26, ele permaneça em Curitiba e faça uma visita à Refinaria de Araucária, que tem investimentos na ordem de um bilhão e trezentos milhões de dólares.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Ouçó com muita atenção o seu pronunciamento.

Sabemos do trabalho que os Correios estão fazendo no Brasil inteiro.

Uma empresa responsável, ágil. Uma empresa pública, como a própria Petrobras.

Agora, quando V. Exa. fala que não visa só lucro, mas também o lado social, gostaríamos que V. Exa., como Deputado do PT, como defensor do Lula, interferisse nos Correios do Brasil, para que não fechassem as pequenas agências.

Sou do interior, de Marechal Cândido Rondon. Tem distrito, Margarida, Ibioporã, que foi desativado do correio. Se o Correio não visa lucro mas o lado social, essas pessoas lá do interior precisam desse local para que possam receber suas correspondências.

Muito obrigado!

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Poderemos fazer agora com as pessoas que estão aqui, do Correio.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PSDB, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna na tarde de hoje, para fazer aqui um breve relato de um dos segmentos que mais gera emprego no Estado do Paraná, e que se depara diante de uma crise caótica. E, se não houver preocupação por parte das autoridades governamentais, quer seja em nível de Estado ou de Governo Federal, poderemos ter em, breve, desemprego em massa e uma crise sem precedentes.

Refiro-me ao setor têxtil do Paraná, mais especificamente à área de indústria de confecção de todo Estado.

Não há nenhuma política em nível de Governo Federal que proteja esse setor no Estado do Paraná e no Brasil.

Não há também no Estado, nenhuma política de incentivo a esse segmento, para que possamos manter os empregos.

Essa problemática não está direcionada apenas para a indústria de confecção. O Brasil está vivendo uma crise sem precedentes. É o setor calçadista, madeireiro. Essa questão da paridade do dólar vem enfraquecendo os segmentos produtivos do Estado do Paraná e do país.

Portanto, ouvindo há alguns dias o ex-Governador do Rio Grande do Sul, Antônio Brito, em uma entrevista à Rádio CBN, ele manifestava a sua preocupação com relação ao setor calçadista, e não é nada diferente, Srs. Parlamentares, o problema das empresas de calçados do Rio Grande do Sul, do país, com relação às indústrias têxteis do Paraná. Dizia, Deputado Rossoni, Antônio Brito, que se o Brasil não tomar providência imediata, vamos correr o risco de ficar com os pavilhões industriais belíssimos que os empresários brasileiros, através de recursos, construíram, e a mão-de-obra fica lá na China, ou nos países europeus, em função dessa falta de proteção do Governo brasileiro aos segmentos produtivos do país e do Paraná.

Mas, quero me dirigir nesta tarde de uma forma especial ao Estado do Paraná, para que possamos fazer o

dever de casa e proteger aqueles que geram a riqueza e que geram emprego no Estado.

O segmento têxtil, mais especificamente a área de confecções, gera hoje nesse Estado, diretamente, mais de cinquenta mil empregos diretos, e indiretamente, com certeza, não tenho a menor dúvida que passamos da ordem de cem mil empregos no Estado do Paraná. E não há nenhuma política de proteção. E o que nós queremos, através de um projeto de lei de nossa autoria, Sras. e Srs. Deputados, é criar um mecanismo de proteção à nossa indústria paranaense para que ela possa enfrentar este momento difícil que está vivendo, até porque infelizmente não conseguimos enfrentar aquilo que vem ocorrendo com os produtos vindos de outros países, e enfraquecendo, e infelizmente sepultando a indústria paranaense, brasileira, e conseqüentemente transformando num desemprego total aqui no Paraná.

O setor têxtil, a área de confecção, mais especificamente, proponho aqui, Srs. Deputados, um tratamento diferenciado no recolhimento do ICMS no Estado, proponho um recolhimento de ICMS da ordem de 2% àqueles que industrializam os produtos aqui no Estado do Paraná.

As razões deste nosso pleito é no sentido da proteção da indústria paranaense, é no sentido da proteção da geração do emprego pela não demissão em massa na sequência, se nós não tivermos esse protecionismo do Estado. E quero crer que políticas como essas já estão acontecendo em outros Estados, cito aqui como referência os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

No Rio de Janeiro a Governadora propôs a todos os segmentos, não apenas à indústria de confecções, mas na área têxtil, na área de indústria de couros, enfim, a todas as indústrias do Rio de Janeiro, estabeleceu como critério e como incentivo de política de governo, o recolhimento de apenas 2% de ICMS; conseqüentemente está atraindo para o seu Estado outras empresas de outros estados para investirem lá, Deputado Accorsi. E é exatamente por isso que nós viemos aqui nesta tarde propor este projeto e pedir a compreensão e a ajuda dos Srs. Parlamentares, principalmente do Líder do Governo, para que converse com o Governador Roberto Requião, uma vez que o Governo do Paraná defende de uma forma intransigente a manutenção do emprego neste Estado, converse com ele no sentido de darmos o amparo necessário e a proteção necessária a esta indústria, que é responsável por mais de cinquenta mil empregos diretos no Estado do Paraná.

Este é o nosso pleito, esse é o nosso desejo, estamos encaminhando hoje, e tenho certeza que haverá uma mobilização tal de todo esse segmento no Paraná, no sentido do convencimento dos Srs. Parlamentares para que possamos criar, sim, mecanismos e alternativas da manutenção e proteção da indústria paranaense aqui no Estado, para que não tenhamos, muito em breve, se a política do Governo Federal permanecer como está, desemprego em massa, como já está acontecendo nos mais diversos segmentos da economia brasileira.

Srs. Deputados, encaminho à Mesa esse projeto e gostaria de contar com o apoio dos Srs. Parlamentares. Sei que, de imediato, passará pela CCJ para análise constitucional e emendas deverão ser apresentadas, dentro da própria CCJ e aqui em plenário, o sentido do enriquecimento do nosso projeto, mas conto com o apoio dos senhores, até porque esse projeto tem um alcance social extraordinário.

Não tenham a menor dúvida que no momento em que o Governador ler o projeto, vai se sensibilizar, porque todos nós paranaenses, neste momento, temos apenas um dever: proteger aqueles que aqui geram a riqueza, geram divisas e a renda para os paranaenses.

Muito obrigado, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Artagão Júnior.

Liderança do PMDB: Deputado Artagão Júnior

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É uma satisfação ocupar a tribuna, neste tarde, para falar de um movimento e de uma festa muito especial que foi realizada, ontem, pelo PMDB, em nível nacional. Todos nós pudemos acompanhar, muito embora imbróglis, questiúnculas e ações judiciais.

O PMDB, em 21 estados do nosso país, participou com expressiva presença dos seus filiados nas prévias realizadas no domingo de ontem. A manifestação, seja para um ou para outro dos dois candidatos que se apresentavam, demonstrava não simplesmente o interesse por essa ou por aquela candidatura, mas o desejo e o anseio dos convencionais do PMDB pela candidatura própria.

Essa manifestação também se representa através das pesquisas realizadas, onde 95% dos filiados do Partido do Movimento Democrático Brasileiro manifestam-se pela candidatura própria, manifestam-se no sentido de que o maior partido, neste momento do país, tendo nove governadores, mais de mil prefeitos, mais de oito mil vereadores, esteja demonstrando e apresentando as suas propostas e os seus projetos à nossa nação e ao povo brasileiro.

Aqui no Paraná tivemos a manifestação de novecentos eleitores. A vitória aqui foi para Germano Rigotto, mas em nível nacional a vitória foi de Antony Garotinho e, certamente, as batalhas e discussões não acabaram no domingo que passou, continuarão acontecendo até junho, data em que ocorrerá, oficialmente, a convenção do nosso Partido.

Não obstante a todas essas discussões, as manifestações do Poder Judiciário que ofuscaram um pouco essa festa, não pela participação dos filiados do PMDB, mas pela forma e pelas posições que foram firmadas por esse Poder, por alguns representantes.

Quero agradecer à manifestação de todos os Deputados, todos aqueles que participaram desse processo democrático, defendendo o Garotinho ou defendendo o Rigotto, porque demonstraram seu interesse, seu desejo, o seu anseio e seu empenho para que o PMDB continue representando, acima de tudo, o anseio do povo brasileiro.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Logo em seguida, Deputado.

Quero agradecer de maneira especial, antes de passar a palavra ao nobre Deputado Nereu Moura, aos companheiros do PMDB que estiveram junto conosco ao lado de Antony Garotinho. Os Deputados, Anibelli, Bradock, Elza, Cartário, Cesar Seleme, José Maria Ferreira, Kielse, demonstrando a sua manifestação pessoal. Aqui, tivemos o posicionamento do nosso Governador que não era o mesmo que o nosso, demonstrando também assim o seu espírito democrático, permitindo com que cada um escolhesse aquele candidato que melhor respondia às suas expectativas e que entendia ser o melhor representante para o partido nesse processo, nesse pleito que se realizará daqui a seis meses.

Um movimento e uma festa muito bonita, uma festa da democracia e que fortalece ainda mais o nosso PMDB.

Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

Deputado Artagão, V. Exa. aborda o assunto das prévias do PMDB. De fato foi uma bela festa. Uma festa que fez com que o nosso partido voltasse às suas origens, criando uma expectativa enorme no coração de todos os militantes do velho MDB de guerra.

Há doze anos o PMDB não tem um candidato a Presidente da República. Há doze anos que nós sentamos no colo dos outros. E, nós, que somos o maior partido do Brasil, o maior número de filiados, o maior número de vereadores, o maior número de deputados estaduais, de governadores, senadores e de deputados federais empata-mos com a bancada do PT.

Portanto, não há nenhuma razão para o PMDB ficar no casulo, para se esconder, não mostrar a sua cara. Aliás, pelo contrário, temos razões para tentarmos uma nova alternativa de poder neste país.

Mas, uma festa bonita foi marcada por dois episódio negativos.

O primeiro, a interferência indevida, não do Poder Judiciário brasileiro, de um dos seus membros que pelos comentários é pré-candidato a Governador do Maranhão, coincidentemente é terra do ex-Presidente José Sarney. E esse membro do Poder Judiciário teve que viajar de madrugada para poder fazer com que o PMDB não tivesse as prévias.

Mas, trocamos prévias por consulta. São palavras sinônimas que alteram em nada porque a prévia mesmo não garante a candidatura a quem fosse escolhido.

De qualquer forma, o escolhido teria que passar pela convenção, assim como ontem aquele que foi eleito pela consulta terá que se submeter à convenção.

Esse foi um dos episódios que nos entristeceram.

E o outro, foi parte da cúpula do PMDB, parte entreguista da cúpula, “raposa do rabo felpudo”, acostumados aos gabinetes palacianos e que não querem ver esse partido ter um projeto político para o país.

Não é o Garotinho, não é o Rigotto, é uma alternativa de poder a este país. E esta pequena cúpula partidária nos envergonhando e envergonhando toda a sua militância, Deputado Artagão. Tentaram vender o PMDB ao Governo eliminando a possibilidade de o nosso partido ter um candidato a Presidente da República. Nós na verdade, manifestamos o nosso repúdio a essas pessoas e acho até, meu caro Presidente Deputado Dobrandino, que deveriam ser sumariamente expulsos do partido. Renan Calheiros, Sarney, Gedeel Vieira Lima, essa gente que só ouvimos falar em momentos tristes da vida política brasileira. E eu apoiei o Rigotto. Ganhamos no Paraná, ganhamos no Brasil por quase três mil votos de diferença, mas a fórmula, o peso, a maneira como distribuíram o peso em cada Estado fez com que o ex-Governador Garotinho vencesse a eleição, e eu e todos os meus companheiros que participaram dessa prévia, dessa consulta apoiando o Governador do Rio Grande do Sul, submetemo-nos ao resultado e vamos apoiar firmemente a candidatura do Garotinho à Presidência da República.

Vamos lutar, Deputado Artagão, para que o Garotinho não seja trapaceado, não seja ludibriado, enganado por parte da cúpula que temos no Brasil e o PMDB fique de novo sem candidato à Presidência da República. Vai ser um parto, vai ser difícil e nós sabemos, mas vamos lutar para que tenhamos o “15” estampado na televisão, com o nosso candidato à Presidência da República.

Parabenizo V. Exa. e aos demais Deputados que participaram da campanha do Garotinho. Foi uma festa bonita, maravilhosa, sem incidente qualquer. Ganhou a Democracia e se fortaleceu o PMDB. Vamos agora terminar a tarefa.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

E para finalizar, agradecendo o aparte do nobre Nereu Moura, quero parabenizar ao nosso Presidente do PMDB que quando começaram as liminares a serem concedidas, a manifestação do nosso Presidente foi que, independente de qualquer manifestação jurídica que houvesse, as prévias do PMDB no nosso Estado estavam garantidas, que a mobilização e que os nossos companheiros viessem e manifestassem aqui a sua posição, porque no Paraná o que vale é o sentimento e o regime da Democracia, que deve ser aquele a prevalecer por todo o nosso Brasil.

Muito obrigado!

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Pela Ordem**)

Só para registrar e agradecer a presença do nosso Reitor da Universidade Estadual de Maringá, professor Pavanelli, que também é o Presidente da Comissão Provisória do PMDB na cidade de Maringá.

Obrigada, professor Pavanelli, pela presença!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria, nesta tarde, de fazer o registro da presença do brilhante parlamentar paranaense, que orgulha os tucanos do Paraná lá em Brasília. Presente nesta Casa, o Deputado Gustavo Freut, que tem uma participação com certeza fantástica na questão da CPI e é um orgulho para todos nós. Portanto, queremos registrar a sua presença aqui nesta Casa, nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa dá as boas-vindas a todos e registra a presença de todos.

Gostaria de informar aos Srs. Deputados que o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Hermas Brandão, tem a honra de convidar para o lançamento da obra “A CPI que abalou o Brasil”, de autoria do jornalista Leonardo Attuch e apresentação do Deputado Federal Gustavo Fruet, que ocorrerá no dia 20 de março, hoje, a partir das 16h00 no plenarinho desta Casa.

No Horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança da Oposição: Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É com honra, como peefelista poder estar neste momento nesta tribuna, para falar sobre a pesquisa da Data Folha publicada neste domingo, onde aponta as intenções de voto para Presidente da República e o resultado trazendo à tona a realidade em que vivemos em nosso país. Conforme os partidos vão decidindo quais são os candidatos que vão disputar as eleições, é natural que as intenções de voto comecem a acomodar-se. Aqueles que estão no exercício do mandato, naturalmente, têm uma vantagem porque eles, periodicamente, estão expostos à mídia, na televisão, nos jornais e na rádio. Em especial na mídia, porque quem está no exercício do mandato tem o Orçamento para poder gastar em mídia, para poder divulgar as suas ações.

Aqui no Estado do Paraná, como exemplo, nós tivemos no ano passado o Governador do Estado gastando cento e quarenta milhões de reais para divulgar as suas ações nos meios de comunicação.

E lá, em Brasília não é diferente, o Governo Federal tem um Orçamento muito grande e o Presidente usa muito bem esse Orçamento para poder mandar as suas mensagens, que lhe são favoráveis, naturalmente, nos meios de comunicação em todo o território brasileiro.

Mas, como eu falei, conforme vai se decidindo, os nomes vão sendo apresentados e as pesquisas começam a mostrar a realidade no nosso país. Eu tive a grata satisfação, Deputado Valdir Rossoni - Presidente do PSDB do nosso Estado, Deputado Ademar Traiano - Líder do PSDB na Assembleia Legislativa, de ver que logo após o PSDB ter escolhido o candidato a Presidente da República, a pesquisa aconteceu dois, três dias depois de o nome ser divulgado, rapidamente nós já vimos um crescimento significativo do candidato do PSDB, o atual Governador de São Paulo - Geraldo Alckmin, que está deixando o seu cargo de Governador para disputar as eleições de Presidente da República. Os números que foram apresentados são de que Geraldo Alckmin crescendo seis pontos na intenção de voto; e o Presidente Lula caindo dois pontos na pesquisa na sua intenção de voto.

Trazendo números que na pesquisa anterior o Presidente Lula tinha 43% de intenção de votos; e o Geraldo Alckmin, naquele momento, sem ser oficialmente candidato apresentava 17% da intenção de voto. Agora na nova pesquisa, um ou dois dias depois de ter se configurado e anunciado o nome do Geraldo Alckmin como candidato a Presidente da República, o Lula cai para 42 e o Governador de São Paulo, candidato a Presidente da República, sobe de 17 pontos para 23 pontos da intenção de votos. Isso fica claro para mim, Srs. Deputados, agora, sim, começamos a ter uma situação real, não só o Presidente Lula como candidato, agora um candidato do PSDB, Partido de Oposição, desde o começo, ao Presidente Lula no Congresso Nacional.

Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Plauto, eu quero cumprimentá-lo por essa análise da questão pesquisa eleitoral, até porque agora o jogo está colocado com clareza.

Mas, a minha consideração vai ser me ater, até bem tanto à pesquisa que V. Exa. está apresentando, porque nós que militamos na vida pública conhecemos que, colocados os nomes no processo eleitoral, o processo muda.

Mas, gostaria de fazer aqui um breve comentário com relação ao pronunciamento do Deputado Nereu Moura, quando ele falava das questões das prévias, no dia de ontem, do PMDB, a nível nacional. E quando ele dizia que o PMDB era uma alternativa de poder para o país, eu fiquei surpreso ao ouvi-lo, até porque entendo que o PMDB está comprometido por inteiro com o governo instalado neste país, o Governo Lula. O PMDB é governo como Ministro, como Presidente do Congresso Nacional, diretamente ligado ao Presidente Lula. O PMDB, aqui no Paraná, foi por inteiro no Lula e agora me parece que o presidente Lula está com algum problema de saúde, com dificuldade de chegar ao PMDB do Estado. E isso, realmente, é preocupante. Eu faço esse aparte até no sentido de ajudá-lo no raciocínio e no seu discurso, até porque

quem é alternativa de poder, com certeza, é o PSDB que desde o primeiro instante se colocou como Oposição neste país, o PSDB e o PFL, isso sim, nós somos alternativa de Poder e vamos buscar o Poder através de uma candidatura consolidada, uma referência moral neste país que é o nosso Governador Alckmin.

Apenas esse registro gostaria de fazer para contribuir com seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Agradeço, Deputado Ademar Traiano, pelas suas posições como Líder do PSDB nesta Casa, e como eu dizia, o PSDB é Oposição ao estilo do Presidente Lula governar e do PT desde o primeiro dia e Governo junto com o PFL, partido do qual eu faço parte e que também, desde o primeiro dia aceitou o resultado das urnas que deram a derrota a eles nas eleições de 2002 e fizeram uma Oposição responsável nestes três anos e meio.

Quando o Sr. fala do PMDB que vimos, neste final de semana, como uma prévia marcada e que a Justiça não permitiu essa prévia mas assim mesmo a consulta aos seus delegados, aos seus filiados aconteceu onde o Antony Garotinho foi escolhido pelo PMDB como um possível candidato à Presidência da República. Mas me parece que tem uma briga interna nesse partido, esta briga já está nos tribunais e parece que a maior parte deste partido é a favor de continuar, como fizeram nos últimos três anos e meio, continuar juntos, ligados, aliados ao Presidente Lula para as próximas eleições. Uma pequena parte parece que quer e discute uma candidatura própria a outra maior parte quer continuar aliada. Mas, isso é um problema que não toca o Geraldo Alckmin, ao PSDB, ao PFL é um problema do PMDB que hoje ajuda o Presidente Lula a governar este país, com ministérios, com alianças que foram feitas.

Eu me lembro na última eleição, Deputado Nelson Justus, o Presidente Lula, em público, nos canais de televisão e na minha ótica o Presidente Lula deu a vitória ao Governador Roberto Requião, naquele momento porque o eleitorado do Paraná e do Brasil mostrava que via Lula como uma alternativa de mudança e votaram no Lula em cima dos seus compromissos e suas promessas de campanha. Agora, pelo menos aqui no Estado do Paraná e pelo que mostram as pesquisas de opinião pública que o Presidente Lula, aqui no Paraná, não tem o apoio que teve nas últimas eleições e o candidato de Oposição aparece com força junto à opinião pública do nosso Estado do Paraná.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero falar da rejeição que têm os candidatos que estão colocando seus nomes como candidatos à Presidência da República. O Presidente Lula, Deputado Valdir Rossoni, está com 33% de rejeição, o Antony Garotinho, escolhido pelo PMDB como alternativa de candidatura, no PMDB, está com 39% de rejeição enquanto temos o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, com 16% de rejeição! Ele tem a metade da rejeição do Presidente Lula!

Nós, políticos, que vivemos de eleição para eleição, sabemos que rejeição alta é sinal de derrota. Pelo que eu sinto o PSDB apresenta o nome do Geraldo Alckmin como uma alternativa de Poder, uma alternativa que será apresentada de um plano de governo e o brasileiro vai escolher, nós queremos a mudança ou queremos que continue como está? Vai estar na mão do eleitor depois de uma campanha que veremos nos meios de comunicação a partir do mês de junho, julho e a partir disso o eleitor vai poder comparar o qual tem o melhor plano de Governo e se acha que um ou outro deve merecer o voto, com certeza vão votar, mas pelo que as pesquisas mostram, os dias do PT e do Presidente Lula estão próximos de acabar.

Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do Governo, Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para registrar a presença, na Sessão de hoje, do Vice-Prefeito de Marechal Cândido Rondon, Waldir Porto, Portinho, do Vereador licenciado e Secretário de Governo Waldir Satsser, também do jovem empresário que é Presidente do Conselho do Jovem Empresário Empreendedor de Marechal Cândido Rondon, o Valdecir Facchi. Também do Presidente da Associação Comercial, o Eliseu Hein, e do assessor Airtton Câmara, que estão prestigiando os trabalhos da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra e dá as boas vindas às lideranças de Marechal Cândido Rondon.

Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero me reportar as prévias de ontem, ou consultas. Eu ouvi comentários aqui na Casa, comentários do Deputado Nereu Moura, e ele tem razão pelo seu pronunciamento, e dizer que o Partido agiu de forma democrática, embora com algumas turbulências, interferências e que não dá para dividir e nem se compreende, do Poder Judiciário.

Sabemos que o Ministro Dr. Edson Vidigal, que deu essa liminar, é um homem indicado pelo Presidente Sarney, é do Maranhão e é candidato, segundo se sabe, a Governador do Maranhão e quer se coligar com o PT. Nós não podemos admitir de forma nenhuma, mas o partido agiu de forma tal, que consulta ou prévia, para nós não importa muito e não altera nada. O importante é que o Partido compareceu, manifestando a intenção de ter candidatura própria. Isso é que é importante para nós.

Lógico, tem uma convenção para frente e que vai valer, que vai homologar, que vai legalizar a candidatura. Então, com liminar ou sem liminar, isso não importa, não interessa. Na verdade, o importante é que o Partido se manifestou e nós teremos, com certeza, candidatura própria.

Com relação ao discurso do Deputado Ademar Traiano que diz que o PMDB do Brasil por inteiro, está comprometido com o Governo Lula, não é verdade, Deputado. Tem uma ala governista do PMDB, que era a ala que apoiava o seu Partido, na época do Fernando Henrique Cardoso. Essa sim, essa é uma ala que está pensando neles e não no Brasil. Essa quer continuar na sombra do Governo e quer que o nosso Partido não tenha candidatura própria. Eu quero dizer a V. Exa. que, de acordo com as suas palavras, eu tenho que contestar. Se o PMDB está comprometido com este Governo, está comprometido com o Governo passado de V. Exa., porque esse Governo e de V. Exa, é o mesmo. Não tem diferença nenhuma. Nós estamos fora disso.

Com relação à candidatura do Governador de São Paulo, eu respeito. Acho que é um homem sério, acho que não é mau candidato, mas o PSDB não é, de forma nenhuma, uma alternativa hoje, porque governou durante oito anos e deixou do jeito que está aí hoje, até ter a continuidade do Governo do PT.

Quero discordar de V. Exa, embora concorde plenamente que o Governador de São Paulo é uma pessoa que tem personalidade e não é nosso candidato, mas se for Presidente da República, talvez seja melhor do que foi o PSDB do passado. Nós respeitamos isso. E quero dizer que o nosso Partido tem história e tem compromisso com o povo, tem compromisso com o Brasil e tem um projeto para mudar esse Brasil, para mudar esse modelo que aí está.

Portanto, quero dizer que vim aqui apenas para concordar com a linguagem correta, mas não posso concordar com as palavras do Deputado Ademar Traiano, dizer desse comprometimento e que não é dessa forma. A maior parte do PMDB do Brasil quer candidatura própria e vamos trabalhar em prol disso.

Obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 49 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 019/06, subscrita pelo Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no

âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, observando as normas gerais sobre a matéria, expedidas pela União. **À Diretoria Legislativa para as devidas providências.**

Mensagem nº 020/06, subscrita pelo Governador do Estado, submetendo a esta Casa de Leis, o nome do Auditor Caio Márcio Nogueira Soares, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Memorando de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente, solicitando aos Líderes do PT, PMDB, PFL, PDT e PSDB, que indiquem um Membro Partidário, para a constituição da Comissão Especial que irá opinar sobre a indicação do Dr. Caio Márcio Nogueira Soares, para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, na vaga deixada pela aposentadoria do Conselheiro Rafael Iatauro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 05 (cinco) de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Geraldo Cartário, devidamente apoiados, constantes do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 456 a 461, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoioimento dos Srs. Deputados Duílio Genari, Jocelito Canto, Natálio Stica, Mauro Moraes e demais Srs. Deputados, constantes do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 21 de março de 2006 (terça-feira) em Comissão Geral de Plenário para a votação dos Projetos de Lei nºs 302/04 - Mensagem nº022/04; 058/06 - Ofício nº 330 do Ministério Público; 005/06 - Mensagem nº 007/06; 301/04 - Mensagem nº 021/04; 045/06 - Ofício nº 094/06 do Poder Judiciário e 046/06 - Ofício nº 95/06 do Poder Judiciário. **Recebido; Procolo-se. Com base no artigo 107 do Regimento Interno, decorrido o prazo de 24 horas inclua-se na Sessão.**

Votação/Discussão

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/04, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/04, autorizando o Poder Executivo nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a Empresa Paraná Investimentos S.A., com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.428, de 14 de junho de 1996. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação.

Nós vamos votar inicialmente uma emenda da CCJ que essa lei entrará em vigor na data da publicação.

Em votação a emenda. Srs. deputados que aprovam. **Aprovado.**

Emenda de Plenário - há um parecer contrário da CCJ, mas que houve aprovação em 2ª Discussão. Emenda do Deputado Neivo Beraldin.

Está em votação, com parecer contrário da CCJ, solicito aos Srs. Deputados que aprovam a referida emenda que se levantem.

Rejeitada a emenda!

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/04, autorizando o Poder Executivo nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a Empresa Paraná Desenvolvimento S.A., com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.742, de 19 de junho de 1997. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação a emenda da CCJ, aprovada em 2ª Discussão. **Aprovada.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/06, reestruturando as tabelas de vencimentos do quadro próprio do Poder Executivo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Existem quatro emendas de plenário. Uma do Deputado Dobrandino da Silva, duas do Deputado Geraldo Cartário e uma do Deputado Luiz Carlos Martins.

Esta Presidência decide transformar as referidas emendas, por serem inconstitucionais, em projetos de lei que serão dirigidos novamente à CCJ.

Ressalvando o projeto, encaminharemos as emendas que foram apresentadas hoje em projetos à parte, à Comissão de Constituição e Justiça.

(As emendas foram transformadas nos Projetos de Lei nº 116, 117, 118 e 119/06).

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, recorro ao artigo 119, “Das Decisões da Mesa”, deixando de aceitar proposição, cabe recurso ao Plenário.

Peço a V. Exa. que coloque sua proposição para aprovação ou não de Plenário.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Deputado Valdir Rossoni, quando a emenda é inconstitucional, esta Presidência tem a decisão de encaminhá-la num projeto à parte à Comissão de Constituição e Justiça. V. Exa. poderá recorrer da decisão ao Tribunal de Justiça. Já está decidido. Democraticamente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Apenas quero deixar, aqui, consignado em Ata, a posição dos Deputados de Oposição. Nós não concordamos com sua decisão. Respeitamos sua decisão, mas não

concordamos, porque ao recorrermos à decisão de plenário, V. Exa. está fazendo um julgamento que é inconstitucional. E nós não concordamos com esta posição.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Entendo a posição de V. Exa. e determino a votação na Ata dos trabalhos de hoje, da posição de V. Exa. e dos demais Deputados que estão sob sua liderança.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) **(Pela Ordem)**

Nós entendemos a posição de V. Exa. e já que estas emendas apresentadas hoje serão transformadas em projetos à parte, solicito ao Deputado Durval Amaral, como Presidente da CCJ, que faça uma reunião extraordinária ou inclua estes projetos na Sessão Ordinária de amanhã.

O Presidente da Casa encaminha as emendas apresentadas em projetos separados. Solicito, se possível, para que possa ser emitido o parecer nesses projetos, amanhã mesmo. E eu, como Presidente da Comissão de Finanças, farei também uma reunião extraordinária, logo após a decisão da Comissão de V. Exa. e que o Presidente possa incluir, amanhã mesmo, esses projetos na Ordem do Dia para receber a primeira votação.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Temos no referido projeto duas emendas da Comissão de Constituição e duas da Comissão de Finanças. A primeira emenda é da Comissão de Constituição de Justiça, é uma emenda modificativa do Deputado Reni Pereira, que tem o parecer favorável da CCJ e que na realidade essa emenda só faz uma correção no texto, não gera despesas ao erário público.

Então, eu coloco em votação inicialmente a Emenda nº 01 da CCJ.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, gostaria de encaminhar o projeto.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Para encaminhar, o nobre Deputado Elio Rusch.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, antes do encaminhamento do Deputado Elio Rusch, seria possível a leitura da emenda para que não houvesse dúvidas sobre o conteúdo desta?

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Solicito ao Deputado Ailton Araújo, 1º Secretário, para a leitura da Emenda nº 01 da CCJ.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Ailton Araújo)**
(Lê emenda)

O SR. ELIO RUSCH (PFL) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, declino o encaminhamento dessas emendas, haja vista que são emendas do Deputado Reni Pereira.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a emenda aprovada na CCJ. Srs. Deputados que aprovam permaneçam com estão. **Aprovado.**

Emenda nº 02 Aditiva, apresentada pelo Deputado Barbosa Neto. Solicito ao Deputado Ailton Araújo a leitura da emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ailton Araújo**)
(**Lê emenda**)

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nas últimas semanas, nos últimos meses e nos últimos anos acompanhamos a reivindicação dos servidores do Quadro Geraldo Estado do Paraná em busca do seu quadro próprio.

Muitas foram as lutas, os avanços, as conquistas que agora se concretizam, graças à mobilização dos servidores públicos do Quadro-Geral, graças também, apesar de fazermos Oposição temos que destacar quando o governo acerta, à iniciativa do Sr. Governador de mandar o quadro-próprio para os servidores do Quadro Geraldo Estado do Paraná, que propiciará um avanço bastante significativo na carreira. E aqui rendemos as nossas homenagens ao governo.

Isso só foi conquistado com muita mobilização dos servidores.

Acompanhamos também agora, nas últimas semanas, a mobilização dos procuradores do Estado do Paraná. Buscando seus avanços para sua categoria, melhorias salariais. Até porque entendemos que esta é a maneira mais legítima que tem um servidor de se mobilizar, de se organizar, de buscar melhorias salariais na sua própria carreira.

Entendemos como uma maneira legítima a proposta dos Procuradores do Estado do Paraná, dos advogados, e, porque não dizer a proposta dos delegados, até porque é princípio constitucional da isonomia.

Não vejo, em nenhum momento, os Procuradores, ou os advogados, ou os delegados atrapalhando ou concorrendo com o Quadro-Geral.

São reivindicações legítimas de todas as categorias. Atrapalhariam se efetivamente propusessem emenda que inviabilizasse o projeto. Emendas que pudessem impedir o Governador de vetar unicamente o inciso solto no texto da lei. Ou melhor, emendas que pudessem estar colocadas na cabeça de um artigo que, se fosse vetado, automaticamente prejudicaria o Quadro Geraldo Estado do Paraná.

Foi entendimento nosso patrocinado por vários Srs. Deputados, até com os Procuradores, com os delegados, com os advogados, que não fizéssemos nada na Assembléia Legislativa que pudessem prejudicar o Quadro Geraldo Estado do Paraná e, efetivamente, qual é a maneira de não prejudicar essa conquista legítima dos servidores?

É apresentar a emenda em forma do inciso. Assim, se o Governador deseja sancionar transformando em lei o benefício para os advogados, para os Procuradores ou para os delegados, poderá fazer sem prejuízo nenhum para os funcionários do Quadro Geraldo Estado do Paraná.

Se o Governador entender que pela Lei de Responsabilidade Fiscal ou pela situação financeira do Estado não há condições de dar aumento aos Procuradores, ele veta o inciso e está encerrada a discussão e, com toda certeza, a maioria do Governo, nesta Casa, saberá, até de maneira responsável, manter o veto.

Então, não podemos concordar com nenhum tipo de ameaça, mesmo que velada, de que se qualquer emenda for acolhida, o projeto será vetado ao todo. Em hipótese alguma, há esse risco porque todos nós parlamentares sabemos que o inciso solto, como é o caso do inciso 3º do artigo 8º proposto pelos Procuradores não prejudicaria o projeto como um todo.

O Governador pode vetar e está vetado, não há problema algum para que a carreira possa ter essa ascensão legítima, como busca o Quadro Geraldo, aliás, faço questão de ressaltar, o Governo faz justiça a essa carreira.

Nós estamos encaminhando como alerta aos Srs. Deputados que, com muita tranquilidade, poderão votar favoravelmente a esta emenda, acolhida na CCJ, proposta pelo Deputado Barbosa e por outros Deputados mais, porque se o Governador desejar ele poderá vetar e, tenho certeza, que nós aqui na Assembléia estaremos fazendo justiça ao Quadro Geraldo do Estado do Paraná, aos Procuradores do Estado do Paraná e, também, aos advogados, sem nenhum prejuízo para carreira.

Se houvesse qualquer risco de prejuízo ao Quadro-Geral, a Oposição jamais apoiaria essa emenda porque entendemos que são oito anos de luta e para que os Deputados até possam dizer: “admitiu ou passou recibo”, são oito anos de espera ou mais até por esse reajuste.

Sou testemunha e o Deputado Nelson Justus sabe disso, no primeiro momento a idéia inclusive era colocar a emenda de tal sorte que o Governador não pudesse vetá-la, não tivesse como vetá-la, aí o Governador sancionaria o projeto como um todo ou vetava o projeto como um todo. Nós não concordamos, Deputado Nelson, V. Exa. não concordou, outros Deputados não concordam, alertam os Procuradores de que não poderíamos ter esse ônus para com o Quadro-Geral.

Qualquer emenda que prejudicasse o Quadro Geraldo Estado do Paraná nós seríamos radicalmente contra. Agora, esta não prejudica; a dos advogados não prejudica. Podem andar de maneira paralela, podem ser aprovadas. O Governador é um democrata, responsável financeiramente e, com toda certeza, se não houver respaldo na Lei de Responsabilidade Fiscal para sancionar a emenda dos Procuradores, dos advogados, dos delegados, ele simplesmente veta. Nós saberemos, aqui, na Assembléia Legislativa, e a Base do Governo, com toda certeza, responsabilmente, manteria esse veto.

Só para que fique claro: vários dos Srs. Deputados, nesta tarde, vão votar favoravelmente aos Procuradores; vão cotar favoravelmente à emenda dos advogados e, sobretudo, com maior responsabilidade que um mandato possa nos conferir, nós vamos votar favoravelmente aos servidores do Quadro Geral do Estado do Paraná, ao QPPE do Quadro-Geral. Não entendemos que as coisas concorram uma com as outras. Não podemos pensar que se dermos o benefício para uma categoria, estamos sacrificando a outra. Não é bem assim. A dúvida que, infelizmente, o Governo quis plantar disseminando a discórdia, a cizânia entre os servidores públicos não deve prosperar porque aqui deve valer a verdade. Não há risco algum para o Quadro-Geral, é um direito também dos demais servidores, dos advogados, dos Procuradores receberem reajuste, até porque estamos na data limite dos reajustes.

Sr. Presidente, era esse o nosso encaminhamento em nome do Deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputada Elza Correia, para encaminhar.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sr. Presidente, evidentemente que vamos ouvir encaminhamento do nosso Líder do Governo que esteve conversando com o Governador nessas últimas horas e certamente vou ouvi-lo.

Mas, é preciso que fique consignado na Casa, para não dar a impressão que estamos discutindo a eficiência, a importância ou não dos Procuradores e advogados do Estado. Nenhum Deputado, nenhuma Deputada nesta Casa poderia absolutamente deixar de registrar o papel dos Procuradores neste momento pelo menos, em nível e Governo Roberto Requião, nos vários momentos de intervenção dos Procuradores em relação às teses aqui encaminhadas para que pudéssemos tomar uma decisão em relação aos programas do Governo.

Portanto, como disse o Deputado Durval Amaral, não há divergência com relação a isso. Tanto a Situação como Oposição tem clareza da importância do papel dos Procuradores, tem clareza da importância do papel dos advogados e também deixa claro que é assegurado o direito legítimo do pleito. Absolutamente temos que discutir aqui a legitimidade ou não do pleito porque cabe a todas as categorias, a todos os funcionários, o direito inerente às categorias e às pessoas a reivindicarem melhorias, condições.

Então, queira deixar claro essa nossa posição, como tem também aqui os delegados, igualmente fazendo o seu pleito justo, como tem aqui os aposentados, igualmente fazendo o seu pleito. Então, esta Casa acolhe todas essas reivindicações e não está discutindo a questão do mérito.

Quero ouvir a Liderança do Governo para saber qual a orientação para que nós, Deputados da base de sustentação, tomemos uma decisão na hora da votação. Para não parecer que nós da Situação, com este ou aquele

voto, estaríamos colocando em dúvida o papel extraordinariamente importante e fundamental dos Procuradores, dos advogados e das outras categorias que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sras. Deputadas.

É importante neste momento em que estamos votando as emendas, que fique claro esta questão. Há, na verdade, uma ameaça do Governador de que se nós aprovássemos qualquer emenda nesse projeto de autoria do poder Executivo do Quadro Geral, ele vetaria todo o projeto.

Para nós não é novidade a forma de o Governador agir. É sempre sob forma de querer exigir que a sua vontade prevaleça.

Por que a preocupação? E aí me rendo ao Deputado Durval Amaral que deu aqui o procedimento dos Deputados de Oposição, a preocupação de inserirmos emendas que não dessem condições ao Governador de usar essa chantagem.

Então, se o Governador, numa eventualidade, vetar esta emenda que estamos votando, conforme é a ameaça, teremos esta emenda vetada pelo Governador. Se não vetada pelo Governador, sancionada, todos felizes, os Procuradores, os delegados, atendidos. Se vetado, voltará a esta Casa.

Por esta razão é importante de que nós deixemos claro esta situação porque no momento da votação em aberto, todos nós de repente votaremos e aí, quando votarmos aqui com o voto secreto, quero dizer aos Srs. Procuradores que secretamente aqui, em vários acordos, temos sido derrotados, inclusive em acordos de Plenário.

Por essa razão, é importante que nós, Parlamentares, fiquemos atentos para que essa reivindicação e essa emendas sejam aprovadas hoje e, caso vetado pelo Sr. Governador, que os Deputados tenham o mesmo procedimento. Votando hoje favorável, nós certamente votaremos todos pela derrubada do veto do Sr. Governador.

Vários Parlamentares me disseram, Deputados da Base do Governo, que o Governador disse com todas as letras que, se emendado esse projeto, ele vetaria todo o projeto. Não demos condições para que ele usasse esse artifício contra os servidores que já estão no projeto de origem, não demos condições técnicas para que ele vete todo o projeto e jogue a culpa em cima dos Deputados de Oposição.

Estamos, sim, dando condições para que ele possa vetar, mas nós estaremos aqui de plantão para que todos os servidores, para que os Procuradores, para que os delegados sejam atendidos nas suas reivindicações.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, caros Procuradores do Estado do Paraná, Advogados, Quadro Geral do nosso Estado e Delegados da Polícia Civil que estão presentes na Sessão de hoje.

Esta projeto, na verdade, Deputado Hermas Brandão, é de suma importância. Todo projeto que visa reparar ou corrigir os vencimentos do Quadro Geral que determina classe dos funcionários, esta Casa sempre tem se manifestado favoravelmente. Desde o meu primeiro mandato, quando o Requião foi Governador pela primeira vez, depois pelo Governo Jaime Lerner e agora, de novo, pelo Governo Roberto Requião.

Lógico, esta Casa sempre procurou, através do debate, através das discussões, através das emendas, Deputado Dobrandino, V. Exa. que é o Líder do Governo nesta Casa, aperfeiçoar, e se possível, fazer algumas correções no projeto que, no entender de alguns Deputados, possa parecer alguma injustiça. Se analisarmos o projeto como um todo, vou na mesma esteira do Deputado Durval Amaral e Deputado Valdir Rossoni, não é pelo fato de fazermos Oposição ao Governo do Estado que somos daquela oposição do: quanto pior, melhor. Não. Nós queremos o bem do nosso Estado, Deputado Nelson Justus, porque se o Estado vai bem, nós, paranaenses, vamos melhor. E se nós aqui no Parlamento conseguimos corrigir algumas injustiças, por que não fazê-las?

É por essa razão que os projetos têm a sua tramitação normal, são discutidos, debatidos e no final são votados e o regime democrático nos ensinou isso: aceita-se a vontade da maioria dos Parlamentares. E a Comissão de Constituição e Justiça apresentou uma emenda que é um pleito muito antigo dos Procuradores do Estado do Paraná. Nada mais justo e nada mais correto do que cada classe procurar exatamente obter os seus benefícios em determinado projeto ou na discussões do mesmo. E foi isso o que os Procuradores fizeram quando procuraram os Deputados da CCJ, apresentou-se uma Emenda Aditiva e muito bem explicada pelo Deputado Durval e Valdir Rossoni, porque o Governador do Estado do Paraná - e não quero me tornar repetitivo, - mas faço questão que fique frisado e fique registrado nos Anais desta Casa, porque chegou aos nossos ouvidos que caso a Assembléia Legislativa apresentasse alguma emenda e essa viesse a ser aprovada, o Governador vetaria o projeto num todo. E isso nos colocaria, nós, os Deputados, independente da Oposição ou Situação, contra o Quadro Geral do Estado do Paraná.

Para isso existem as mais diversas emendas, seja ela aditiva, seja ela modificativa, seja ela supressiva, seja ela substitutiva. E a fórmula que a CCJ encontrou e também a Comissão de Finanças, e vamos falar já em seguida sobre isso, é a de apresentar emenda aditiva ao projeto. E aí cabe exatamente uma explicação, quem somos nós para falar para os Deputados, mas uma explicação para o Parlamento: caso a Assembléia venha votar favoravelmente a essa emenda dos Procuradores e dos

advogados, ela não vai alterar em nada o direito do Executivo, do Governador. Ele sanciona o projeto se ele é contra o aumento dos Procuradores e dos advogados, e veta exatamente essas emendas aditivas, sanciona a lei e publica.

Este ano, Sr. Presidente, temos eleições, existe o tempo legal que tem que ser respeitado para a aprovação, para a sanção da lei e também a publicação da mesma, e me parece que a data máxima é o dia 1º de abril ou 03 de abril, a lei tem que estar publicada.

Ora, o Governador sancionando, ele atribui esse aumento, além do Quadro Geral, também para os Procuradores e também para os advogados. Caso ele ache que não deva aplicar esse aumento, Sr. Presidente, ele veta essas duas emendas, os dois incisos, e publica a lei.

Então, não existe, de forma alguma, querer dizer que caso a Assembléia aprove essa emenda, isso virá em prejuízo aos funcionários. E esse entendimento nós também tivemos com os advogados do Executivo quando apresentamos essa emenda na Comissão de Finanças, assinada pelo Deputado Carlos Simões, e aprovada por unanimidade na nossa Comissão.

Agora, cabe, sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer alguns esclarecimentos e os Procuradores que aqui estão presentes, e que nos dão a honra das suas presenças, sabem melhor do que nós que temos um dispositivo legal, temos a Lei Camata, temos a Lei de Crime de Responsabilidade. Se o Governo, caso esses aumentos que a Assembléia vote ultrapasse o percentual de 49% do Quadro do Executivo ou 60% do Quadro Geral, automaticamente ela está incorrendo na ilegalidade.

Agora, se ficar abaixo, o Governador poderá sancionar, sem sombra de dúvida. Parece-me, Srs. Deputados, que há recursos suficientes para se enquadrar dentro da Lei Camata, que fique dentro do percentual permitindo. Ora, se há forma legal e o impacto financeiro dessas duas emendas é mínimo na receita do Estado do Paraná, por que não aprová-las?

Uma vez, e aí que é importante fazer esse esclarecimento, o Estado do Paraná, Deputado Marcos Isfer, e V. Exa. sabe melhor do que eu, nós somos a quarta economia, a quarta potência da Federação, o Estado do Paraná. E o folheto que os Procuradores entregam para cada Parlamentar, mas o Estado do Paraná, em contrapartida, é o décimo nono Estado que menos paga para o seu Quadro de Procuradores.

Ficamos atrás, por exemplo, estamos atrás do Piauí, de Sergipe, do Acre, do Pará, estados pobres, estados bem abaixo da nossa receita e os Procuradores, porém, recebem mais do que nos Estado do Paraná.

Nós temos na verdade, nesse anexo e dessa lei, que já é muito antiga, cinco classes de Procuradores, cinco classe de advogados e quatro classes de delegados.

Existe a isonomia; o vencimento da classe um dos Procuradores é o mesmo vencimento da classe um dos advogados e assim sucessivamente até a classe cinco, todos são iguais. Entendemos, então, que essa é uma

medida justa, correta e que a Assembléia poderá fazer em favor dos Procuradores que defendem, em última instância, o Governo do Estado, através das ações junto à Justiça aqui no Estado ou mesmo junto à Justiça lá em Brasília.

Temos que lembrar também que essa carreira faz muito tempo que já não recebe os seus vencimentos, então nada mais justo, nada mais correto que a Assembléia Legislativa fazer uma correção! Para quem? Para a carreira de natureza jurídica do Estado do Paraná, para os Procuradores, para os advogados, para os delegados e para os oficiais superiores da PM do nosso Estado do Paraná! Espero que possamos encontrar, sim, um meio e esperamos conseguir, não a nossa palavra, porque, quem somos nós para querer interferir na ação de cada Parlamentar? Mas esperamos nós, que cada Deputado se convença, na hora da votação desta emenda e vote a favor porque são dez anos sem reajuste para este quadro do nosso Estado do Paraná, Procuradores, advogados, delegados e oficiais superiores da PM!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de registrar a presença do Prefeito de Guarapuava, o ex-Deputado Ribas Carli que aqui se encontra conosco nesta tarde.

Encaminhando, Sr. Presidente, gostaria de ressaltar que o Partido Socialista Brasileiro vota com o funcionalismo público do Paraná! Vota com os Procuradores, com os delegados, vota com a Polícia Militar, enfim, com o quadro geral.

O PPS, o Deputado Isfer também está aqui me pedindo para falar sobre a posição do Partido, também favorável e que as explicações dadas com relação às emendas deverão convencer os Deputados, tanto da base governista quanto daqueles que não apóiam o Governo também. As emendas são necessárias para que nós da Assembléia Legislativa do Paraná possamos contribuir com uma melhora no projeto que o Governador Roberto Requião, um tanto atrasado, remete a este Parlamento e nós esperamos que as emendas venham a ser aprovadas aqui! Se por ventura não entender possível a sua aplicabilidade o Governador certamente não sancionará, ao todo o projeto com as referidas emendas e devolverá, para apreciação, com seus vetos aqui a esta Casa e nós teremos o tempo suficiente para aqui fazer a apreciação devida.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero nesta hora falar de um assunto que ainda não foi por nós, os Deputados, levantado que é o reajuste dos funcionários da Assembléia Legislativa do Paraná. Nós tivemos algumas conquistas já dadas por essa Mesa Executiva presidida por V. Exa., Deputado Hermas Brandão, mas entendo que isso ainda não é o suficiente para poder atender às necessidades do funcionalismo público da Assem-

bléia Legislativa do Estado do Paraná. A Assembléia vota o aumento do Quadro Geral. Os Deputados propõem as emendas aos Procuradores, aos Delegados, à Polícia Militar e nós não falamos daqueles que estão no dia-a-dia conosco, aqui no grande sofrimento da Assembléia Legislativa do Paraná.

Eu quero fazer um apelo aos Deputados e à Mesa Executiva. Nós vamos entrar no período eleitoral e o tempo urge. É necessário que os Srs. Deputados e a Mesa Executiva, presidida por V. Exa. tome alguma decisão nesse sentido, para que nós possamos dar ao funcionalismo da Assembléia Legislativa do Paraná um aumento compatível com a sua necessidade, um aumento compatível com os doze ou treze anos que não houve reajustes também aqui na Assembléia Legislativa do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, neste encaminhamento, quero registrar a minha preocupação e quero pedir a compreensão dos Deputados e da Executiva para as providências que aqui estamos relatando neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Desde que entrei nesta Casa, pelo contato que tenho com alguns Procuradores, sempre senti a necessidade de se privilegiar essa categoria, pelo esquecimento de que foi vítima ao longo desses últimos anos.

Pela minha sensibilidade e por se tratar de um projeto extremamente legítimo, nós, dentro da Comissão de Constituição e Justiça, apresentamos esta emenda e agora há pouco era questionado pelo Deputado Jocelito Canto, o porquê de o autor da Emenda não fazer o encaminhamento. E estamos fazendo. Mesmo não sendo um especialista na questão tributária, na questão orçamentária, na questão jurídica, entendemos que esta emenda tramitou por esta Casa, dentro da Comissão de Constituição e Justiça. Foi observado o estudo de impacto orçamentário, e como disse aqui o Deputado Elio Rusch, não ultrapassa o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como encaminhou o Deputado Durval Amaral, tivemos a preocupação de não prejudicar a carreira do Quadro Geral, porque há possibilidade, Deputado Ailton Araújo, de o Governador vetar especificamente esta emenda, sem haver prejuízo para a carreira como um todo, entendemos que temos, sim, que, na tarde de hoje, exercer o nosso mandato. Eu não sou meio Deputado, como nenhum outro Par desta Casa pode se sujeitar às pressões por parte do Exmo. Sr. Governador Roberto Requião.

Portanto, conclamo aqui os nobres Pares que estão amedrontados ou que estão acuados, se é que um Deputado pode se sentir - esses dois adjetivos que acabo de pronunciar - pela legitimidade que possui, conclamo a

todos que votem a favor dessa emenda, porque ela vem em consonância a esta carreira e dentro da maior justiça, não para privilegiar, mas para adequar os procuradores, dentro do que o próprio Governo do Estado está se propondo. Portanto, esta emenda é legítima e merece ser acatada e aprovada na tarde de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Pela Ordem)

Quero fazer uma Questão de Ordem a V. Exa. Digamos que a emenda seja aprovada nesta Casa. O Governador veta a emenda. Derrubado o veto nesta Casa.

Esta Casa tem poder de legislar sobre receita e despesa?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não, inclusive o seguinte: se derrubarmos o veto posterior a 31 de março, que não seja publicada a lei, automaticamente ela não tem valor, porque a implantação só poderia ser feita se a lei for publicada até 31 de março.

Teremos eleição dia 1º de outubro, então são seis meses antes. Realmente se for aprovado e o Governador vetar, ela não vai ter a sua eficácia.

Deputado Dobrandino, para encaminhar.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Preciso, na verdade, fazer um esclarecimento. Estive hoje, pelo meio-dia, conversando com o Governador sobre esse assunto.

Tenho recebido no meu gabinete, na Liderança do Governo, as mais diversas comissões, nas mais diversas categorias, reivindicando, e com justiça, melhoria nos seus salários. Como recebemos desde o início desse governo e assim o governo vem procedendo.

Estive nos últimos dias conversando com a comissão dos nossos Procuradores, dos advogados, dos delegados, Comissão de Saúde, várias delas. Prometi a elas me empenhar para melhorar os vencimentos deles. Porque sabemos acima de tudo o que é justo, tanto é que foi constatado aqui, pelas lideranças do governo anterior que há mais de oito anos os servidores não recebem aumento. Essa dafasagem vem em algumas categorias há doze anos.

Portanto, é justo o pedido dos servidores. Agora, discordo na verdade é quando hoje, os Deputados falam uma linguagem diferente daquela época. Lembro que há cerca de noventa dias atrás fui falar com o Governador sobre o possível aumento de servidores da Polícia Civil e da Polícia Militar. Depois de muita discussão, autorizou que fizessem um estudo que viria um aumento para a Assembléia. Já veio e já está em vigor.

Dizia agora, ao nobre Presidente, que na verdade eu falei com o Governador hoje e disse: olha, já falei com a Secretaria da Administração que faça um estudo para que possa atender às categorias, porque é legítimo o que eles estão pedindo.

Falei hoje com o Governador. Ele disse: só que se emendar agora, antes de fazer o estudo, vou ter que vetar.

V. Exa. acaba de falar agora e eu já sabia disso. Vou deixar claro, se o Governo vetar até que volte à Assembléia e nós derrubarmos o veto, já passou o prazo de o Governo poder atender.

Eu dizia há pouco aos nossos delegados, com todo o respeito e justo que é o pedido deles. Tive há poucos dias uma reunião com os delegados e alguns deles me disseram: Deputado, é melhor que o Governo mande a Mensagem.

Eu disse: claro que é muito melhor, mas temos que fazer um movimento na Assembléia, uma emenda para provocar a discussão, o debate. Eu fiz uma emenda. Agora V. Exa. vai transformar em projeto de lei.

Quero dizer aos nossos servidores Procuradores, advogados, delegados, sabemos do justo pedido deles, mas tenho medo, senhores delegados e senhores Procuradores, se deixar passar essa emenda e o Governo vetar, ela não vai servir de nada aqui hoje.

Então, talvez seja melhor eu ficar com a promessa do Governador, porque as outras ele cumpriu, de fazer um estudo acompanhado da legislação e vir à Assembléia. O valor do aumento eu não sei ainda, mas vamos discutir. Porque a iniciativa realmente, um projeto como esse é do Governo do Estado e todos desta Casa sabem disso?

Gostaria de colocar para V. Exa.: será que não é melhor que o Governo faça esse estudo que está fazendo e venha a Mensagem do Governo, aí sim, poderemos de forma mais tranqüila aprovar isso?

De acordo com o que eu falei com o Governador, embora eu respeite esta Casa, todos os Parlamentares têm direito de votar com a sua confiança. Mas, devo dizer a vocês, o risco é muito maior hoje, mas aprovar por isso!...

Quero falar para V. Exas., sempre aqui nesta Casa, e não voto só porque o Governo não quer favor, ou contrário, defendo o Governo naquilo que eu acho correto. Discuto com o Governo, mas essa mesma discussão que hoje eu tive com ele, foi a que eu tive há noventa dias atrás e resultou num projeto de lei de aumento da Polícia Civil e Militar. Eu disse a ele: não é justo deixar os delegados, os procuradores e os advogados de fora. Ele disse: - Dobrandino, vou enviar um projeto à Assembléia para dar aumento para eles.

Portanto, vou dizer a V. Exa., de acordo com a minha consciência, vou votar contra essas emendas, mas vou continuar brigando para o mais rápido possível terem esse aumento. Não adiantaria nada eu forçar aqui, vou aprovar essa emenda, o Governo vai vetar, sabendo que vai ocorrer isso e ficaríamos numa situação muito mais difícil.

Portanto, quero pedir à base do Governo que faça, na verdade, sabendo que o Governo vetará essa emenda, que coloque a mão na consciência. Com certeza é melhor derrubarmos essas emendas, até porque conversei com muitos Parlamentares aqui dentro desta Casa, essa

Emenda Modificativa pode, na verdade, implicar que o Governo ter que votar o Projeto do Quadro Geral. E não queremos isso.

Alguém acha que o Governo pode vetar separadamente, outros acham que não pode. Na dúvida acho que não podemos correr esse risco. Portanto, se os delegados, com o maior respeito, quero dizer a V. Exas. que vamos continuar independente de questões políticas, continuarei como fiz com o aumento da Polícia Militar e Polícia Civil e em outros projetos da Assembléia. Continuarei brigando por vocês, para o mais rápido possível serem contemplados, o Governo me deu a palavra hoje, e continuo confiando na palavra do nosso Governador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de conceder a palavra ao Deputado Ademar Traiano, quero registrar a presença do nosso eterno Deputado Prefeito de Guarapuava, Ribas Carli, que nos honra com a sua visita e o nosso amigo Vereador aqui em Curitiba, Serginho do Posto.

Com a palavra, Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi as colocações do eminente Líder do Governo, Deputado Dobrandino, a quem tenho o maior apreço e respeito, é uma bandeira do PMDB e do velho MDB de guerra, é uma história brilhante.

Gostaria, Deputado Dobrandino, de discordar sobre algumas colocações que V. Exa. fez nesse momento com relação a esse projeto. Entendo que o PMDB ganhou as eleições no Paraná e apregoava isso no passado, através de discursos inflamados aqui no plenário. Lembro-me perfeitamente dos discursos do Deputado Nereu Moura, como Líder do PMDB na oportunidade que tanto contestou as ações do Governo anterior, tanto criticou, encontrou falhas e que nós mesmos, como membros da base do Governo no passado, hoje reconhecemos alguns erros que cometemos. Mas não podemos conceder e queremos compreender que o PMDB ganhou o Governo para corrigir essas falhas, para sanar esses problemas que tanto no passado colocavam aqui como grandes entraves do Governo Jaime Lerner.

Portanto, quero crer que é chegado o momento de nós pararmos de ficar discutindo o sexo dos anjos. Porque tudo isso é público e notório. Temos a compreensão, e todos aqueles que aqui estão, de que os benefícios terão que ser, com certeza, concedidos a esses segmentos que tanto sonham e esperam, há mais de oito anos. Quero crer que o Governador Roberto Requião, que V. Exas. têm falado que é um grande estadista, deveria ter a grandeza de compreender que é chegado o momento de atender aos interesses dessa cidade.

Por isto, entendo, Srs. Deputados, nobre Líder Durval Amaral, Deputado Rossoni, Deputado Elio, a Bancada de Oposição nesta Casa vai seguir, neste

momento, votando pela aprovação desta emenda, até porque entendemos que um erro não justifica o outro. Queremos, neste instante, privilegiar aqueles que realmente têm direito assegurado e garantido. Portanto, gostaria de fazer um apelo ao nobre Líder do Governo para que libere sua Bancada para que pudéssemos aprovar esta emenda e dar a esse segmento, a essas classes, um momento de alegria e felicidade nesta tarde. Não importa o que pensa o Governador Roberto Requião. Este Poder é independente e como tal, tem que ser respeitado. Se porventura vetar, estaremos aqui para derrubar o veto, sim, porque este é o desejo da maioria dos Srs. Deputados.

Portanto, Deputado Líder do Governo, Dobrandino da Silva, com todo o respeito que tenho por V. Exa., gostaria de fazer este apelo, para que pudéssemos votar a favor desses segmentos, e aí sim, se o Governador entender que deve vetar, que vete! A Assembléia, independente que é, no momento oportuno dará sua resposta, porque quero crer que é chegado o momento de pararmos de ficar discutindo coisas que na verdade já deveriam ser implementadas por esse governo, durante os três anos e meio que aí está. Governo que disse que veio para mudar, para corrigir os erros, para sanar as falhas e que infelizmente não o fez, até o presente momento.

O SR. NELSON JUSTUS (PFL) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não pretendia, realmente, com toda franqueza, encaminhar esta matéria neste instante, até porque já nos alongamos bastante. E ouvimos discursos de todos os tipos. Todos com um único objetivo: o de errar o menos possível.

Quero fazer defesa pública do Líder do Governo, Deputado Dobrandino da Silva, que tentou de todas as maneiras atender aos apelos dos procuradores e dos delegados. Sou testemunha viva disto, porque também conversei com o Governador Roberto Requião a este respeito. O que não podemos, de maneira alguma, é iludir ou enganar quem quer que seja. Jamais esta Casa votou contra quem quer que seja, qualquer tipo de aumento. Até porque não podemos votar contra, é uma questão até humana. Temos que votar sempre a favor de quem quer que seja para que ganhe um pouco mais. Todos estamos ganhando pouco. Inclusive nós.

Esta Casa tem o hábito de votar a favor do aumento para melhorar as condições de vida num país que vive uma extraordinária crise. Então, o Governo vai até onde o braço alcança? Claro que vai. Sabemos que esta matéria, sendo aprovada ou não, ela será vetada pelo Governador do Estado. Será vetada. E não corremos, de maneira alguma, qualquer hipótese de risco de o Governador vetar todo o projeto. Serão vetadas essas emendas, sim. Mas, fica a sinalização firme da classe, das categorias e da Assembléia, a sinalização de que queríamos e queremos um aumento para essas duas categorias tão importantes no Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sr. Presidente, um minuto para encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. já encaminhou, não?

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Minha fala anterior foi para outra questão, foi para chamar a questão de verificação de voto.

Acho que vamos partir para a votação, depois meu companheiro Dobrandino vai reiterar sua posição aqui, mas não posso votar absolutamente nesse projeto antes de colocar o seguinte: o discurso mais fácil que existe é o discurso que a Oposição está fazendo neste momento, desculpem-me meus queridos colegas e companheiros.

De fato, se estamos nesta situação que estamos hoje, e não é só uma ou outra categoria, são todos os trabalhadores do Estado, todos estão em crise, e essa crise tem pai e tem mãe. E essa coisa de discutir o sexo dos anjos, a Assembléia Legislativa do Paraná não discute o sexo dos anjos, discute temas relevantes, importantes, que possa melhorar a vida dos trabalhadores e da população do Estado do Paraná.

Não podemos colocar numa instância de irresponsabilidade quando dizemos que estamos discutindo o sexo dos anjos, primeiro. Segundo, chegamos a essa situação? Sim, porque durante doze anos, algumas categorias oito anos, não receberam o devido respeito, a devida consideração e os necessários aumentos relativos aos seus salários.

Agora, vir dizer que a culpa é do Governador Requião que entrou no quarto ano de mandato também não é justo, não procede, é o discurso mais fácil que tem. E tenho visto alguns companheiros da Oposição, que reputo de maior companheirismo e solidariedade, independente de ser Oposição ou não, em vários momentos nos ajudando bastante do ponto de vista de esclarecer questões, de nos ajudar na votação, todos aqueles projetos que são bons para o Estado a Oposição, em muitos momentos, tem nos ajudado.

Agora, acho que é um campo temerário esse de dizer que tudo é culpa do Governador e agora todos saem de bonzinhos, todos que estavam aqui antes de mim, eu entrei no quarto ano de mandato, e não fizeram quase nada em relação aos servidores, vêm dizer que a culpa é da Oposição. Tumultua, confunde e sinaliza numa direção perigosa. Restabelecido isso, gostaria de colocar também que realmente entendo que esta Casa votou inúmeras vezes os projetos aqui, e foram vetados. E esta Deputada, até projetos meus, alguns deles, e a posição nossa sempre foi manter o veto, e não sequer defender o meu projeto, e depois eu vou ao Governador, converso, falo sobre a dificuldade que aquele veto traz ou não; e o Governador, em alguns casos, até reencaminhou projetos aqui, porque temos limites na nossa autonomia de decisão. Todos aqueles projetos relativos a impacto de folha

de pagamento estamos impedidos de votar, mas temos votado.

Então, tem que restabelecer essa discussão porque senão fico numa situação constrangedora, dizendo que a culpa é nossa, e não é, e também não estamos aqui com bandeja pedindo a cabeça de ninguém. Sei lá quais foram as circunstâncias, as dificuldades, mas dizer que a culpa é da Situação, que a culpa é do Governador, que não respeita...

Ninguém respeitou mais o funcionalismo do que o Governador do Estado nesses três anos. Estamos satisfeitos? Não. Nem ele. Muita coisa tem que ser feita ainda, mas não podemos jogar na lata do lixo os avanços que conseguimos até aqui. Não seria justo a discussão nesse nível.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, sou Líder do Governo e na verdade tenho uma responsabilidade enorme nessa questão. Só para dizer aos presentes aqui, aos interessados, esta Casa na verdade tem a liberdade, acho que o melhor encaminhamento ainda não seria votarmos aqui na Assembléia emendas que são inconstitucionais; o melhor encaminhamento para que isso venha ocorrer é esse caminho que estão fazendo de o Governo mandar a mensagem. Mas a Casa que sabe, só imagino que a melhor proposta não é esta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, como V. Exa. hoje está muito bonzinho com a Plenária, dando oportunidade para que os Deputados encaminhem por duas vezes! Quero acrescentar o seguinte: este QPPE foi aprovado no final do governo anterior. Vamos fazer de conta que foi uma artimanha do governo anterior, que ele agiu errado. E que foi mesmo, Deputado Dobrandino. Mas, se o seu governo tivesse a intenção de implantar, certamente ele teve o tempo suficiente, porque teve quatro anos para implantar.

Uma outra questão: e aí vem a artimanha do Governador de V. Exa. V. Exa. diz aqui que o Governador assumiu um compromisso, que vai fazer um estudo. Ora, se não fez o estudo em três anos e meio, tem que cuidar para não fazer o estudo no Governo do outro Governador, que certamente não será o Roberto Requião.

Outra questão: deputada Elza Correia, tenho uma estima grande pela Deputada, mas quero dizer que os Deputados de Oposição em nenhum momento estão sendo irresponsáveis. Estamos no nosso papel. Estamos com competência discutindo e encaminhando esse projeto e as emendas. É claro que, em determinados momentos, ser governo é extremamente delicado. E não estamos aqui para dizer quem é bonzinho ou ruinzinho. Estamos aqui legitimamente legislando.

Sempre digo, estamos aqui por três questões primordiais. Primeiro: legislar; segundo: fiscalizar; terceiro: debater os grandes projetos deste Estado, e que é uma pobreza, porque não vimos nenhum projeto para este Estado.

Quero cumprimentar os Deputados de Oposição. Mantemos a nossa posição. Esta faca no nosso pescoço, dizendo que temos que rejeitar essa emenda, porque senão será vetada; será inconstitucional e que poderá inviabilizar todo o aumento do quadro-geral.

Digo aos Srs. Deputados: podem votar com toda a tranquilidade. Outros Parlamentares estão com vontade de fugir do Plenário. Não fujam! Cumpram com sua responsabilidade! Porque, certamente, se fosse para prejudicar todo o quadro-geral, não estaríamos aqui defendendo essa emenda.

Se o Governador quiser ser bonzinho ou ruinzinho, ou se não deu tempo em quatro anos para fazer o estudo do impacto financeiro, não será agora em cinco, seis meses para quem mora dentro de um avião do Governo e que está fazendo campanha.

Vamos votar a emenda! O Governador se quiser vetar, que veto!

Agora entendemos, Sr. Presidente, a sabedoria de V. Exa., às vezes percebemos depois. O senhor é um grande articulador. V. Exa. transformou as emendas em projetos à parte. Assim, V. Exa. está oportunizando para que aprovemos essa emenda. Se vetada pelo Governador, que dê tempo ainda de apreciarmos aqui o veto. Cumprimento V. Exa. pela atitude, porque me posicionei contra.

E estamos aqui para legislar com toda a responsabilidade, sim, os Deputados de Oposição.

Muito obrigado!

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não estava nos meus planos vir aqui fazer encaminhamento dessa matéria, mas escutando com muita atenção os Deputados que me antecederam, na condição de Deputado que sou, líder sindical que fui, tenho a obrigação de vir aqui e fazer um questionamento no que vamos votar neste momento.

Primeiro: vejo aqui amigos procuradores, delegados que, com toda justiça, vêm aqui fazer a reivindicação de aumento em seus vencimentos.

Porém, a maneira como está sendo encaminhada ela é inoportuna, inconstitucional e está aqui a Constituição do Estado do Paraná que não me permite votar favorável a esta emenda.

Quero ler aqui o artigo 68: *não é admitido aumento de despesa prevista: primeiro nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual, quando compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual.*

Dessa forma, Sr. Presidente, como legislador que sou, não posso votar uma matéria inconstitucional, por

mais que essa matéria me traga a vontade de votar favorável porque sei da luta que participam tanto delegados quanto procuradores do Estado, neste momento, e que estão há anos sem nenhum reajuste salarial, principalmente no Governo anterior.

Não posso permitir escutar discursos que se tornam demagógicos numa hora dessas, porque tem as galerias, hoje, com pessoas que têm interesse na matéria.

Quando fui líder do Governo, enfrentei companheiros meus sindicalistas porque também era uma matéria inconstitucional. Faço, neste momento, em nome do meu mandato de Deputado, porque não posso rasgar a Constituição e votar favorável a uma matéria que vai sofrer o veto.

Vamos “fazer de conta” que estamos votando; vamos “fazer de conta” que somos amigos de todos que aqui reivindicam e, depois, passa o prazo e fica tudo como era, da mesma maneira. Portanto, entendo que devemos nos unir para fazer com que essas reivindicações sejam discutidas com o Sr. Governador Roberto Requião, que tem tido o melhor dos entendimentos em relação a rever plano de cargos, salários atrasados e defasados, como tem demonstrado até agora.

Os servidores da saúde já tiveram uma ajuda chamada GAS que hoje, beneficia um número muito grande de servidores que estavam em uma situação praticamente de miséria no seu quadro de trabalho. Os demais servidores de outras áreas do Governo que acabaram, também, recebendo um reajuste e sem falar dos professores que tiveram o melhor plano de cargos e salários de todo Brasil. se não fosse o triste episódio do pagamento ser prometido para fevereiro e ser jogado para maio, por conta do alarme que acendeu dos valores que o Tribunal de Contas não ia permitir, o plano seria aplaudido por 100% dos professores, porque foi o que de melhor foi dado.

Sr. Presidente, quero aqui, em nome da verdade, da transparência e não apenas fazer um discurso demagógico, dizer que vou me somar na luta para conversar com o Governador para tentar ser, na sequência, “a bola da vez”, o quadro dos delegados, que eu sei ficaram de fora e, principalmente, dos procuradores que estão defasados, neste momento, até em onze anos. Não é com uma emenda inconstitucional, desta Casa, e até com irresponsabilidade que iremos resolver esse problema.

Por isso, lamentavelmente, eu voto contrário às emendas, em nome da Constituição.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)

Eu não posso admitir que o Stica, com o maior respeito que tenho pelo Parlamentar, venha dizer que a nossa emenda é irresponsável. Isso o senhor não tem o direito de dizer! Vou pedir as notas taquigráficas de quando V. Exa. era Vereador para ver as emendas que o senhor apresentou!

Não aceito que o senhor venha chamar os Parlamentares de irresponsáveis! Isso o senhor pode aplicar para sua turma e não para nós! Nós somos responsáveis,

sim, e fomos tão responsáveis, Sr. Presidente e Deputado Stica, desculpe-me, que quando fomos a esta tribuna, falamos: caso existissem meios legais, existisse o limite permitido, o Governador poderia sancionar, senão ele poderia vetar. Ou V. Exa. dormiu ou V. Exa. não escutou o que nós falamos!

Não admito e não aceito! Irresponsável ninguém é, acho que nem na sua Bancada e nenhum dos 54 Deputados! Isso sirva de alerta! Não aceito isso aí!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço aos Srs. Deputados que estão encaminhando que encaminhem sobre a emenda e o projeto, não vamos aceitar discussões paralelas.

Com a palavra, o Deputado Marcos Isfer, pela ordem de inscrição.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Sr. Presidente, não pretendia fazer uso da palavra, mas sou forçado a isso.

V. Exa. sabe tão bem quanto todos os Deputados que estão nesta Casa, que em determinados momentos o Legislativo serve para sinalizar, para dizer ao Executivo o que é que a população pensa, deseja, principalmente quer que aconteça.

A questão da constitucionalidade, gostaria de dizer que não seria a primeira vez nem a última que esta Casa estaria votando e estaria propondo assuntos que depois ratificados pelo Sr. Governador, tornam-se sim, constitucionais. Não seria a primeira, não seria a última. Inúmeras vezes todos os Deputados desta Casa já fizeram isso. Todos os Deputados desta Casa já votaram em inúmeras situações.

Mas, mais do que isto, quero recordar que os senhores advogados que aqui se encontram, os senhores procuradores, os senhores delegados que estão conosco, não é a primeira vez que vêm a esta Casa em busca desta justiça trabalhista.

Nós já tivemos oportunidades anteriores de aprovar projetos para essas classes e vimos esses projetos serem vetados. Vimos serem vetados e ouvimos sempre a promessa de que dentro em breve estaria sendo feita justiça a essas classes. Não está acontecendo isso.

Talvez por ser o último momento antes de ficar, por uma questão, sim, de força maior, ilegal, proibida, qualquer iniciativa de se tentar um estudo, de se tentar resolver a situação, temos a obrigação de aprovar estas emendas, para darmos o direito ao Governador de, se desejar realizar o aumento neste momento, poder fazê-lo antes da lei eleitoral. Se não o fizermos não haverá mais espaço para isso.

Entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é, sim, um dever desta Assembléia sinalizar. É, sim, um dever desta Assembléia estar ao lado dos nossos trabalhadores estaduais, principalmente dos nossos advogados, dos nossos procuradores, que cada vez que têm à frente do governo, o companheiro Roberto Requião, têm uma

série de trabalhos porque os senhores sabem o quanto o Governador é belicoso, o quanto ele requer da Procuradoria, o quanto ele requer dos advogados que estejam permanentemente entrando com ações. Ai daquele que perca prazo! Ai daquela que não cumpra com a sua missão! E todos vêm cumprindo com a sua missão. Pelo menos é isso que vemos acontecer. E não é a primeira vez que essa classe vai em busca deste reajuste. Não é a primeira vez que se reúnem com todas as instâncias de liderança de governo, o Stica foi líder aqui, o Vanhoni foi líder, hoje é o Dobrandino. Não é a primeira vez que eles vêm em busca disso. Todas as vezes lhes foi dito que a Assembléia estava ao seu lado, que a Assembléia iria tentar ajudar, Deputado Elza.

Então, não é irresponsabilidade de ninguém. Não é inconseqüência. É um dever desta Assembléia sinalizar ao Governador que se ele desejar fazer justiça à Assembléia, que dê o dispositivo. Se ele quiser vetar e mandar o projeto amanhã, também é um direito do Governador.

Agora, não podemos, sob hipótese alguma, aceitar o fundamento de que uma emenda que pode ser vetada iria prejudicar o quadro próprio dos nossos servidores estaduais que também vêm há 12 anos brigando por esse reajuste. Não foi uma, nem duas vezes que nos reunimos para discutir esse assunto. Quantas e quantas vezes fizemos reuniões, no governo passado, neste governo, para tentar ajustar.

Tenho certeza que o Governador, ao dar este aumento, faz justiça ao quadro próprio dos servidores estaduais. Faz mais do que justiça, reconhece aqueles que efetivamente, prestam o seu trabalho e carregam esse Estado nas costas.

Agora, não é por isso que devemos nos omitir neste momento, de votar esta emenda. De sinalizar ao Governador que, sim, nós entendemos que os procuradores, que os advogados, os delegados, está na hora de terem o seu reajuste porque não os têm faz tempo. É um dever desta Assembléia agir e fazer, demonstrando sempre estar ao lado da população e dos nossos trabalhadores do Estado do Paraná.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o papel político desta Casa é realizado através do voto de cada Parlamentar. Fui relator do Plano de Cargos e Salários dos professores e até o último momento negociamos com a classe para fazer aprovar esse plano, que foi aprovado por unanimidade.

Sou novato nesta Casa, e tenho claro que se assumir um compromisso de trabalhar uma Comissão de Deputados e o Governo, e até falava aqui com o Líder, que tenho claro para mim que esse projeto é inconstitucional. Os procuradores não são do Quadro Próprio, mas é uma categoria independente. Merecem um reajuste?

Acho que merecem. Então, vejam só: nós podemos cortar o caminho. Estou defendendo a idéia de não votar essa parte inconstitucional e formar uma Comissão com

os representantes dessa carreira, que é independente, para que possamos melhorar a condição salarial deles. Estou disposto a fazer isso, junto com o Líder do Governo e outros Deputados. Isso é o razoável e assumo essa posição de público, aqui. Estou convencido que essa é a melhor posição neste momento, para que não percamos mais tempo nessa questão. A luta dos procuradores é justa, dos delegados também é justa, como é a reposição do Quadro Próprio, que graças ao empenho e às condições de finanças do Estado, está sendo possível essa reposição.

Portanto, encaminho para que essa emenda seja rejeitada e que, após a Sessão, converse-se com as lideranças desse movimento dos procuradores, e foi o compromisso aqui assumido, com o Líder do Governo, que vamos negociar para achar uma saída para melhorar a condição salarial dos procuradores, principalmente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para Encaminhar, com a palavra o Deputado Jocelito Canto. Posteriormente estarão canceladas novas inscrições.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, vou fazer um encaminhamento com uma Questão de Ordem a V. Exa. Estou aqui com a Constituição do Estado do Paraná e agora há pouco vi o encaminhamento legal feito pelo Deputado Stica, e quando o Stica falou irresponsável, quem sabe na vontade de falar, ele acabou não exagerando, mas colocando de uma outra forma. Mas, a minha Questão de Ordem é a seguinte: A CCJ é uma Comissão que tem por obrigação trazer a esta Casa - e é por isso que é formada pelos intelectuais, pelos Deputados mais experientes, os Deputados mais tarimbados - e aí a CCJ manda o projeto para cá, apresenta-nos o projeto, mas o projeto vem, segundo o artigo 68 com erro, é ilegal, de acordo com a Constituição.

Isto aqui é a Constituição do Paraná, Srs. Deputados! O que estamos vendo aqui é algo errado. Nós não podemos, como legisladores, votarmos - e alguém falou aqui que os Deputados têm medo de votar, querem se esgotar, mas eu não tenho medo de votar, não. Sou Deputado do Governo e quando tenho minhas divergências com ele, eu as digo aqui, diante de todos. Quando discuto com o Governo, venho aqui e digo e quando digo que vou votar lá, mesmo que seja escondido como se diz, secreto, voto aquilo que é de interesse do Governo. Para ser Governo, tem o bônus e tem o ônus, e temos que assumir isso. E até espero que o Deputado Nelson Justus apresente o quanto antes essa lei que vai acabar com aquilo ali e que eu sou favorável, para que possamos “mostrar a cara” todo mundo aqui, para que não haja dúvidas de um com os outros. Sou favorável a acabar com o voto secreto e até quando entrei aqui, tentei fazer isso, tentei colocar essa idéia, mas alguém me disse que não era legal e quem sabe eu tenha errado e tenha desistido.

Acho que o voto tem que ser aberto.

Mas, voltando ao assunto, Sr. Presidente, o artigo 68, alguém poderia dizer assim: então, o Governo esqueceu dos Delegados? Esqueceu. Temos que admitir, esqueceu, sim, porque não vieram nesse aumento os Delegados e não vieram os Procuradores.

O Deputado Elton Welter deu uma grande sugestão aqui e agora, a sugestão de se falar com o Governador para ver se ainda há condições de fazermos isso, porque se quisermos, dá tempo, mas da forma legal. Se quisermos, amanhã o Governador manda o projeto. E se o Governador tiver interesse nisso, porque aqui sabemos que o aumento não veio e é merecido para os Srs. Procuradores e para os Srs. Delegados.

Eu, que vivo diariamente com os Delegados, sei que eles estão excluídos. Então, é justo que venha essa nova Mensagem. Agora, se o Governo quer, o Governo faz essa Mensagem, nós aprovamos aqui rapidinho, fazemos duas, três Sessões, transformamos isso aqui em Comissão. Então, é uma sugestão.

Agora, Sr. Presidente, tenho feito alguns projetos na CCJ, Deputado Durval Amaral, com todo o respeito que tenho por V. Exa., que têm sido qualificados e rejeitados na CCJ, projetos pequeninhos. E tenho sempre procurado pedir para a minha assessoria, que às vezes pode até errar, mas tenho pedido que consultem primeiro a constitucionalidade antes de mandar à CCJ. E dá para discutir, eu não sou advogado, mas no Direito dá para discutir. Tem projeto meu que foi rejeitado na CCJ, que era legal e foi qualificado de inconstitucional.

Por outro lado, vemos aqui mais um projeto vindo da CCJ, estou fazendo aqui, Srs. Deputados da CCJ, crítica construtiva, não é o primeiro projeto que estamos votando que vem de lá para cá e constitucionalmente não está correto. Votamos recentemente no Ministério Público, acabei de falar disso hoje, teve que vir um anteprojeto para votarmos, e vamos votar ainda hoje, porque faltava e o próprio Ministério Público admite que faltou.

Então, alguma coisa está errada. E não concordo com o Deputado Marcos Isfer que diz aqui que nós podemos legalizar o ato, não. O artigo 68 diz: “não é admitido aumento de despesa prevista - Constituição do Estado do Paraná”. Ou cumprimos isso aqui ou rasgamos, não serve para mais nada. Não estamos brincando de sermos Deputados. A lei diz, artigo 68: “não é admitido o aumento de despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas as emendas do projeto de lei do Orçamento anual quando compatíveis ainda com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual.”

Sr. Presidente, encerro, para não me estender, fazendo uma consulta a V. Exa. V. Exa. é o nosso guru, é o Presidente desta Casa, V. Exa. conduz esta Casa sempre da melhor maneira possível, mas a nossa Assembléia tem que cumprir o que diz a Constituição, ou não adianta mais fazermos leis. Vamos estar hoje, se aprovado esse projeto de acordo com a Constituição, e não adianta dis-

curso nenhum de que o Governo deu aumento há doze anos. O Deputado Traiano fez um belo discurso, aliás, ele é especialista em fazer discursos. Tenho que concordar com V. Exa. Eu, com 24 anos de comunicação, estou abismado com V. Exa. V. Exa. é um expert em comunicação, veio aqui...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço que V. Exa. encerre, porque o encaminhamento é referente à emenda.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, gostaria de consultar V. Exa., não sei como é que se faz para cumprir isso aqui, quero só que se cumpra a Constituição! E vamos sair daqui envergonhados se não a cumprirmos, porque estamos votando aumento para quem? Para Delegados que são advogados e para Procuradores do Estado que são advogados.

Eu não sou advogado! Como é que vamos fazer isso aqui? Sr. Presidente, V. Exa. é o guardião conosco, nós vamos votar? A lei diz que não. Vamos burlar a lei?

É isso, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para dizer ao Deputado Jocelito que não é inconstitucional, foi votado na CCJ, Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Da mesma forma me lembro do voto do Deputado Jocelito a favor da Emater e a Emater é semelhante.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, preciso falar em nome da CCJ, um minuto apenas.

Sr. Presidente, só tenho que ressaltar o trabalho dos membros da CCJ, sempre amparados pelo quadro técnico. Efetivamente, cada Parlamentar tem isenção absoluta quando designado como Relator para elaborar o seu parecer. O Plenário da CCJ pode aprovar o parecer do Relator ou pode rejeitá-lo, mas sai com uma posição definitiva da CCJ.

Nosso quadro técnico tem procurado fazer uma análise prévia sugerindo ao Parlamentar Relator para que este, em cima desta análise prévia, elabore o seu parecer. Existem momentos de extrema dificuldade para todos os Parlamentares, por exemplo, esta Mensagem a que se refere o Deputado Jocelito, ela poderia, como disse ele, neste momento deixar de ser votada por não cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas que situação difícil para os Srs. Deputados não votar o aumento do Quadro-Geral inviabilizando o aumento de todos os servidores públicos! E quem deveria prever o disposto na LRF era o Sr. Governador do Estado! Então, nos deparamos diante dessa dificuldade? Não basta o Governo do Estado dizer que vai ter um custo de 27 milhões, ele tem que dizer de onde vai retirar esse dinheiro, de onde vai cancelar, cumprir o disposto nos artigos 14, 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, nem tanto ao mar, nem tanto à terra, mas efetivamente, a CCJ tem procurado, todos os Parlamentares, aprofundar-se ao máximo. Temos que respeitar o voto do relator! O Relator é soberano no seu voto, ele pode ser derrotado pelo Plenário da CCJ e é designado um novo relator; mas, nós não podemos e não servem aqui as palavras do Deputado Jocelito, não serve a carapuça nem a mim e tenho certeza não foi esse o objetivo dele e nem aos membros da CCJ!

Era esse o esclarecimento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, vejo, com tristeza, o Deputado Jocelito falar dos Deputados que têm se manifestado a favor dessas emendas. Ele fala de uma maneira como se nós todos aqui estivéssemos querendo ver o funcionalismo, e aqueles que serão beneficiados dessas emendas, prejudicados. Não é essa a intenção da Bancada de Oposição, não é esse o objetivo!

E o Deputado Jocelito, como grande jurista que é, constitucionalista, ele entende que à matéria não cabe emenda dessa Assembléia. Eu, dentro da minha modéstia, e vejo aqui a manifestação de alguns colegas que conhecem e que já discutiram a constitucionalidade, não só dessas como de outras matérias, discordam do grande jurista e constitucionalista, Jocelito Canto. Portanto, vamos para a votação e entendemos que se o Governador não estiver satisfeito, terá o tempo para praticar o veto e aplicar a outra parte que é a que ele mandou para a Assembléia Legislativa do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação a emenda da Comissão de Constituição e Justiça, do Deputado Barbosa Neto.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Verificação de votação, pedida pelo Deputado Dobrandino da Silva.

Antes, porém, chamada nominal pedida pelo Deputado Valdir Rossoni.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Reni Pereira)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda do Deputado Barbosa Neto, queiram levantar-se.

Quinze Deputados aprovam, 28 Deputados rejeitam.

Está rejeitada a emenda.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Só queremos registrar quem votou a favor da emenda: Valdir Rossoni, Durval Amaral, Ademar Traiano, Nelson Justus, Domingos Scarpellini, Barbosa Neto,

Luiz Carlos Martins, Ailton Araújo, Marcos Isfer, Arlete Caramês, Valdir Leite, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk, Neivo Beraldin e Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em discussão a emenda do Deputado Carlos Simões.

Encerrada a discussão em votação. **Aprovada.**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os Deputados que aprovam a emenda do Deputado Carlos Simões, queiram levantar-se.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Presidente, por favor, como é que foi a votação?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em processo de votação a Emenda nº 01 da Comissão de Finanças do Deputado Carlos Simões.

Quinze Deputados aprovam. 16 rejeitam.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, apenas para registrar os mesmos Deputados que votaram antes com a emenda da CCJ, foram os mesmos que votaram com a emenda da CF.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O autor da emenda que estava na Comissão de Finanças, o Deputado Tadeu Veneri solicita a retirada da sua emenda.

Aprovado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaríamos que o autor da emenda, se possível, justificasse para que pudéssemos nos posicionar.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Estou pedindo para justificar, Sr. Presidente, porque rejeitamos as duas primeiras emendas e obviamente que em função de uma compreensão que devemos remeter esse projeto ao Governo do Estado para que, o mais rápido possível, transforme-se em lei, obviamente que também consultando os sindicatos e as pessoas que me procuraram para que pudéssemos apresentar essa emenda, o Sindisaúde, o Sindisiabe, os companheiros que estão em outros sindicatos entenderam que essa emenda não deveria ser apresentada.

Vou ler aqui um texto para justificar porque retirei essa emenda.

(**Lê**):

Aos Senhores(as) Deputados(as)

Temos a informação de que o projeto de lei que propõe reajuste para o funcionalismo público, integrado ao QPPE (Quadro Próprio do Poder Executivo) passará por votação hoje nessa Casa.

Sabemos da existência de três emendas que atendem a reivindicações dos:

a) Procuradores do Estado, estendendo a eles o reajuste do funcionalismo;

b) Advogados do Estado, que também passariam a receber tal reajuste;

c) aposentados do QPPE, para que possam mudar de classe no reenquadramento.

Entendemos que as emendas que beneficiam os procuradores e os advogados não são pertinentes ao projeto porque esses segmentos não compõem o QPPE. Eles integram outro quadro de servidores e deveriam negociar suas questões salariais profissionais à parte.

Com respeito à emenda referente aos aposentados do QPPE, ela é fundamental para reverter uma injustiça ocorrida por ocasião da aprovação da Lei 13.666/02, que não os reenquadrou corretamente. O projeto em votação corrige parcialmente o erro, permitindo avanços conforme o tempo de serviço, mas impede mudança de classe na tabela salarial. Para que o direito seja pleno, a emenda permite mudança de classe.

No entanto, diante do prazo legal para que o projeto tenha seus plenos efeitos, os trabalhadores da saúde elegeram como prioridade máxima a sua aprovação, com toda urgência.

Contamos com vosso apoio.

Curitiba, 20 de março de 2006.

Sr. Presidente, retirei a emenda por essa razão e por mais uma: entendo como extremamente justo o pleito que foi apresentado aqui anteriormente pelos procuradores, pelos advogados, também pelo delegado de polícia, mas entendo que hoje aqueles que precisam realmente do quadro próprio do Poder Executivo, que precisam que seja votado, que precisam do reajuste, são aqueles que ganham 350 a 400 reais por mês e que serão beneficiados.

Eu entendo que as demais reivindicações são justas, mas entendo também, Sr. Presidente, que votei contra as duas outras emendas, que em cima de um salário que está defasado dos Procuradores e também dos advogados, temos duas situações. No caso dos Procuradores há uma gratificação de 170% e, além disso, e aprovado aqui, Deputado Durval Amaral e o senhor me corrija se eu estiver errado, há dois anos atrás nós aprovamos um Fundo da Procuradoria que recebe os honorários de sucumbência 90% dos honorários, inclusive, para os Procuradores. Temos um questionamento feito em outubro do ano passado; ainda não recebemos a resposta.

Por isso, Sr. Deputado, votamos contra as duas outras emendas e obviamente por uma questão inclusive de coerência com os Deputados da Oposição e com os Deputados da Situação, retiramos essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o Requerimento nº 480, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando a retirada da emenda da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei nº 005/06. **Aprovado.**

Em votação o projeto. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 045/06, de autoria do Poder Judiciário - Ofício nº 094/06 - GP, dispondo sobre a tabela de nível de vencimento básico aplicável aos Servidores do Quadro Efetivo do Tribunal de Justiça do Paraná. COM PARECERES DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/06, de autoria do Poder Judiciário - Ofício nº 095/06 - GP, dispondo sobre a tabela de nível de proventos aplicáveis aos Serventários Aposentados do Foro Extrajudicial do Paraná. COM PARECERES DA CCJ E CF.

Há uma emenda de minha autoria que transformou a referida emenda também em projeto, tomando a mesma medida que eu tomei em relação ao projeto anterior. Transformo em projeto de lei que será encaminhado à CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/06, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 330 - GAB, alterando o artigo 2º, II, parágrafo 1º, e o artigo 3º, II, da Lei 13.665 de 04 de julho de 2002, e reajusta a Tabela de Gratificação de Função, os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e adota outras providências. COM PARECERES DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/06, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, aprovando o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, meses de janeiro e fevereiro de 2006. (Resolução nº 003/04). PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimento nº 483, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a prorrogação da presente Sessão em 02 (duas) horas. **Aprovado.**

1ª Discussão**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 751/05, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, concedendo o Título de

Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Dr. Ministro da Educação, Fernando Haddad. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (**Publ. no DA nº 133/05, em 29.11.05**).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 751/05****P A R E C E R :****Preâmbulo**

O presente projeto de lei objetiva conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo Sr. Dr. Ministro da Educação, Fernando Haddad.

Fundamentação

Determina o artigo 1º da Lei 13.115/01:

Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego e atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Em uma primeira análise, esses requisitos foram preenchidos. Dispõe ainda, em seu artigo 2º, *caput* e parágrafo 1º, alterado pela Lei nº 14.677/05, o seguinte requisito para a concessão do título:

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou de cidadão benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura;

O limite do partido do ilustre parlamentar, autor do projeto, ainda não foi atingido, sendo esse o 6º (sexto) projeto apresentado a esta Casa pelo seu partido. Não há, portanto, óbice ao projeto.

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, em sede de parecer, opina-se pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 06.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Em votação.

O SR. HERMES FONSECA (PT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

“Hoje esta Casa analisa a concessão de título de Cidadão Honorário ao Ministro da Educação Fernando Haddad, que tem se destacado, em Brasília, pela luta que trava por mais recursos para a educação e pelo esforço que vem fazendo à frente da Pasta para ampliar o número de alunos em universidades públicas e gratuitas. A obstinação desse jovem Ministro até lhe rendeu um apelido carinhoso de ‘Rebelde da Espanha’.

Ao propor-lhe o título de Cidadão Honorário do Paraná eu o fiz, Srs. Deputados e Deputadas, em agradecimento e reconhecimento público ao Ministro Haddad pela implantação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - a UTFPR -, o nosso agora antigo Cefet.

Trata-se de uma das maiores conquistas do Estado, ou talvez a maior, em 2005, haja vista que é a segunda Universidade Federal do Estado e a primeira Universidade Tecnológica Federal do País.

Tenho uma relação de carinho com a nova instituição de ensino criada pelo Ministro. Fui o responsável pela instalação da unidade do Cefet em Cornélio Procopio, em 1987, quando era Prefeito da cidade. O Cefet, no entanto, começou a funcionar a partir de 1992. A nova universidade é resultado de uma luta de toda a comunidade universitária e dos Parlamentares Federais. Considero o Cefet como a menina dos olhos da minha administração enquanto Prefeito, em 1987.

A UTFPR, caros colegas, é fundamental para o desenvolvimento do Paraná. Especialmente para as regiões do Estado que possuem seu *campus*. Fui o autor da Indicação Legislativa nº 56, nesta Casa, ainda em 2003, que propunha transformação da instituição em universidade tecnológica.

Tal conquista se deve a uma ação coletiva da comunidade do Cefet, diretores, professores, funcionários e alunos daquela casa, do Governo do Paraná, dos Deputados Federais do Paraná, enfim, uma conquista do Paraná.

Tal conquista se iniciou com a discussão no início da gestão do Ministro Cristóvão Buarque e se encerrou na gestão do ex-Ministro Tarso Genro, que se transformou no Projeto de Lei 4183/04, encaminhado pelo Poder Executivo Federal em 28 de setembro de 2004 ao Congresso Nacional, propondo a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Aprovado pela Câmara dos Deputados em 5 de maio de 2005 e posteriormente pelo Senador Federal em 14 de setembro de 2005, transformando na Lei 11.184, por sanção presidencial, em sete de outubro de 2005.

Durante todo este tempo, Sr. Presidente, desde a elaboração do projeto de lei até sua transformação em lei, primeiro como Secretário Executivo do Ministério da Educação e depois como Ministro da Educação, Fernando Haddad teve sua ação decisiva para a transformação do Cefet em Universidade Tecnológica.

Dada a relevância deste feito para a educação superior e tecnológica do Paraná, propomos a honraria máxima para outorga ao Dr. Fernando Haddad, Exmo. Sr. Ministro da Educação, com o reconhecimento ao relevante serviço prestado ao Estado do Paraná.

Isto posto, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente acho que é chegado o momento de os paranaenses darem uma demonstração. Estamos votando um título de Cidadão Honorário ao Ministro da Educação. É chegado o momento de os paranaenses darem uma demonstração de descontentamento. Por quê? Enquanto criam-se universidades em todo o Brasil, pasmem os senhores, uma no Rio Grande do Sul, aonde várias universidades federais, aqui no Paraná nós temos universidade em Cascavel, em Ponta Grossa, em Maringá, em Londrina e o Paraná não é lembrado.

Por esta razão, não é nem votar contra o Ministro, mas dar uma demonstração de que o Paraná, no ensino superior, está esquecido. Desculpe-me o Deputado Hermes Fonseca, o qual merece todo meu respeito, mas quero dizer-lhe que nós não podemos concordar, enquanto vemos o Presidente da República criando universidades politicamente e esquecendo das universidades aqui no Paraná. O Estado do Paraná, hoje, está sobrecarregado com ensino superior e por esta razão acredito que seria um grande momento para darmos uma sinalização ao Ministro da Educação e ao Governo Federal de que na questão “ensino superior” o Paraná não está contente.

Quanto à questão do Cefet, que foi transformado em universidade, quero deixar claro para que todos os Parlamentares tenham conhecimento, não deu origem a nenhum novo curso. Apenas foi burocraticamente transformado em universidade. Quero dizer, o Cefet estava lá, o Cefet estava funcionando e agora, politicamente, cria-se uma universidade. O que nós gostaríamos, sim, é de estar aprovando o título de Cidadão Honorário ao Ministro como forma de agradecimento pelo seu trabalho, transformando as universidades estaduais em universidades federais, porque certamente estaria sobrando recursos para o Governo do Estado investir em saúde, em educação, que é de sua responsabilidade.

Por essa razão, conclamo aos Srs. Deputados, é o momento oportuno para demonstrarmos o nosso descontentamento.

Era isso Sr. Presidente. Eu peço aos Srs. Deputados que se posicionem contrários votando NÃO ao título de Cidadão Honorário ao Ministro da Educação.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, com a aquiescência do autor da proposta eu peço a retirada por dez Sessões pelo adiantado da hora e número já reduzido de Parlamentares neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. está encaminhando um requerimento para retirar por dez Sessões?

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Requerimento nº 484, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões do referido projeto. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a Verificação de Votação. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Natálio Stica queiram levantar-se. **Está aprovado.**

Os que votaram contra, por gentileza queiram levantar-se.

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 751/05.

Discussão Única (Proposições)

TEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 121/05, veto aposto ao Projeto de Lei nº 572/05, de autoria do Deputado Nereu Moura, que assegura o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, aos professores da rede pública de ensino do Estado do Paraná, conforme especifica. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC nº 229/05

Curitiba, 07 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 323/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com as disposições do artigo 87, inciso VII, combinadas com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Esta-

dual, vetei o Projeto de Lei nº 572/05, tendo em vista informações prestadas pela Secretaria de Estado da Cultura e pela Paraná Esporte de que a medida, ampla e genérica como está posta e redigida, contraria o interesse público e não apresenta condições de plena e tranquila exequibilidade.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 572/05, encontra-se publicado no DA nº 118/05, de 26/10/05, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 121/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 572/05, vetado pelo Governador do Estado, visa assegurar o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, aos professores da rede pública de ensino do Estado do Paraná, conforme especifica.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

TEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 126/05, veto apostado ao Projeto de Lei nº 391/05, de autoria do Deputado Alexandre Curi, alterando o artigo 6º da Lei 8.246, de 13 de janeiro de 1986, que autorizou o Poder Executivo a conceder pensão aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO**

EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 236/05

Curitiba, 13 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 356/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando das atribuições conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 391/05, porque, segundo parecer da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, não tem condições de exequiidade, razão pela qual é considerado contrário ao interesse público e, ainda, por conflitar com a Lei Federal nº 6.179/74, diante da possibilidade de cumulatividade no recebimento de pensões, o que ocorreria, caso a presente medida tivesse acolhimento e se transformasse em lei.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 126/05, encontra-se publicado no DA nº 061/05, de 15/06/05, em Projetos de Lei).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 126/05**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 391/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo alterar o artigo 6º da Lei nº 8.246, de 13 de janeiro de 1986, que autorizou o Poder Executivo a conceder pensão aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

TEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 127/05, veto apostado ao Projeto de Lei nº 248/05, de autoria do Deputado André Vargas, que autoriza a doação de terras que especifica à Prefeitura Municipal de Imabú. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC nº 237/05.

Curitiba, 13 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 336/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando das atribuições conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 248/05, por considerá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista informações prestadas pela Secretaria de Estado dos Transportes ressaltando que nas áreas cuja doação é pretendida, encontram-se as instalações do Núcleo de Manutenção do Departamento de Estradas de Rodagem, local indispensável e estratégico para conservação das rodovias.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 248/05, encontra-se publicado no DA nº 036/05, de 03/05/05, em Projetos de Lei).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 127/05**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 248/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo autorizar a doação de terras que especifica, à Prefeitura Municipal de Imbaú.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze

dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal. Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Nós vamos votar agora, o Requerimento nº 439, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, pedindo a votação em bloco dos vetos nº 09, 10 e 11 da Ordem do Dia, porque na realidade os itens 12 e 13 foram incluídos mas não estavam em condições de serem analisados ainda porque têm que voltar para a CCJ.

Em votação o requerimento. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Solicito ao 1º Secretário a chamada nominal para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Reni Pereira**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

Trinta e nove Deputados voltaram, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito os Deputados Marcos Isfer, Alexandre Curi e Pastor Ailton Araújo para o escrutínio dos votos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Questão de Ordem**)

Gostaria de saber se para os títulos de cidadão são 28 votos ou maioria simples durante as votações?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu adotei, recentemente, na votação do nosso Bispo Dom Ladislau, maioria simples.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

É uma segunda constatação, Sr. Presidente. Temos visto mensalmente, a Folha de Londrina fazendo aquele acompanhamento bacana do número dos Srs. Deputados aqui presentes.

Queria fazer o registro agora, que eles não estão ali e que daqui a alguns dias vão fazer, por amostragem, a presença de quem estava, quem não estava, e depois quem esteve aqui acaba pagando por quem não esteve. Só queria fazer este registro.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Este questionamento V. Exa. deve fazer à Folha de Londrina, não para esta Presidência.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, não estou questionando a Presidência. Estou fazendo um registro aqui que os acadêmicos da Folha de Londrina não estão no plenário neste momento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Reni Pereira**)

Sr. Presidente, 26 Srs. Deputados votaram pelo SIM e 13 pelo NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estão mantidos os vetos.

Vinte e seis votos SIM, pela manutenção do veto. Treze votos NÃO, pela derrubada do veto.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 463, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 479, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 414, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 423, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a Verificação de Votação.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Barbosa Neto, queiram levantar-se.

Não há quórum para decisão, só para continuação da Sessão.

Requerimentos nºs 427 e 429, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 434, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 444, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 445, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 432, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 473, de autoria dos Deputados Geraldo Cartário e José Maria Ferreira, constante do expediente. **Retirado pelos autores.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 301 e 302/04.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/06.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 006/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 013 e 023/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 004/06.

Levanta-se a Sessão.

